

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO NO ESPAÇO RURAL
NO MUNICÍPIO DE CERRITO – RS**

CAMILA OLIVEIRA BAPTISTA

PORTO ALEGRE, JANEIRO DE 2022.

CAMILA OLIVEIRA BAPTISTA

**OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO NO ESPAÇO RURAL
NO MUNICÍPIO DE CERRITO – RS**

Defesa de dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientador: Professor Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura

Porto Alegre, janeiro de 2022.

CAMILA OLIVEIRA BAPTISTA

**OS PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO NO ESPAÇO RURAL
NO MUNICÍPIO DE CERRITO – RS**

Aprovada em 18 de fevereiro de 2022.

Dissertação de mestrado apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Luiz Fernando Mazzini Fontoura (Orientador) Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Geociências

Prof. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Geociências

Prof. Dr. César De David – Universidade Federal de Santa Marina - Centro de Ciências Naturais e Exatas, Departamento de Geociências.

Prof. Dra. Carmem Rejane Pacheco Flores: Universidade Federal de Rio Grande - Instituto de Ciências Humanas Humana e da Informação

Prof. Dr. Antônio Paulo Gargnin - Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Instituto de Geociências – Suplente

Prof. Dr. Jussara Mantelli – Universidade Federal do Rio Grande – Instituto de Ciências Humanas e da Informação – Suplente

CIP - Catalogação na Publicação

Oliveira Baptista, Camila
Os processos de transformação do espaço rural no
município de Cerrito RS / Camila Oliveira Baptista. --
2022.
143 f.
Orientador: Luiz Fernando Mazzini Fontoura.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Programa
de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, BR-RS,
2022.

1. Transformação do Espaço Rural . 2. Cerrito . 3.
Produção Leiteira. I. Mazzini Fontoura, Luiz Fernando,
orient. II. Título.

*Dedico esse trabalho a todos os produtores
rurais, principalmente os produtores de
Cerrito, RS.*

Agradecimentos

Primeiro gostaria de agradecer ao meu orientador por toda paciência, compreensão e apoio ao longo dessa caminhada de mais de dois anos, no momento complicado da pandemia sempre me apoiou e incentivou quando necessário. Agradecer aos professores que até hoje passaram pelo meu caminho e contribuíram para ser quem eu sou. Agradecer ao POSGEA pelo acolhimento, pela competência do programa e dos membros que compõe. Agradecer a CAPES pela bolsa ao longo dessa caminhada que possibilitou esse trabalho.

Agradecer ao meu companheiro e amor que esteve ao meu lado nessa caminhada, me dando forças pra seguir, me motivando a ser melhor, Gratidão. Aos amigos Josi, Andréia, Karina, Évelin, Tainã, Taisla, Emilene, Matheus, Camila, Queli, Talisson, Ulysses, Angélica e Carla pela amizade e apoio nessa caminhada e ao meu incentivador Antônio. A Jussara Mantelli, eterna orientadora por sempre ter a palavra certa na hora certa e por todo apoio de sempre, meu muito obrigada.

A minha família, minha mãe minha força maior, minha vó, minha irmã, cunhado e sobrinhos, a minha estrela minha tia no céu, vocês são minha força. A minha sogra. Eu amo vocês. Ao meu sobrinho Maickel e Jullyane que me apoiaram grandemente.

*“De tudo ficaram 3 coisas:
A certeza de que estamos começando,
a certeza de que é preciso continuar e
a certeza de que podemos ser
interrompidos antes de terminar.
Fazer da interrupção um caminho novo,
fazer da queda um passo de dança,
do medo uma escada,
do sonho uma ponte,
da procura um encontro.
Fica a promessa do reencontro...
Fica o desejo de boa sorte...
Fica a vontade que lutes e venças.”*

Fernando Sabino

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as transformações ocorridas no espaço rural do Município de Cerrito – RS. Trata-se de um estudo exploratório para compreender as mudanças socioeconômicas dadas pela (re) organização do espaço de produção agrícola e pecuária, a partir da inserção de novas técnicas de produção e os impactos na produção leiteira do município. Foram analisadas as políticas territoriais com suas fragilidades e potencialidades e foi explorado as três políticas públicas principais em Cerrito que são: Bolsa Jovem Rural, PAA e PNAE elencadas como transformadores do espaço rural. O recorte temporal para é a partir da década de 1960 com o início da modernização da agropecuária até a data mais atual com a disponibilidade de dados de órgãos oficiais. Sendo assim, para realizar a pesquisa foi necessário analisar os processos históricos e socioeconômicos do município, pesquisas exploratórias e levantamento de dados secundários do IBGE, EMATER e Prefeitura Municipal. Também ocorreu pesquisa quali-quantitativa com enfoque empírico analítico através de pesquisas de campo com entrevistas semiestruturadas com os agricultores do município. Foram utilizados os conceitos de forma, função, estrutura e processo propostas por Milton Santos para explicar como o espaço social está estruturado e as suas respectivas mudanças ao longo do tempo e podem ser usados como categorias primárias na compreensão da atual organização espacial de Cerrito. As transformações no espaço rural, nos

sistemas de produção e nas atividades rurais ao longo do tempo, são essenciais para compreender a multiplicidade de possibilidades e projetar planos de desenvolvimento rural e políticas públicas, para o desenvolvimento das sociedades no espaço rural.

Palavras Chave: Transformações do Espaço Rural; Produção Leiteira; Cerrito.

ABSTRACT

This research aims to analyze the transformations that have happened in the rural area of the Municipality of Cerrito – RS. This is an exploratory study to understand the socioeconomic changes caused by the (re) organization of the agricultural and livestock areas, since the insertion of new production techniques and the impacts on milk production in the municipality. Territorial policies with their weaknesses and strengths were analyzed, exploring the three main public policies in Cerrito: Bolsa Jovem Rural, PAA and PNAE, rural space transformers. The time frame is from the 1960s with the beginning of the agriculture modernization to the most current date, with data available in official agencies. Therefore, to do the research, it was necessary to analyze the historical and socioeconomic processes of the municipality, exploratory research and a survey of secondary data from IBGE, EMATER and the municipality prefecture. Qualitative research with an empirical analytical focus also occurred through field research through semi-structured interviews with farmers in the municipality. The concepts of form, function, structure and process, proposed by Milton Santos, were used to explain how the social space is structured and its respective changes over time, and they can also be used as primary categories in understanding the current spatial organization of Cerrito. Transformations in rural areas, production systems and rural activities over time are essential to

understand the multiplicity of possibilities and to design rural development plans and public policies for the development of societies in rural areas.

Keywords: Transformations of Rural Space; Milk Production; Cerrito

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----------|
| Figura 1 - Mapa de localização da área de estudo..... | 22 |
| Figura 2 - Perfil das unidades de Paisagem do município de Cerrito | 29 |
| Figura 3 : Mapa do atual território de Cerrito e seus limites..... | 31 |
| Figura 4 - Mapa Geomorfológico de Cerrito..... | 33 |
| Figura 5 Afloramento rochoso no Interior de Cerrito..... | 33 |
| Figura 6 - Precipitação Média Anual do RS..... | 35 |
| Figura 7 – Temperatura média anual do RS..... | 36 |
| Figura 8 - Mapa de Solos de Cerrito..... | 37 |
| Figura 9- Mapa de Vegetação de Cerrito | 39 |
| Figura 10 - Vegetação do tipo Gramíneo-Lenhosa com floresta-de-galeria | 40 |
| Figura 11 - Vegetação do tipo Estepe Arborizada com Floresta-de-galeria. | 40 |
| Figura 12 - Mapa de Hidrografia de Cerrito..... | 41 |
| Figura 13 - Mapa da área de estudo com atributos físicos nas unidades de paisagens delimitadas..... | 43 |
| Figura 14– NDVI do município de Cerrito – NOVEMBRO/2017 | 44 |
| Figura 15- Pirâmide etária de Cerrito..... | 46 |
| Figura 16– Movimento migratório década de 1980 em Pedro Osório e Cerrito | 54 |

| | |
|--|-----|
| Figura 17– Movimento migratório década de 1990 em Pedro Osório e Cerrito | 54 |
| Figura 18– Movimento migratório década de 2000 em Cerrito | 55 |
| Figura 19 - Concurso leiteiro da Festa do leite Jersey. | 74 |
| Figura 20 - Vista da festa, estandes e mostra das vacas leiteiras. | 75 |
| Figura 21 - Festa do Leite e aniversário do Município de Cerrito | 76 |
| Figura 22- Representação da cadeia produtiva do leite de acordo com os segmentos apresentados por Gomes (2001). | 87 |
| Figura 23– Estrutura do ambiente institucional e organizacional das cadeias produtivas. | 91 |
| Figura 24 - Nuvem de palavras sobre as principais respostas sobre a atividade do leite | 102 |
| Figura 25 - Mapa de localização da área de estudo. | 106 |
| Figura 26 - Área de produção construída através da bolsa juventude rural. | 117 |
| Figura 27- A juventude Rural o futuro do campo. | 117 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 01 - Alteração na produção de grãos: queda do arroz e avanço da soja | 49 |
| Gráfico 02 – Produção Pecuária de leite de vaca em Cerrito– Quantidade produzida (Unidade: Litros x 1000) | 94 |
| Gráfico 03 –Número de vacas Ordenhadas em Cerrito | 95 |
| Gráfico 04 - Influências que justificam a saída da produção de leite apontada pelos produtores | 97 |
| Gráfico 05 - Atividades pós saída da produção de leite | 98 |
| Gráfico 06 – Como se dava a especialização dos agricultores entrevistados | 99 |
| Gráfico 07 - Itens específicos da atividade como custo irre recuperável | 100 |
| Gráfico 08 - Evolução do PAA em Cerrito | 120 |

LISTA DE QUADRO

Quadro 01: Síntese da Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários 58

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|-----------|
| Tabela 01 – Estabelecimentos Agropecuários em Cerrito – RS. | 48 |
| Tabela 2 – Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários de Cerrito – RS. | 50 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCAR - Associação Sulina de Assistência Técnica e Extensão Rural

CEEE- Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica

COSULATI - Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda

CPA – Cadeia de Produção Agroindustrial

ECT- Economia dos Custos de Transação

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FEAPER – Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais

Ha – Hectare

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IN – Instrução Normativa

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

PA – Projeto Assentamento

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PRA – Projeto de Recuperação de Assentamento

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROVAP - Programa de Valorização da Pequena Produção Rural

RS – Rio Grande do Sul

SC/HA – Saco por hectare

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 16 |
| Objetivos | 21 |
| Objetivo Geral | 21 |
| Objetivos Específicos | 21 |
| Capítulo 1 - GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE CERRITO-RS | 29 |
| 1.1 Breve História de Emancipação do município de Cerrito | 30 |
| 1.2 Condições Físico-Ambientais | 31 |
| 1.2.1 Geomorfologia | 31 |
| 1.2.2 Clima | 34 |
| 1.2.3 Solos | 37 |
| 1.2.4 Vegetação | 38 |
| 1.2.5 Hidrografia | 41 |
| 1.3 Economia Rural e População | 44 |
| 1.3.1 População, Economia e Estrutura Fundiária | 45 |
| 1.3.2 Produção Agropecuária | 48 |
| 1.3.3 A migração e a relação Campo Cidade em Cerrito -RS | 52 |

| | |
|--|-----|
| Capítulo 2- PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CERRITO, IDENTIDADE E TERRITÓRIO | 56 |
| 2.1 História de Cerrito | 57 |
| 2.2 Sistemas Agrários de Cerrito – RS | 57 |
| 2.2.1 Sistema Agrário Pampeano | 59 |
| 2.2.2 Sistema Agrário Vacaria Del Mar | 60 |
| 2.2.3 Sistema Agrário Sesmarias | 61 |
| 2.2.4 Sistema Agrário de Estâncias | 63 |
| 2.2.5 Sistema Agrário Contemporâneo | 64 |
| 2.2.6 Sistema Agrário Atual | 68 |
| 3- PRODUÇÃO LEITEIRA E O ATUAL CENÁRIO DO MUNICÍPIO | 79 |
| 3.1 A Modernização Da Agricultura, O Agronegócio E Agricultura Familiar Na Produção Leiteira | 80 |
| 3.2 A Cadeia Produtiva do Leite | 85 |
| 3.3 Ambiente institucional e organizacional / Agentes Transformadores na Produção Leiteira | 89 |
| 3.4 O Caso do Município de Cerrito | 92 |
| Capítulo 4 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITORIAIS NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM CERRITO - RS | 105 |
| 4.1 um olhar sobre o assentamento Cerrito a influência no território e no desenvolvimento rural de Cerrito – RS | 105 |
| 4.1.1 A REFORMA AGRÁRIA E O TERRITÓRIO | 107 |
| 4.1.2. O Assentamento Cerrito e a Influência No Desenvolvimento Territorial de Cerrito | 111 |
| 4.2 As Políticas Públicas no Fortalecimento da Agricultura Familiar e no Desenvolvimento Rural | 114 |
| 4.2.1 A bolsa Juventude Rural | 114 |
| 4.2.2 O PAA, PNAE e Controle Social | 118 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 121 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 127 |
| APÊNDICES | 136 |
| APÊNDICE A – Roteiro de entrevista aplicado aos produtores que deixaram a atividade do leite em Cerrito-RS | 137 |
| APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS PARTICIPANTES DA FESTA DO LEITE JERSEY | 138 |
| APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS PRODUTORES DE LEITE DO MUNICÍPIO DE CERRITO | 139 |

| | |
|---|------------|
| APÊNDICE D– ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO ASSENTAMENTO DE CERRITO - RS..... | 140 |
| APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JOVENS QUE RECEBERAM A BOLSA JUVENTUDE RURAL EM CERRITO..... | 141 |

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como enfoque analisar as transformações que vem ocorrendo no espaço rural no município de Cerrito- RS, através da modernização da agricultura, emancipação do município e os processos que impulsionaram as principais mudanças na produção agropecuária, na organização fundiária e nas relações de trabalho, remodelando a paisagem e a estrutura socioeconômica do município de Cerrito.

Desde as primeiras formas de organização das sociedades, o comando sobre a terra se torna um meio condicionante nas relações sociais e de desenvolvimento das sociedades. O ato de regular as práticas da agricultura, de domesticação das plantas e os animais, ao longo do tempo gerou certa estabilização econômica dos territórios.

A partir da modernização da agricultura, das relações de produção e o processo de urbanização, possibilita caracterizar esse meio-técnico-científico-informacional como aponta Milton Santos e como esses processos vão se assetando a partir das condições locais da sociedade, através dos sistemas de objetos e de ações e a forma conteúdo e que impulsionaram as principais mudanças na produção agropecuária, na organização fundiária e nas relações de trabalho, agindo também sobre a paisagem.

A agricultura através do agronegócio é um setor muito importante no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e no superávit da balança comercial brasileira, no que tange o comércio de commodities para exportação. Dessa forma as atividades agrícolas e pecuária bem como outros segmentos de produção, foram ao longo do tempo se especializando, se modernizando e melhorando as técnicas de produção buscando eficiência nos meios de produção. Segundo Cargnin e Fontoura (2016) o que diferencia o campo da cidade é a terra como elemento chave para produção no campo e na cidade o fator localização é mais importante para geração de capital.

O trabalho tem o intuito de fazer uma reconstrução histórica e socioeconômica do município de Cerrito, que está situado ao sul do Rio Grande do Sul. Pois compreender as dinâmicas de uso e ocupação da terra é de suma importância no desenvolvimento das sociedades, estas, que encontram limites

geográficos para seu desenvolvimento relacionado com as condições naturais existentes sobre o espaço. Ao longo do tempo é possível identificar diferentes paisagens desse espaço e respectivamente as dinâmicas socioeconômicas e produtivas, e como essas sociedades vão utilizando das técnicas disponíveis em determinando momento e vão se adaptando as condições existentes e transformando o meio e deixando rugosidades no espaço.

Os meios de uso do espaço rural e as técnicas adotadas, como se consolidam os sistemas de produção e os sistemas agrários, são reflexos da ação antrópica sobre a natureza. De modo a abarcar as atividades econômicas e sociais de determinados locais, e construindo parte da cultura local. Com isso a partir das categorias de análise do espaço proposta por Milton Santos, forma, função, estrutura e processo é que é feita a análise do espaço rural, e a evolução e diferenciação dos sistemas agrários. Sendo que, desde as primeiras formas de ocupação do homem sobre o espaço, a terra é um fator chave das relações sociais e de disputas por territórios.

Segundo Santos (2008, p. 67) “a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade”. Segundo Fontoura (2020) para a classificação de diferentes usos da terra, entende-se que é necessário a analisar os sistemas de produção e os sistemas agrários. Desse modo, esses conceitos permitem analisar as formas de organização econômica e produtiva.

Dessa forma, as técnicas e práticas de regular a agricultura permitiu o desenvolvimento das sociedades, bem como o aumento da produção de excedentes advindos da atividade primária que possibilitou a expansão dos territórios desde a antiguidade até os dias atuais. Mazoyer e Roudart (2010) constrói a teoria dos Sistemas Agrários e pontam essa teoria como um instrumento intelectual que vai permitir através da complexidade das formas de agricultura identifica-las em grandes marcos, através das transformações ao longo do tempo e das diferenciações geográficas das agriculturas humanas.

Os estudos realizados por Corrêa (2011) tipificam os pequenos municípios brasileiros, no qual se enquadra o município de Cerrito. Ainda

segundo Corrêa (2011) as pequenas cidades têm diversas origens, sendo que a partir dos anos de 1950 foram verificadas diversas transformações espaciais no país, que passa de uma economia rural para urbano industrial, influenciando toda a dinâmica das pequenas cidades.

No Brasil, desde meados da década de 1960, na agricultura se intensifica processo de modernização do campo, privilegiando a produção agrícola em grande escala, a adição de insumos industriais para aumentar a produtividade da terra e do trabalho. Para potencializar a produção são inseridos nas lavouras, defensivos agrícolas para manejo das lavouras, corretivos e fertilizantes sintéticos para correção e adubação do solo. Essa situação trouxe efeitos no aumento da produtividade da terra e do trabalho, mas também efeitos como a degradação ambiental, as desigualdades sociais, êxodo rural e o comprometimento da produção familiar. Essa industrialização do campo trouxe como consequência mudanças nas relações de produção agrícola e pecuária, influenciando e remodelando as estruturas socioeconômicas e políticas no meio rural.

Segundo Cardona *et al* (2016) para a visão de desenvolvimento rural, essa ideia está vinculada a base material de produção agropecuária. Dessa maneira, ainda segundo o mesmo autor, buscou-se o desenvolvimento em área plantada, formatos tecnológicos, produtividade, etc. Cabe aqui ainda mencionar que os processos de industrialização e modernização do campo no Brasil foram os principais agentes que impulsionaram as principais transformações no espaço rural. Segundo David (2015) o espaço rural do Rio Grande do Sul vem apresentando inúmeras mudanças que evidenciam a implantação de novos arranjos produtivos e sociais que são decorrentes dos avanços tecnológicos na agricultura e as demandas de mercado. As transformações devido ao avanço tecnológico causaram diversas mudanças nos vários segmentos produtivos, cabe destacar nessa pesquisa as mudanças na cadeia produtiva do leite, como será possível ver mais à frente, dados que mostram a importância dessa produção no município de Cerrito e a queda na produção leiteira.

As recentes mudanças na agricultura, com ênfase na cadeia produtiva do leite, como as Instruções Normativas (IN) 76 e 77, levaram esse segmento cada vez mais a se especializar, no que diz respeito a uso dos ativos específicos na

produção, nível tecnológico e manejo produtivo. A atividade leiteira tem um papel importante na sustentabilidade das propriedades agrícolas familiares, tanto no consumo quanto na geração de renda. Sendo uma atividade que é capaz de gerar um rendimento mensal ou quinzenal, relativamente equilibrada aos produtores, quanto pela possibilidade de utilizar terras com baixo a médio índice de produtividade.

Porém, ao longo do tempo a cadeia produtiva do leite vem sofrendo muitas transformações no que tange ao grau de especialização na cadeia, com ênfase, neste trabalho, para os produtores de leite em relação qualidade do produto. O custo de produção é um grande desafio, pois as despesas para atender as exigências do mercado são elevadas. Isso significa que o produtor terá que, cada vez mais, estar adequado com as novas tecnologias e exigências de mercado. Com isso, colocando em risco a continuidade de muitos agricultores de cunho familiar mini fundiários principalmente nesse tipo de atividade, tanto pela necessidade de especialização, quanto, no que tange escala de produção, para aumentar escala pode tornar a atividade para essa parcela em alguns casos não rentáveis.

Desde a emancipação político-administrativa do município de Cerrito em 1995, segundo os dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Cerrito a população total que era de 6.925 habitantes passou para 6.402 em 2010 e os dados mais atualizados demonstram que o número de habitantes segue diminuindo tanto na área urbana, quanto na área rural. O município possui sua economia voltada para o setor agropecuário tendo como maior expressão a produção leiteira. Atualmente Cerrito e região vêm passando por uma crise em uma de suas matrizes econômicas, a produção leiteira combinado com o avanço da produção de soja nesta área de estudo.

Combinado a esses fatos, uma alternativa que vem cada vez mais aumentando a sua abrangência são as Políticas Públicas tanto federais quanto estadual. Essas políticas públicas são fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar, do jovem rural e da parcela da sociedade mais vulnerável atrelado ao conceito de segurança alimentar.

Essa pesquisa justifica-se pela busca do conhecimento sobre as mudanças nos padrões e nas bases técnicas de produção no meio rural de um pequeno município com base econômica voltada para a atividade agrícola e pecuária, transformando a paisagem. O município escolhido para o estudo também partiu da participação e vivência autora-objeto de estudo. Como aponta Saquet “A paisagem está ligada à produção do espaço; é transformada (artificial) e natural: A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais.” (SAQUET, 2007, p. 140).

As transformações ao longo do tempo sobre um determinado espaço causam alterações nas relações sociais e na base dos sistemas de produção. Para Santos (2008):

A sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade. A paisagem é o resultado cumulativo desses tempos (e do uso de novas técnicas). No entanto, essa acumulação a que chamamos de paisagem decorre de adaptações (imposições) verificadas nos níveis regional e local não só as diferentes velocidades como também as diferentes direções. [...], por conseguinte a paisagem é formada pelos fatos do passado e do presente. A compreensão da organização espacial, bem como de sua evolução, só se torna possível mediante a acurada interpretação do processo dialético entre formas, estruturas e funções através do tempo. (SANTOS, 2008, p. 68)

Segundo Silva “as transformações porque passa a agricultura, na sua essência, representam a sua adequação ao sistema capitalista como reflexo das transformações por que passa o próprio capital.” (SILVA, 1982, p. 126). O modo hegemônico de produção no campo ocorre de forma desigual no tempo e no espaço, a agricultura capitalista desenvolveu-se em busca do aumento da produtividade, aceleração do processo de cultivo tornando mais intenso o uso da terra. Como aponta Oliveira (1991) o capital cria e recria condições para que seja possível uma produção de forma que se expandam os agricultores e conseqüentemente o capital. Ou seja, as relações capitalistas estão sempre se renovando para que se mantenham as relações de acumulação de capital.

Para isto a análise da paisagem e dos sistemas de produção vem a contribuir para os estudos geográficos, pois o objetivo é descobrir o equilíbrio entre a organização e a divisão do trabalho social, a técnica utilizada, o meio, no sentido de identificar os sistemas de produção e os sistemas agrários a partir das marcas deixadas na paisagem. (FONTOURA, 2014, p. 23)

Cabe mencionar que um dos fatores que os pequenos produtores sofrem é a modernização e a imposição dos mercados aos quais esses agricultores estão sujeitos, onde lhe é exigido uma tecnificação e padronização muitas vezes causando um endividamento dos produtores, mas também em muitos casos melhorando a qualidade. Como aponta Silva (1982) essas modificações no campo operam no sentido de tornar os agricultores cada vez mais dependentes desses mecanismos estruturais do mercado em diferentes níveis.

A partir das obras de Milton Santos, Pessôa (2007) faz uma ligação do período do meio técnico-científico-informacional repercutindo no espaço agrário. Segundo a autora “as diferenças regionais já existentes no espaço agrário brasileiro se acentuaram com a introdução das inovações no período técnico-científico-informacional”. (PESSÔA, 2007, p. 267). Assim, a partir da incorporação da tecnologia e modernização da agricultura no processo produtivo causaram e causam mudanças no espaço rural e como decorrência a emergência de novas ruralidades combinando funções tradicionais no campo com o surgimento de novas funções.

Objetivos

Objetivo Geral

- Analisar os processos de transformações no espaço rural e a relação campo cidade no município de Cerrito / RS a partir da década de 1990 até os dias atuais.

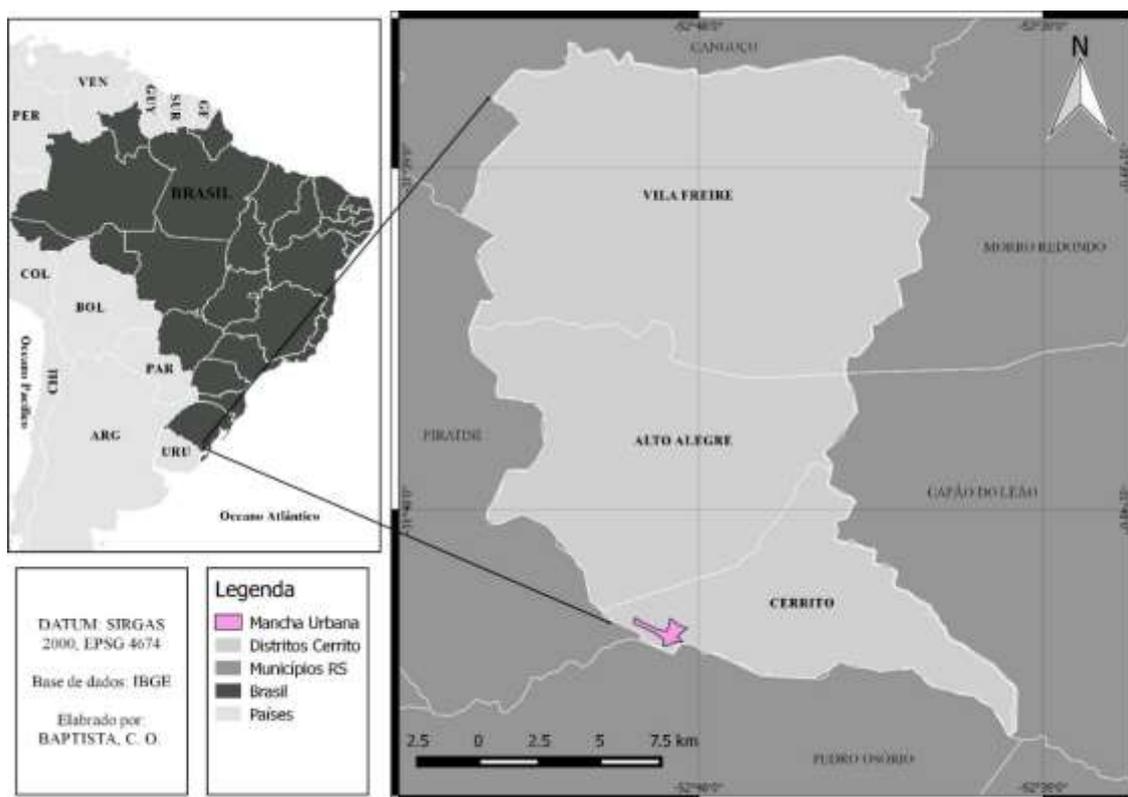
Objetivos Específicos

- Coletar dados sobre a produção agropecuária e representar graficamente e caracterizar os sistemas de produção do município;
- Traçar a evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários;
- Analisar os impactos gerados pela Cooperativa Sul-Rio-Grandense de Laticínios Ltda (Cosulati) no município e a crise na matriz leiteira;
- Analisar os efeitos das políticas públicas utilizada pelos agricultores no município e Analisar o funcionamento de políticas territoriais, os assentados de reforma agrária em Cerrito.

A área de estudo é o município de Cerrito (figura 01), localizado no Sul do Estado do Rio Grande do Sul, na latitude 31°51'23" sul e longitude 52°48'46" oeste. Limita-se com os municípios de Capão do Leão, Morro Redondo, Piratini, Canguçu e Pedro Osório. Possui uma área de 451,9 km² e 6.402 habitantes segundo IBGE (2010). Possui a economia voltada ao setor agropecuário tendo

como maior expressão a produção leiteira com criação de gado da raça Jersey e produção de matriz leiteira reconhecida por sua categoria genética produzindo leite de boa qualidade. Constituído por pequenas propriedades rurais e minifúndios, destaca-se a produção de milho, soja, arroz e gado de corte. O município de Cerrito é formado por três distritos, sendo o primeiro distrito a sede urbana, o segundo denominado Alto Alegre e o terceiro Vila Freire. Cerrito, é um município que tem 75% da renda advinda da atividade primária.

Figura 01 - Mapa de localização da área de estudo.



FONTE: Elaborado por, BAPTISTA, C. O. 2019.

O município de Cerrito está situado no Escudo Uruguaio Sul Rio-Grandense, na unidade estrutural do Planalto Sul Rio-Grandense, mais especificamente nos Planaltos Rebaixados Marginais, a uma altitude de 50 metros, sob os terrenos cristalinos do Escudo. Segundo Telles (2002) estes terrenos são constituídos em grande parte por rochas magmáticas intrusivas, rochas metamórficas, rochas geradas a partir da dinâmica interna da terra. O relevo do município apresenta as seguintes formas: plana 10 %, ondulada 63 %, montanhosa 27 %, com uma declividade média entre 5 e 8 % (EMATER, 1997). A sede municipal de Cerrito está a 13 m acima do nível médio do mar. Os solos

do município têm predominância franco-arenosa, com baixos índices de matéria-orgânica.

Os processos metodológicos utilizados durante a pesquisa foram delineados e estruturados de maneira que fosse possível cumprir com os objetivos ao longo do trabalho sendo então, organizados conforme as informações coletadas em cada etapa. Trata-se de um estudo exploratório sobre as transformações no espaço rural a partir dos processos de modernização da agricultura e da relação campo-cidade com ênfase no caso do município de Cerrito. A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa de campo com roteiro de entrevista para obtenção dos dados necessários numa abordagem qualitativa.

O espaço amostral da pesquisa restringe-se ao município de Cerrito, e o recorte temporal utilizado é o período aproximadamente de 1990 até os dias atuais, realizando uma análise desde o começo do processo da modernização da agricultura na referida área de estudo os avanços na produção de leite até a atualidade analisando os processos de transformações no espaço rural. É importante a realização de uma análise histórica do município bem como a realização de uma caracterização física e socioeconômica para compreender as dinâmicas locais dessa forma compreendendo o movimento dos sistemas agrários, as formas de ocupação e uso da terra e conseqüentemente a formação econômica e as relações de produção.

Esta pesquisa é uma análise qualitativa dos dados obtidos em campo, permitindo enfatizar as relações entre amostra e objeto de estudo. Segundo Kühn (2017) o tipo de pesquisa de cunho qualitativo refere-se ao aprofundamento da compreensão de determinada variável ou problema, não havendo um modelo único. “A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 31)

No primeiro momento para problematização e estruturação dos objetos foram realizadas pesquisas exploratórias, “as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (Gil, 2010, p. 27). Segundo a tradução de Nasser

de Poupart *et al* (2008) uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória possibilita aproximar-se e se familiarizar com o contexto social e as problemáticas adjacentes. Sendo assim, segundo o autor anterior na pesquisa qualitativa e o objeto de pesquisa, pois é ao mesmo tempo um ponto de partida e ponto de chegada.

Na primeira etapa, o primeiro capítulo, trata de uma caracterização geográfica das condições físicas, econômicas e sociais do município de Cerrito. Para organizar o capítulo foi estruturado em três etapas, a primeira parte do capítulo foi feita uma breve história do município de Cerrito e seu processo de emancipação, pois no segundo capítulo será mais detalhado a parte histórica. Para compreender as dinâmicas das relações que se dão no espaço rural é necessário apreender as dinâmicas físicas e naturais que condicionam o uso e ocupação da terra, as atividades desenvolvidas nas propriedades e conseqüentemente as formas de especialização, melhoramento, investimento nos estabelecimentos rurais.

Para realizar a caracterização das condições físicas e naturais do município de Cerrito foram utilizados os dados do IBGE das bases cartográficas digitais, a partir dessas bases digitais, foi realizado o mapeamento das variáveis geomorfológicas, solos e vegetação para o município em estudo. A partir dessas variáveis identificadas no território de Cerrito foram compreendidas através dos conceitos e estudos já realizados. A base cartográfica digital do mapa de hidrografia foi utilizada do Cadastro Rural do INCRA, o qual foi mais bem definido para compreensão da questão. Os dados de clima e precipitação foram compreendidos através de referencial bibliográfico e do atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul. Por fim, para entender as dinâmicas naturais do município foram compiladas as variáveis e sobrepostas sobre no mapa final.

As condições físicas do ambiente não são homogêneas, dessa forma para melhor compreender as dinâmicas produtivas foram realizados um zoneamento ambiental referente as características físicas como unidades de paisagens. Na última parte deste capítulo, foi realizado uma caracterização socioeconômica do município, através de dados secundários do IBGE através dos censos agropecuários e demográficos e de pesquisas exploratórias com dados obtidos na prefeitura municipal e EMATER municipal. E referente aos dados de

população foram realizados mapeamento através do software QGis com dados de um estudo da EDUNISC sobre a evolução das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul para compreender as dinâmicas populacionais, os movimentos de migração e deslocamento.

No segundo capítulo que se trata do Processo de Formação de Cerrito identidade e território foi traçado e calcado na evolução e diferenciação dos Sistemas Agrários e Sistemas de Produção, foi realizada pesquisa bibliográfica para fazer a reconstrução histórica de ocupação e uso da terra. A partir da teoria de sistemas agrários propostas por Mazoyer e Roudart (2010) e de Miguel (2018) que trata da dinâmica dos sistemas agrários e dos sistemas de produção do Rio Grande do Sul é que se baseou esse capítulo para traçar a evolução dos sistemas agrários do município de Cerrito. Foi realizado uma pesquisa bibliográfica na biblioteca municipal de Pedro Osório que dispõe de documentos e dados históricos específicos deste município e Cerrito.

A pesquisa Bibliográfica segundo Kühn (2017) baseia-se na análise e levantamento de material já elaborado por outros autores no meio acadêmico científico. A divisão temporal-histórica dos Sistemas Agrários de Cerrito foi dividida a partir dos grandes marcos e acontecimentos que marcaram a história do Rio Grande do Sul, a região Sulina e o município de Cerrito. Para a elaboração da caracterização dos sistemas de produção foram levantados dados preliminares com a EMATER municipal. Através do conceito de Sistemas de Produção é que foi baseada e realizada a caracterização a partir dos dados secundários.

Para finalizar o segundo capítulo abordou-se as questões culturais que ligam a produção leiteira a identidade do município tanto na questão dos sujeitos que apresentam uma territorialidade, traços culturais da história quanto no âmbito econômico. Com isso foi realizado uma pesquisa bibliográfica sobre identidade, território, dados históricos da importância da raça Jersey e da produção leiteira do município. Para fomentar essa questão cultural, foi realizado uma pesquisa de campo na 15ª Festa Municipal do Leite Jersey de Cerrito, onde foram realizadas 25 entrevistas semiestruturada (apêndice B) sobre a perspectiva dos participantes da festa sobre a importância desta festividade no município.

Através da saturação da amostra é que se delimitou o número de entrevistados e para compreensão dos dados foi realizado a análise de conteúdo.

No terceiro capítulo sobre a Produção Leiteira e o atual cenário foi dividida em cinco partes, A Modernização da Agricultura, O Agronegócio e Agricultura Familiar na Produção Leiteira, estes conceitos são imprescindíveis para compreender a dinâmica da produção leiteira, os investimentos necessários nesta produção e os danos que podem sofrer os pequenos produtores rurais. No segundo subcapítulo é destacado a cadeia produtiva do leite e os fatores que influenciam diretamente todos os segmentos com ênfase nos produtores de leite, como os custos de produção e custos irrecuperáveis. Já no terceiro foi discutido o ambiente institucional, regulador principal da cadeia produtiva do leite e os agentes transformadores deste seguimento.

No quarto subcapítulo deste mesmo capítulo é analisado o caso do município de Cerrito (apêndice c) para isto foi analisado em pesquisas exploratórias a queda da produção de leite e o avanço da soja. Ainda nesta temática, para este trabalho foram realizadas pesquisas exploratórias com informantes chaves do município de Cerrito, da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS do escritório municipal e da Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios – COSULATI, e na Prefeitura Municipal de Cerrito para levantamento de dados específicos, como, a diminuição do números de produtores de leite, o aumento da produção de soja, e a respectiva crise na COSULATI, na qual essa cooperativa atendia maior parte dos produtores de leite do município e na região.

Dessa forma, foi realizado uma pesquisa de campo, que visou identificar e analisar os produtores que estão abandonando a atividade leiteira no município e as respectivas causas para esta evasão na produção de leite. A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa de campo com roteiro de entrevista (apêndice A) para obtenção dos dados necessários numa abordagem qualitativa, com análise de conteúdo obtidas a campo. Foram entrevistados 25 agricultores, que abandonaram a atividade leiteira no período de 2015-2019, o período inicial de 2015 foi utilizado devido dados observados pela pesquisa pecuária municipal do IBGE que aponta para o declínio da produção até o ano de 2019 que foi o período

da realização da pesquisa de campo, a mostra se deu através da saturação da amostra.

“a saturação empírica designa, assim, o fenômeno pelo qual o pesquisador julga que os últimos documentos, entrevistas ou observações não trazem mais informações suficientemente novas, ou diferentes, para justificar uma ampliação do material empírico.”
(tradução de Nasser de POUPART *et al*, 2008, p. 198).

Após identificação e pesquisa de campo com os produtores que abandonaram a atividade leiteira foi realizado uma pesquisa, no formato virtual, devido as condições sanitárias da PANDEMIA de COVID 19, onde em 12 meses foi obtido um total de 17 respostas sobre a produção leiteira (apêndice C), o que sentem em relação ao atual cenário, custos de produção e sentimentos de satisfação/insatisfação.

Para finalizar essa pesquisa sobre as transformações do espaço rural e a relação campo-cidade em Cerrito – RS, foram analisadas as políticas territoriais e as políticas públicas no desenvolvimento territorial para fortalecimento da agricultura familiar de Cerrito. Foi realizado pesquisas de campo, no assentamento Cerrito (apêndice D) com entrevistas semiestruturadas para compreender a dinâmica dessas políticas territoriais de luta pela terra e de reconhecimento no território. Para isso foi necessário pesquisa bibliográfica sobre a reforma agrária, luta pela terra, conceito de território e desenvolvimento territorial.

Foi identificado as características dessas pessoas, como funciona a produção, o acesso a crédito, políticas públicas etc. Feito o trabalho de campo, tabulação dos dados, foi realizado análise de conteúdo para compreender essa relação no território e influencias na dinâmica territorial. Por fim foi realizado um apanhado sobre as políticas públicas, suas potencialidades e fraquezas, através dos dados disponíveis na EMATER municipal. As políticas públicas analisadas foram o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Bolsa Juventude Rural.

Para finalizar o levantamento de dados foi realizado uma pesquisa virtual com quatro meninas (apêndice E), jovens que receberam o benefício da Bolsa Juventude Rural com intuito de compreender os benefícios e as influencias na vida e na propriedade desses jovens. Pois compreender a questão da juventude

rural é de suma importância no que tange a questão de sucessão rural e de desenvolvimento rural.

Dessa forma, essa pesquisa é realizada numa abordagem qualitativa dos dados, com caráter descritivo empírico-analítico, através de pesquisa bibliográficas e pesquisas de campo tanto presencial quanto no formato virtual, com entrevistas semiestruturadas, com análise de conteúdo. Para finalizar cabe destacar que um dos fatores que limitou fortemente a pesquisa foi a Pandemia de COVID -19 pois grande parte da pesquisa de campo foi atingida, limitando-se no formato digital via plataforma do Google Formulário que foi pouco acessada devido as limitações de uso com a plataforma e por telefone foi inviável devido a indisponibilidade de sinal de antena.

Capítulo 1 - GEOGRAFIA DO MUNICÍPIO DE CERRITO-RS

Através das condições naturais e geográficas é que os meios de ocupação vão ocorrer em um primeiro momento, devido a situação natural, aos meios técnicos disponíveis no espaço em um determinado período histórico. Por isso, é de suma importância analisar as variáveis físico-naturais, econômica e sociais que compreendem o território para compreender as dinâmicas de uso e ocupação da terra ao longo do tempo.

Segundo Diniz (1984) a geografia agrária busca analisar espacialmente as funções e atributos agrícolas e os fenômenos agrários em toda a sua complexidade, sendo que a realidade é que a agricultura é imensamente diversificada, apresentando-se em diferentes condições de uma região para outra, de uma área para outra, até mesmo de uma propriedade para outra. É importante ainda destacar a importância da agricultura como atividade econômica que influencia tanto no âmbito econômico, como social e ambiental no espaço rural, nas relações de produção.

Para melhor compreender as dinâmicas naturais do município, foi realizado um zoneamento regional dividindo o município em três regiões como ilustrado na figura 02, cada uma delas apresentando um certo grau de homogeneidade dada as condições de localização geográfica. Sendo assim, essas regiões são denominadas de unidade de paisagem I, II e III. O relevo do município apresenta as seguintes formas: plana 10 %, ondulada 63 %, montanhosa 27 %, com uma declividade média entre 5 e 8 % (EMATER, 1997).

Figura 02 - Perfil das unidades de Paisagem do município de Cerrito



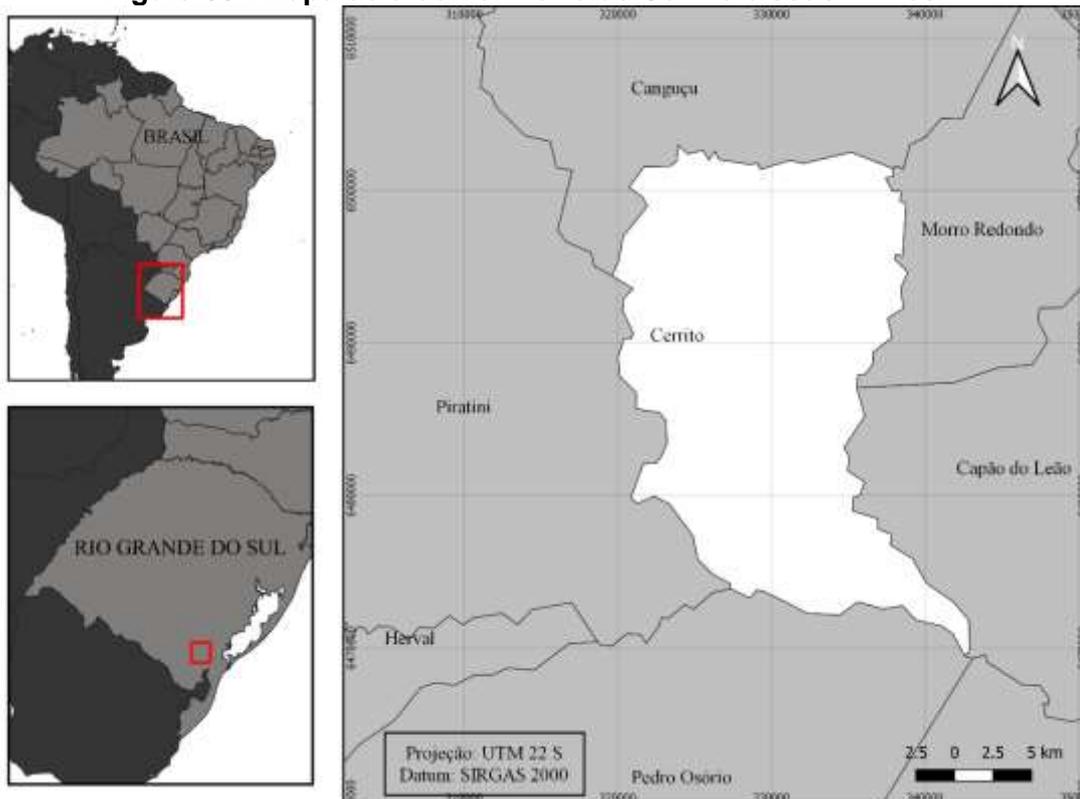
Fonte: elaborada por BAPTISTA, C.O, 2019.

1.1 Breve História de Emancipação do município de Cerrito

Na história das emancipações dos municípios gaúchos, até chegar na área de estudo é importante traçar a trajetória dos municípios. Em 1809 o estado do Rio Grande do Sul tinha apenas quatro municípios entre eles Rio Grande, que em 1832 ocorreu a emancipação de Jaguarão, que em 1873 Arroio Grande se emancipou, seu território compreendia a atual área Pedro Osório, Cerrito e Arroio Grande propriamente. Com isso, em 1959 a Vila Olimpo se emancipa, hoje reconhecido como Pedro Osório, levando consigo parte do território de Canguçu que pertencia a comunidade de Cerrito. Na conhecida “última leva” de emancipações em 1995 que Cerrito se desintegra de Pedro Osório, tornando-se município.

Segundo Bento (2005) desde a emancipação de Pedro Osório, sempre houve descontentamento por parte da população Cerritense devido à falta de estrutura que fosse capaz de atender as demandas da sociedade. A comunidade reivindicava equidade na disposição de serviços, como serviços bancários, correspondência, delegacia, etc. A partir desta insatisfação com as condições dispostas naquele momento, a comunidade começou a se unir e se preparar para se emancipar. Havia anseio por parte da população em “caminhar com as próprias pernas”, em 1991 aconteceu a primeira tentativa, porém sem sucesso, somente em 1995 que o movimento pela emancipação de Cerrito (figura 03) surgiu mais forte e melhor estruturado, alcançando o objetivo de se emancipar de Pedro Osório.

Figura 03 : Mapa do atual território de Cerrito e seus limites



Fonte: Base de dados: IBGE. Elaborado pela autora em 2019.

Atualmente Cerrito possui sua economia calcada na produção agropecuária com maior expressão advinda da soja e da pecuária. Possui pequenos comércios locais, centralizados nas pequenas vilas.

1.2 Condições Físico-Ambientais

A localização geográfica sobre determinado espaço, através das condições de relevo, clima, recursos hídricos, tipos de solos e vegetação são as primeiras variáveis que condicionam as possibilidades de ocupação humana. Sendo assim, torna-se imprescindível compreender as condições físicas do ambiente.

1.2.1 Geomorfologia

O município de Cerrito está situado sobre duas regiões geomorfológicas com quatro unidades de relevo distintas figura 04. A porção menor está situada na região geomorfológica da Planície Costeira interna, com duas unidades de relevo, a Planície Aluvio-Coluvionar e a Planície Lagunar. A região geomorfológica que compreende a maior parte do território de Cerrito é a região

geomorfológica do Planalto Sul Rio-Grandense com outras duas unidades de relevo, os Planaltos Rebaixados Marginais e os Planaltos Residuais.

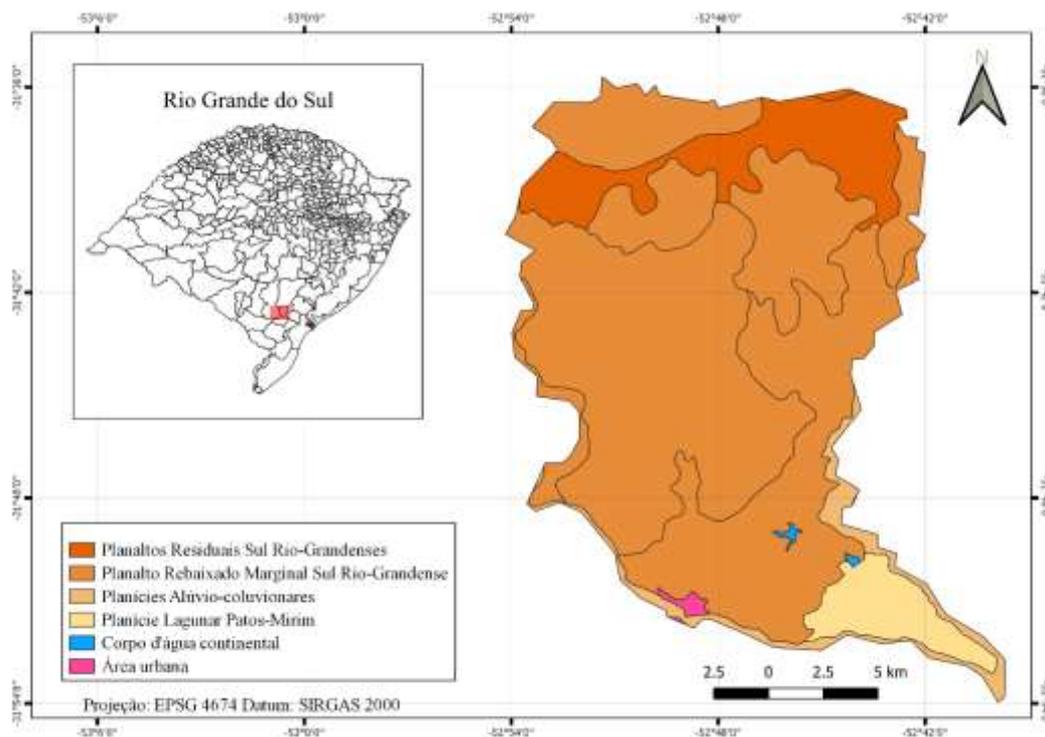
Segundo Marth (2017) a morfogênese do relevo do Escudo Sul Rio-Grande – ESRG começa a se configurar a partir da ruptura de Gondwana, sucedendo desde este período diversas ações, tanto relacionadas a neotectônica, quanto aos agentes físicos, como as condições climáticas ao longo do tempo, que vieram a modelar o relevo desta unidade. Ainda segundo Marth (2017) a morfoestrutura do ESRG é composta por rochas metamórficas, ígneas e sedimentares do Paleoproterozóico e Neoproterozóico, abrangendo cerca de 50 municípios com uma área de 45.773,60km² no estado do Rio Grande do Sul.

Na região geomorfológica da Planície Costeira Interna que compreende a área total da unidade de paisagem I, é característica regiões planas de formação sedimentar e dentro dos limites do município encontra-se duas unidades geomorfológicas desse tipo, a Planície Aluvio-Coluvionar e Planície Lagunar, a primeira, segundo Telles (2002) e Lucas (2015) compreende as bordas do município com sedimentos advindos das terras altas e depositadas ao longo dos canais de drenagem suavemente rampeada para leste, já a Planície Lagunar Patos-Mirim abrange a porção mais central dessa porção ao Sul do município, correspondendo a superfície plana, homogênea, de materiais sedimentares bem selecionados, acumulações típicas de ambientes lacustres.

Na região geomorfológica do Planalto Sul Rio-Grandense do escudo cristalino, segundo Marth (2017) é uma região que é composta por rochas metamórficas, sedimentares e ígneas, do Neoproterozóico e Paleoproterozóico, que abrange uma área de 45.773,60 km² no estado do Rio Grande do Sul cobrindo parte do território de Cerrito. Sendo que nessa região se encontram 2 unidades de relevo diferentes, a unidade dos Planaltos Rebaixados Marginais que compreende a área da unidade de paisagem II e parte da unidade III, que cobrem a maior parte do território de Cerrito, correspondendo a altitudes menos elevadas, variando de 100 a 200 metros, contornado pelos depósitos aluvio-lacustres vindos das terras altas. Os Planaltos Residuais, estão localizados na unidade de paisagem III este último são formas residuais, ou seja, o que restou do relevo que não sofreu erosão, com maiores altitudes em torno de 200 a 400

metros, com a presença de afloramento rochoso (figura 05) e cabeceiras de drenagem, atuando como divisores topográficos.

Figura 04 - Mapa Geomorfológico de Cerrito.



Fonte: IBGE, 2006. Elaborado por: Baptista, C. O. agosto de 2019.

Figura 05 Afloramento rochoso no Interior de Cerrito.



Fonte: BAPTISTA, C. O, janeiro de 2020.

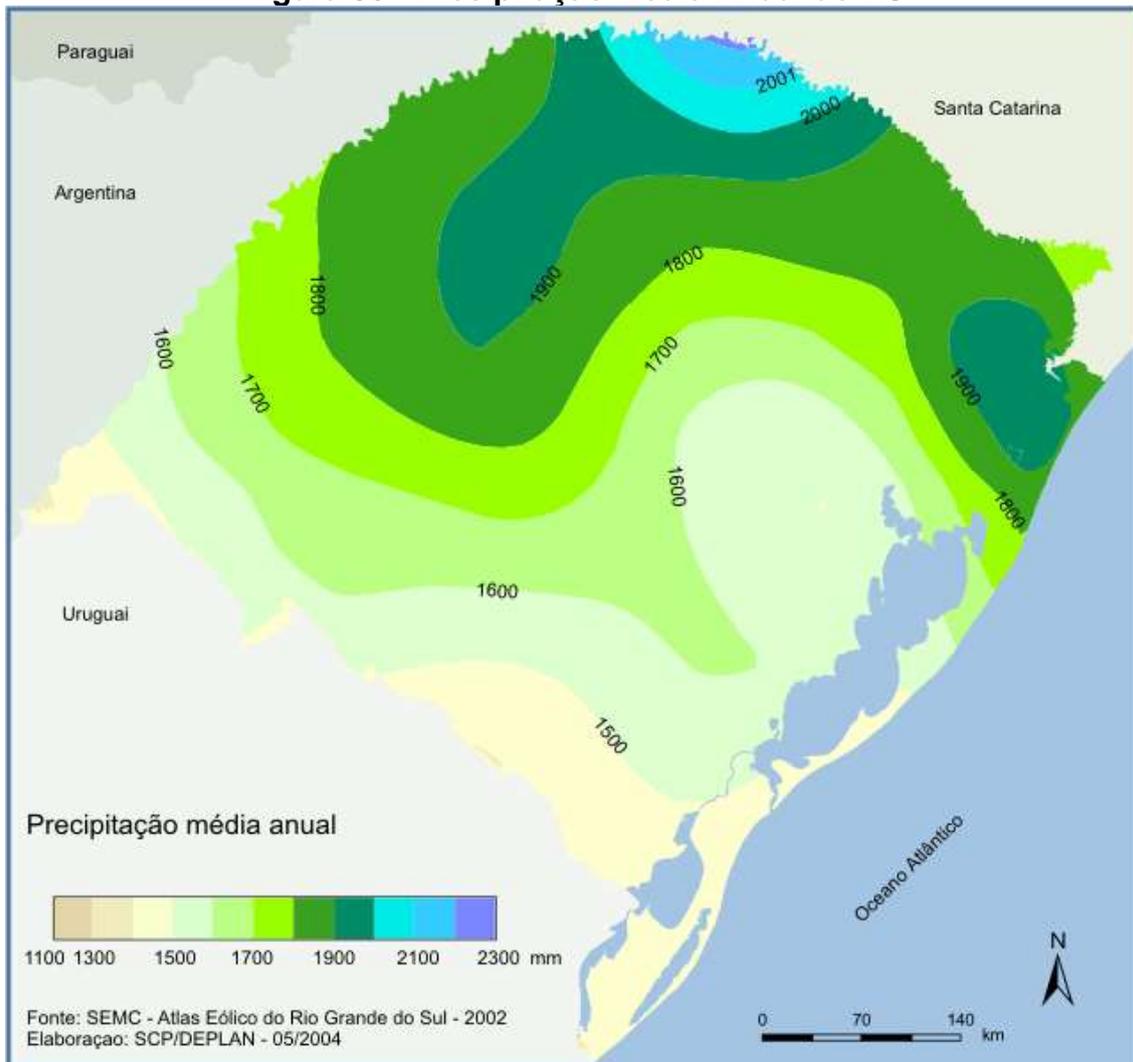
1.2.2 Clima

A partir das variáveis de cobertura vegetal, latitude, altitude, temperatura e precipitação, Köeppen (1948) apresentou uma classificação global climática, e que na qual o Rio Grande do Sul está situado no tipo climático Temperado Úmido (Cf), como características principais estações bem definidas, inexistência de estação seca.

Segundo o livro Tempo e Clima no Brasil de Cavalcanti (2009), o Clima do Sul da Região Sul sendo ele característico desse modo para o município da área de estudo. O clima do município de Cerrito é o Clima Subtropical Úmido, com as estações bem definidas, com distribuição de chuvas aproximadamente uniformes ao longo do ano, com a presença de geadas no período do inverno, com ventos predominantes do quadrante leste/sudeste.

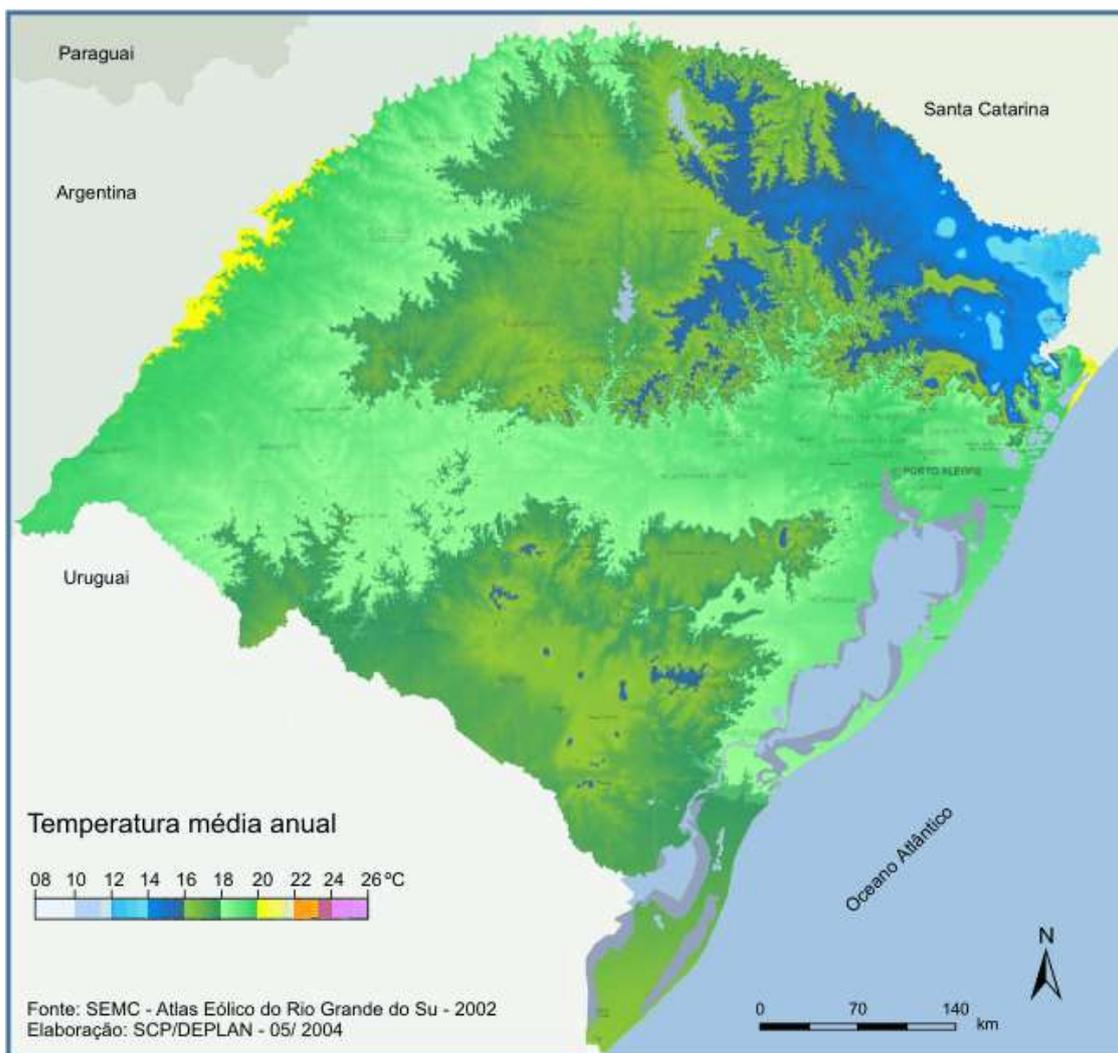
Dessa forma, segundo o Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul como ilustrado na figura 06, é possível analisar a média de precipitação anual para todo o estado do Rio Grande do Sul, e com isso também se torna possível verificar os índices pluviométricos do município que compreende o estudo. As médias anuais de precipitação pluviométrica para Cerrito estão em torno de 1300-1500 mm/ano.

Na figura 07 segundo o mapa do atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul, analisamos as médias anuais para todo o estado do Rio Grande do Sul, com enfoque no município de Cerrito que tem suas médias anuais de temperatura variando entre 16° C e 18° C.

Figura 06 - Precipitação Média Anual do RS

Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2002.

Figura 07 – Temperatura média anual do RS



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, 2002.

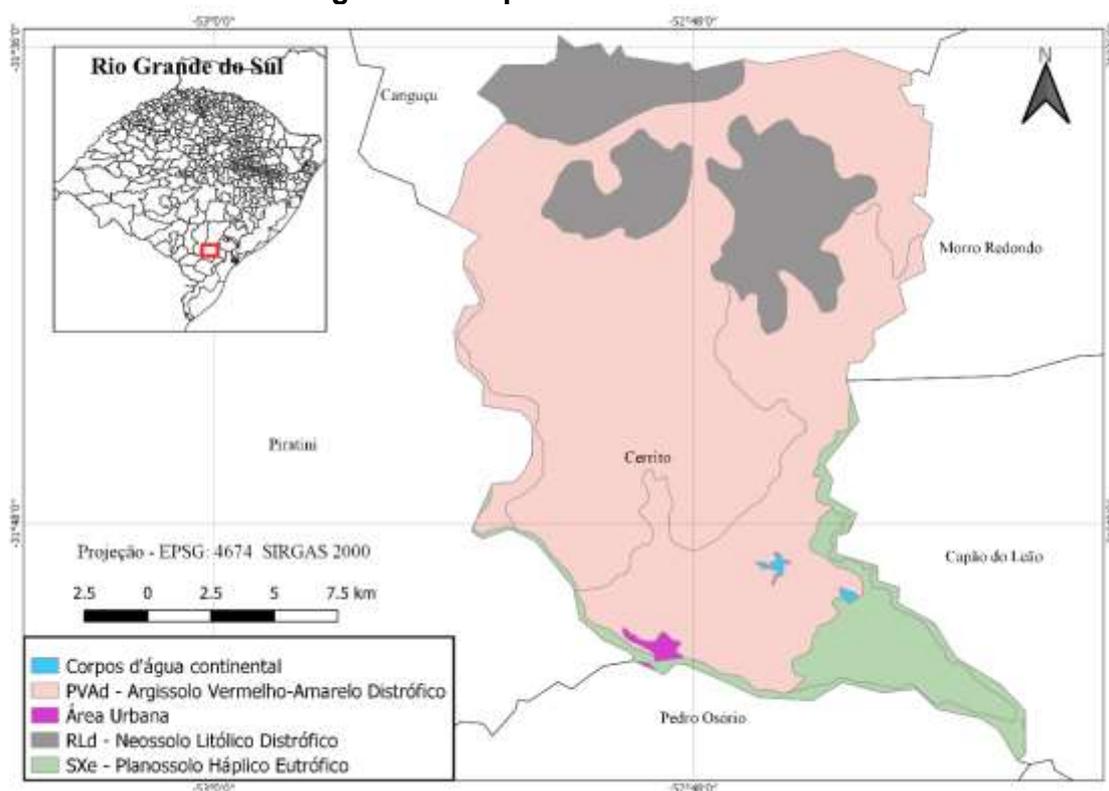
Cabe destacar ainda sobre o Sul da região Sul do Brasil segundo Cavalcanti (2009) que é uma região sensível as alterações produzidas pelas anomalias Climáticas, como por exemplo chuvas excessivas em períodos de El Niño e por seca prolongadas em época de La Niña. São fenômenos oceânicos de interação oceano-atmosfera que ocorrem no oceano Pacífico equatorial acarretando mudanças de cunho global na temperatura e precipitação. (CPTEC/INPE 2020)

A partir dessas anomalias, afeta toda a região sul e conseqüente trazendo grandes prejuízos para a economia do município em função das atividades primárias dependendo fortemente e diretamente das condições climáticas para a produção.

1.2.3 Solos

Os tipos de solos encontrados dentro dos limites do município Cerrito através do uso dos dados disponibilizados pelo IBGE, através das bases cartográficas, foram Argissolos, Planossolos e Neossolos. Sendo na parte sul do município localizado na planície costeira interna lagunar e aluvio-coluvionar são os Planossolos. Na porção central do município subindo as terras altas, em terrenos de fraco ondulado a médio ondulado são os Argissolos. Na porção ao Norte do município na região das terras dobradas, com áreas de alto grau de dissecação encontram-se em maior predominância os solos do tipo Neossolos (figura 08).

Figura 08 - Mapa de Solos de Cerrito.



Fonte: IBGE, 2006. Elaborado por: Baptista, C. O. agosto de 2019

Planossolos, que correspondem a unidade de paisagem I que segundo IBGE (2007) ocorrem em terrenos planos ou suavemente ondulados. Segundo Strek *et al* (2018) os planossolos são solos mal drenados no Rio Grande do Sul os Planossolos Hápticos são normalmente aptos para cultivar arroz irrigado, também com a utilização de drenagem podem ser cultivados outras culturas. “O termo planossolo lembra áreas planas de várzeas.” (STREK *et al*, 2018. p. 120)

Os Argissolos são a classe mais expressiva no município compreendendo a área total da unidade de paisagem II e parcialmente a unidade III, segundo *Strek et al* (2018) o termo argissolo deriva pra presença mais expressiva de argila no horizonte subsuperficial. Os solos do tipo Argissolos segundo IBGE (2007) grupamento de solos com B textural, com argila de atividade baixa ou alta conjugada com saturação por bases baixa ou caráter alítico. São solos de profundidades variadas, de baixa fertilidade natural. Segundo *Strek et al* (2018) as principais limitações nas características químicas estão referidas a baixa fertilidade natural.

Os Neossolos estão localizados na unidade de paisagem III. Neossolos, que segundo IBGE (2007) representam grupamento de solos pouco evoluídos, sem horizonte B diagnóstico definido. Solos pouco desenvolvidos e rasos e bem drenados. “O termo Neossolo se refere a solos novos, pouco desenvolvidos.” (*Strek et al* .2018. p. 94). Segundo ainda ao autor antes referido os Neossolos são solos de formação recente. Devido à pouca profundidade são solos que limitam a produtividade no meio agrícola, devido a fundura pouca, limita o desenvolvimento das raízes e no armazenamento de água do próprio solo, ocorrem em regiões de relevo forte ondulado e montanhoso, de forma geral com a presença de afloramento rochoso e pedregoso.

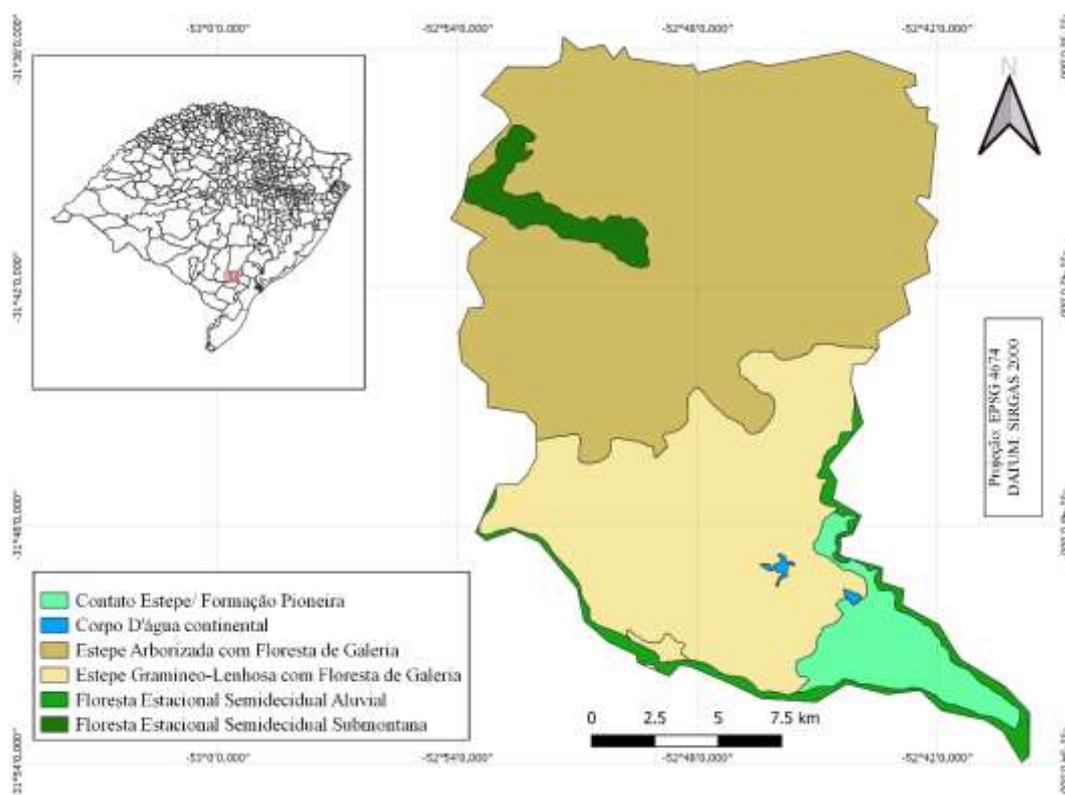
1.2.4 Vegetação

A cobertura vegetal do Rio Grande do Sul, sobretudo do município de Cerrito tem uma relação intrínseca com os elementos responsáveis pelas suas condições, como relevo, tipo de solo, e as condições paleoclimáticas e o clima subtropical úmido que condicionaram sua formação, evolução e distribuição ao longo do tempo no espaço. Para caracterizar a vegetação disposta sobre o município de Cerrito foram utilizados dados do IBGE da base cartográfica, bem como o manual técnico da vegetação brasileira para identificar os tipos e compreender as dinâmicas.

Dentro dos limites do município foi possível identificar cinco tipos de vegetação, (figura 09) na porção sul na unidade de Paisagem I, que compreende a área da planície costeira interna encontra-se a vegetação do tipo tensão

ecológica, zona de contato entre estepe e as formações pioneiras, ao longo das encostas dos rios que limitam o município encontra-se vegetação do tipo floresta estacional semidecidual aluvial, numa porção ao norte na unidade de paisagem III mais elevada do município encontra-se a vegetação do tipo floresta estacional semidecidual submontana. Na porção central do município, na Unidade de Paisagem II foi identificado a vegetação estepe gramíneo-lenhosa com floresta de galeria e por fim com maior predominância na porção ao norte do município a vegetação estepe arborizada com floresta de galeria.

Figura 09- Mapa de Vegetação de Cerrito



Fonte: IBGE, 2006, elaborado por BAPTISTA, C.O. agosto de 2019.

Na parte sul do município, encontram áreas de tensão ecológica entre contato estepe e as formações pioneiras dispostas na planície costeira, segundo IBGE (2012) são comunidades vegetais das planícies aluviais que refletem os efeitos das cheias dos rios nas épocas chuvosas, ou, então, das depressões alagáveis todos os anos. Trata-se de uma vegetação de primeira ocupação de caráter edáfico, e ao logo dos dois principais cursos d'água limítrofes do município a presença de Floresta Estacional Semidecidual Aluvial e está situada em terrenos mais elevados, que estão localizadas numa faixa de transição entre

o Planalto Sul Rio-Grandense e a Planície Costeira Interna, encontra-se a presença da matas ciliares ao longo dos cursos d'água sobre os depósitos aluvionares e coluvionares dispostos nas encostas dos rios ao longo do curso.

Figura 10 - Vegetação do tipo Gramíneo-Lenhosa com floresta-de-galeria



Fonte: Baptista, C. O. 31/07/2019

A presença da vegetação do tipo Estepe Gramíneo-Lenhosa com Floresta-de-galeria (figura 11) segundo IBGE (2012) campos limpos, formação campestre e possui uma composição além dos campos limpos apresenta o diferencial da rede de drenagem flanqueada por galerias arbóreas (matas ciliares ao longo dos afluentes).

Figura 11 - Vegetação do tipo Estepe Arborizada com Floresta-de-galeria.



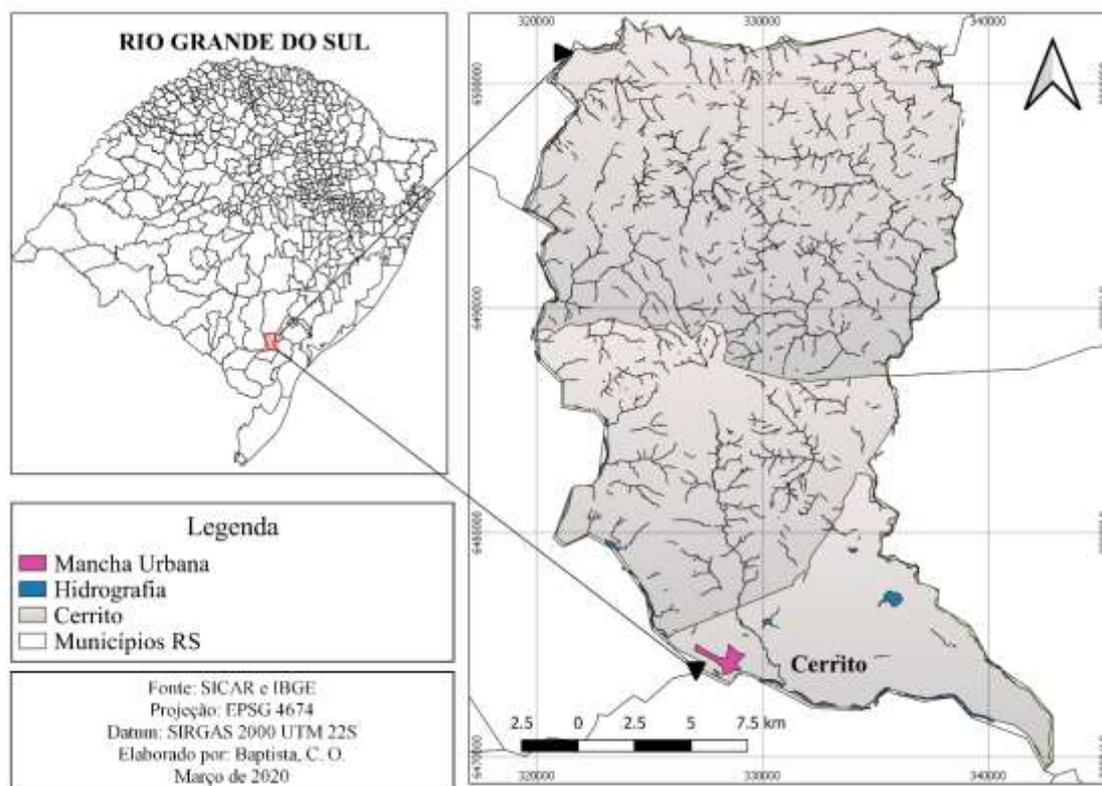
Fonte: Baptista, C. O. 03/08/2019

A Floresta Estacional Semidecidual Submontana segundo IBGE (2012), são poucas as áreas ocupadas por esta formação estabelecida acima de 500 m de altitude e Estepe Arborizada com Floresta-de-galeria (figura 11) – Marcados por dois nítidos estratos um herbáceo e outro arbóreo. O arbóreo, superior, esparsa, perenifoliado, ligado ou não a florestas-de-galeria, é formado predominantemente por árvores baixas e arbustos. O herbáceo, o outro estrato, inferior, é predominantemente constituído por gramíneas.

1.2.5 Hidrografia

O município de Cerrito está situado sobre a bacia hidrográfica do Sistema Piratini/São Gonçalo/ Mangueira. O município tem seus limites por dois importantes cursos d'água que são o rio Piratini e o Arroio das Pedras, que na porção sul esses cursos se unem e vão desaguar no canal São Gonçalo.

Figura 12 - Mapa de Hidrografia de Cerrito.



Fonte: IBGE, 2006, elaborado por, BAPTISTA, C. O., fevereiro de 2020.

Devido as condições topográficas que se encontra o município, ocorre a presença de pequenos cursos d'água com potencial hídrico para irrigação, principalmente na porção norte do município como é possível observar na figura 12. Porém em períodos de secas prolongadas atinge fortemente a região

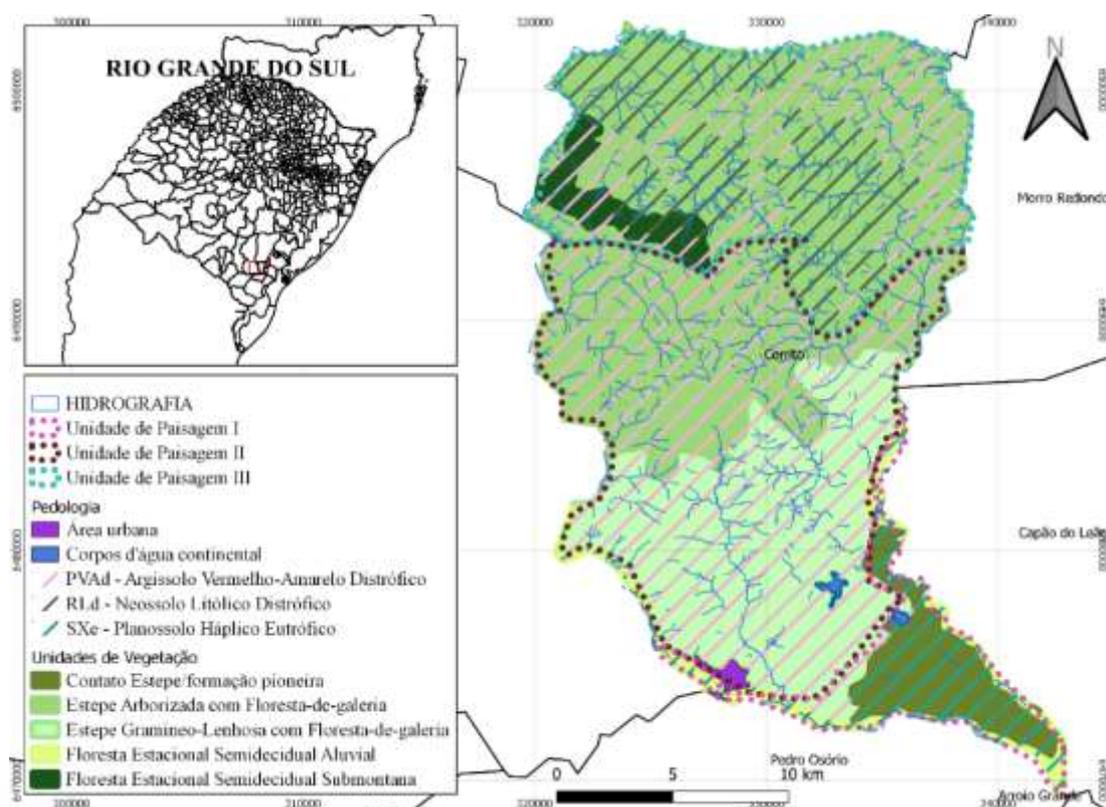
limitando a disponibilidade de água tanto para o consumo humano quanto para o setor primário.

Outro fator de destaque, são as enchentes que acontecem em períodos de chuvas intensas devido a quantidade de cursos d'água que desaguam no rio Piratini e o alto índice de precipitação, rio este que contorna o município, e nesses períodos causam danos tanto aos moradores da cidade de Cerrito, quanto da cidade vizinha Pedro Osório, a qual está situada na outra margem do Rio Piratini.

O município de Cerrito, na parte sul, da planície costeira interna, conta com um balneário denominado Oásis, do Rio Piratini, como atração turística e de entretenimento para a população. Nessa porção mais a jusante do rio ocorre uma maior sedimentação do canal, com a presença de materiais mais finos como areia fina e média, devido a dinâmica do leito do rio torna propício a utilização do espaço como balneário.

Na figura 13 foi construído um mapa com a sobreposição dos elementos, canais de drenagem, solos, vegetação e a limitação das áreas das unidades de paisagem dispostas no município de Cerrito – RS, que vão condicionar as formas de uso e ocupação da terra e as respectivas dinâmicas de formação socioeconômica do município.

Figura 13 - Mapa da área de estudo com atributos físicos nas unidades de paisagens delimitadas.



Fonte: IBGE, 2006. Elaborado por: BAPTISTA, C. O. 2019.

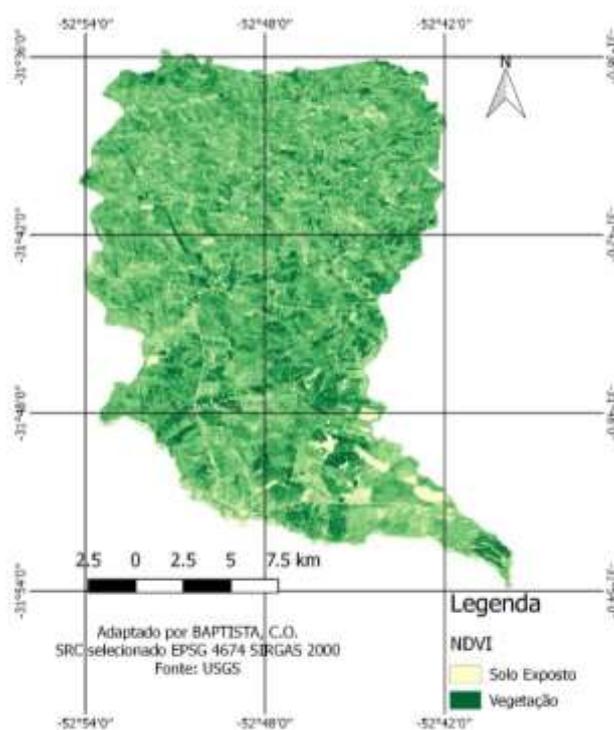
Dessa forma, como pode-se observar a porção norte do município a partir dos atributos físicos dispostas no município torna essa região mais heterogênea das demais unidades de paisagem. Uma região mais elevada, com presença de dois tipos de solos, duas classes de vegetação e maior disponibilidade de afluentes. Sendo essa área caracterizada com maiores limitações para produção agropecuária. Na porção Sul uma área que propicia a produção de arroz com baixas altitudes e alagáveis.

A porção norte, é uma região mais típica de criação de gado devido a vegetação nativa, pastos e arbustos, com presença de afloramento rochoso limitando a produção agrícola. Conforme a figura 14 onde foi realizado um Índice de Vegetação Normalizado – NDVI que compreende o território de Cerrito é possível analisar que a porção Norte apresenta traços de pouca interferência, expondo maior rugosidade, há uma constante presença do índice verde, que refletem os cloroplastos, ou seja, vegetação verde sendo refletida, sem formas e feições geométricas intercalando texturas lisas de pastagem cultivadas com texturas rugosas de pasto sujo. Sendo assim essa região, porção norte do

município, representa área de predominância de pecuária extensiva, que a matriz econômica está intrinsecamente ligada a produção leiteira.

Já a porção do centro do território ao sul nas cores mais claras identificou-se a predominância de feições geométricas, textura lisa e as formas de talhos nas divisões de propriedades apresentando solo exposto e também um verde claro que segundo o período da imagem corresponde ao tempo de preparo do solos para os cultivos de lavoura temporária como soja, feijão, milho, etc.

Figura 14– NDVI do município de Cerrito – NOVEMBRO/2017



Fonte: Malha digital USGS. Adaptado por Baptista (2018).

1.3 Economia Rural e População

O município de Cerrito possui três distritos, sendo eles, a sede municipal Cerrito, Alto Alegre e Vila Freire. Situado na mesorregião geográfica Sudeste Rio-grandense e na microrregião geográfica de Pelotas. Para melhor compreender a dinâmica social e produtiva foi analisado brevemente a situação populacional nos dois últimos censos demográficos que possuem dados específicos referente a área de estudo.

1.3.1 População, Economia e Estrutura Fundiária

O município de Cerrito, possui a economia voltada ao setor agropecuário tendo como maior expressão a produção leiteira, com criação de gado da raça Jersey e produção de matriz leiteira reconhecida por sua categoria genética produzindo leite de boa qualidade. Constituído por pequenas propriedades rurais e minifúndios, destaca-se também a produção de milho, soja e gado de corte. Cerrito, é um município que tem 75% da renda advinda da atividade primária.

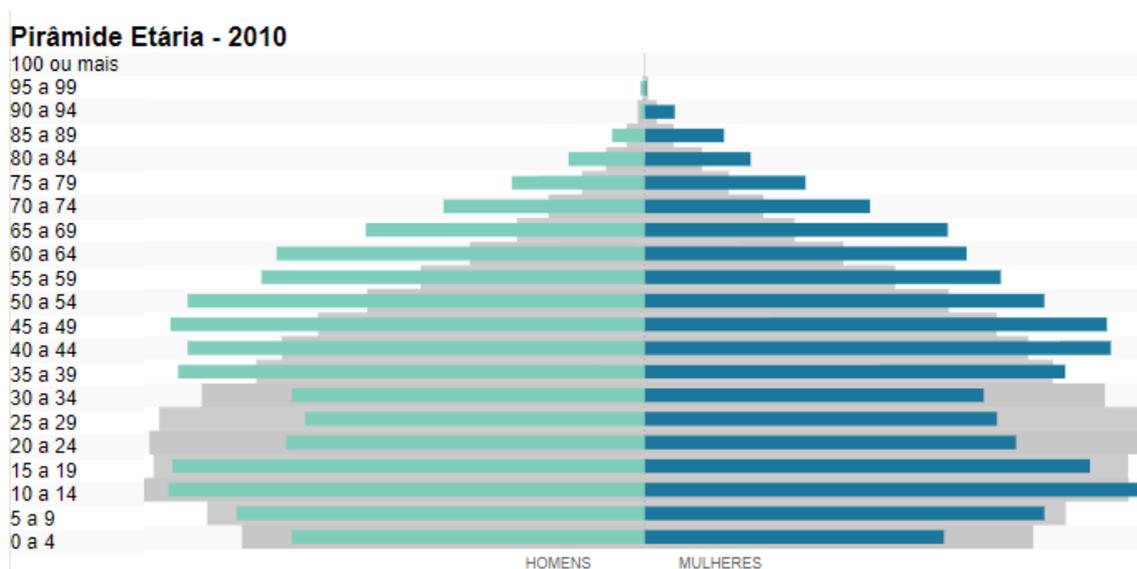
Atualmente a receita do município segundo os dados obtidos na Prefeitura Municipal advindo da atividade primária do Fundo de Participação do Município, é constituído de 66% proveniente da soja, da produção leiteira atualmente corresponde a 13% do valor da receita e a pecuária de corte com em torno de 15%. A soja se torna destaque como vê-se nos dados seguintes, pois a soja chegou com maior expressão recentemente, antigamente década de 1990 e anos 2000 até meados de 2010 não tinha condições de produtividade nessas regiões, com a modernização da agricultura no município tornou-se possível essa cultura nas condições ambientais.

Cerrito como característica de pequenas cidades acompanha o cenário nacional, ao passar dos anos vem diminuindo a população tanto urbana quanto rural em seu território. Conforme os dados do IBGE (2010) passado de 6.925 nos anos 2000 e para 6.402 habitantes em 2010. Segundo a estimativa populacional do IBGE para 2019 era de 6.091 habitantes, no censo demográfico realizado em 2010, o município apresentava uma população total de 6.402 habitantes sendo na área urbana 3.747 e na rural 2.655 em 2010 e em 2000, 3.968 pessoas na área urbana e 2.957 na área rural. Como pode-se observar na figura 15 há um alargamento da população adulta de 35 anos até 60 anos e no que diz respeito a população jovem de 20 anos até 35 anos, ficando evidente a evasão do jovem rural, que não estão ficando no campo nem na cidade. Fator este, que vem ganhando mais atenção nas diversas esferas, com intuito de proporcionar condições para que o jovem fica e se desenvolva no campo.

No âmbito da cidade Cerrito não condiciona de vagas de serviço, de uma amplitude de trabalho facilitando a migração tanto rural quanto urbana. As cores representadas na figura 15 referente a pirâmide etária do IBGE está

representado em cinza os dados do Brasil, azul claro referente a população masculina da área de estudo e azul escuro os dados referentes ao universo feminino de Cerrito. E como se explica isso? Bem Cerrito é caracterizada por pequenas cidades segundo a classificação de Roberto Lobato Correa (2018) onde o autor aponta que por volta de 1970-75 as pequenas cidades se tornaram mais diferenciadas entre si. Cerrito é uma cidade emancipada recentemente pode-se dizer na “última leva” de emancipação de municípios. Porém nada grande aconteceu mesmo com a emancipação o município continuou estagnado no que tange a urbanização. Existem pequenos comércios, pequenos empreendimentos, nada que impacte ou torne a cidade atrativa. Dessa forma tanto o jovem do campo como o da cidade migram para cidades vizinhas onde os centros urbanos são mais desenvolvidos e diversificados e necessitam dessa mão de obra.

Figura 15- Pirâmide etária de Cerrito.



Fonte: Censo Agropecuário 2010.

Para compreender a estrutura fundiária, é importante analisar como estão divididos os espaços agrários e em que contexto se dá essa distribuição. Essa divisão se deu com o Estatuto da Terra, através da Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 que dispõe as atribuições, e regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção de Políticas Agrícolas.

Dessa forma, a federação descreveu alguns conceitos que orientam o entendimento da questão agrária, dentre eles o módulo fiscal, que é a área que em uma determinada posição geográfica, é suficiente para absorver toda a força de trabalho de um conjunto familiar com quatro pessoas adultas, proporcionando-lhes um rendimento capaz de assegurar a subsistência e o progresso social e econômico. Os módulos são variáveis por município. No caso do município de Cerrito, segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural nos índices básicos de 2013 a delimitação de um módulo fiscal corresponde a 16 ha.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a classificação é definida pela Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993 e leva em conta o módulo fiscal (e não apenas a metragem), que varia de acordo com cada município.

Em relação ao tamanho da área, os imóveis rurais são classificados em:

Minifúndio– é o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal;

Pequena Propriedade- o imóvel de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais;

Média Propriedade- o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;

Grande Propriedade- o imóvel rural de área superior 15 (quinze) módulos fiscais 240 hectares.

Segundo os dados dos dois últimos censos agropecuários de 2006 e 2017, houve um decréscimo de 1003 estabelecimentos para 651. Dentre os 651 estabelecimentos agropecuários segundo os dados do Censo 2017, de zero a dez ha, são 144 estabelecimentos, de 10 à 50 ha são 369, e mais de 50 ha são 138 estabelecimentos, segundo o critério do INCRA entre minifúndios e pequena propriedade, são 513 estabelecimentos, correspondendo a 78% dos estabelecimentos do município equivalendo a 27% da área dos estabelecimentos.

Tabela 01 – Estabelecimentos Agropecuários em Cerrito – RS.

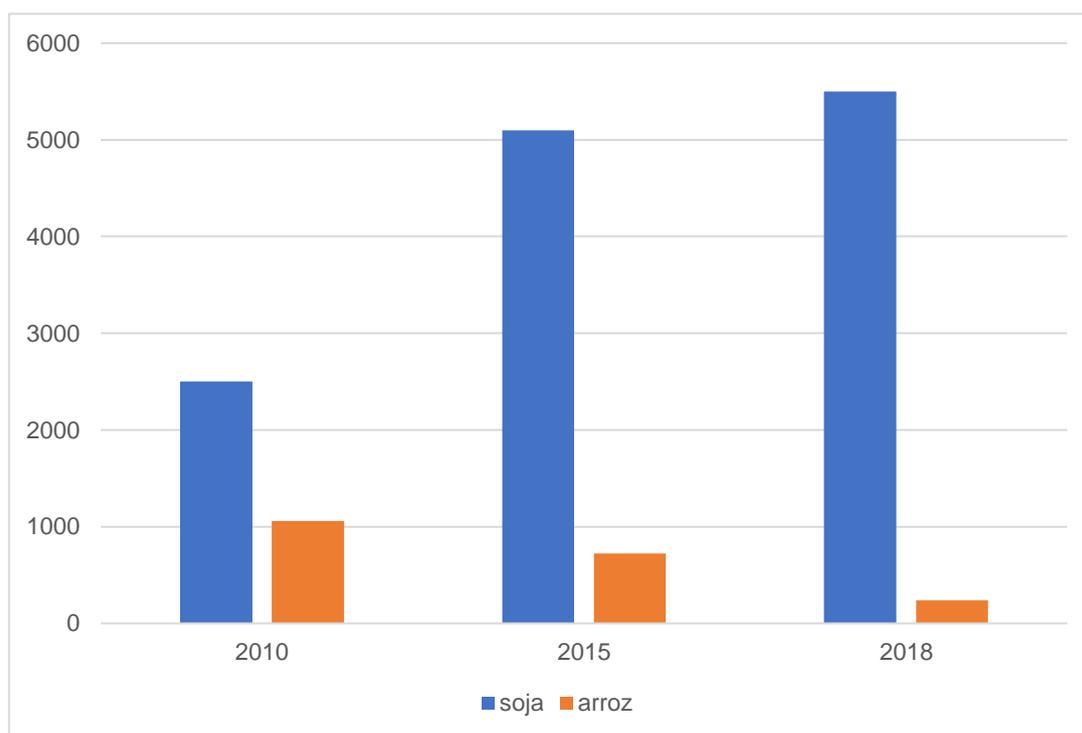
| Número de estabelecimentos agropecuários (unidades) | | | |
|--|------|----------------------------|-------------|
| Ano | 2006 | Número de Estabelecimentos | 1003 |
| | 2017 | | 651 |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, organizado pela autora, 2019.

Fatores como a migração, ausência de sucessão rural, dificuldades econômicas no sustento das propriedades e a crescente produção de monocultura agrícolas vem a contribuir para a crescente concentração de estabelecimentos.

1.3.2 Produção Agropecuária

A partir dos dados levantados pelo IBGE foi identificado que a produção agropecuária de Cerrito é fortemente marcada pela atividade leiteira, na qual essa ocupação faz parte de 252 estabelecimentos agropecuários, a pecuária de corte, a produção de milho tanto em grãos para comercialização quanto para alimentação animal, a queda da produção de arroz que em 2010 era de 1061 ha em 2018 essa produção está em torno de 240 ha. Bem como o aumento exponencial da soja, que em 2010 segundo a Pesquisa Agrícola Municipal era de 2500 ha e em 2018 passou para 5500 ha, essa diferença pode ser observada no gráfico 01. E segundo dados mais atuais coletados na EMATER municipal é de 6800 ha plantados.

Gráfico 01 - Alteração na produção de grãos: queda do arroz e avanço da soja

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE, 2018.

A partir das influências sobre a cadeia do leite, e com a modernização da agricultura e a importância da exportação de commodities o avanço na produção do cultivo de soja tem crescido em todo Brasil, e foi também identificado o avanço da soja no município, segundo dados do Censo Agropecuário o número de estabelecimentos que cultivam soja em 2006 era de 21 e passou em 2017 para 54, e a partir dos dados da pesquisa agrícola municipal pode-se traçar uma evolução do aumento da produção de soja em área no município representado no gráfico 01 acima.

Para ilustrar como está distribuída a utilização de terras e as respectivas culturas e atividades agropecuárias exercidas nos estabelecimentos rurais de Cerrito (ver tabela 01)

Tabela 2 – Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários de Cerrito – RS.

| Utilização das Terras | | |
|---|-----|------------------|
| Lavouras | | |
| Permanentes | 18 | Estabelecimentos |
| Temporárias | 406 | Estabelecimentos |
| Área para Cultivo de Flores | 1 | Estabelecimentos |
| Pastagens | | |
| Naturais | 588 | Estabelecimentos |
| Plantadas em Boas Condições | 289 | Estabelecimentos |
| Plantadas em Más Condições | 15 | Estabelecimentos |
| Matas ou Florestas | | |
| Naturais | 51 | Estabelecimentos |
| Naturais Destinados a Preservação Permanente ou Reserva Legal | 599 | Estabelecimentos |
| Florestas Plantadas | 144 | Estabelecimentos |
| Sistemas Agroflorestais | | |
| Área cultivada com Espécies Florestais também usada para Lavouras e Pastejo por Animais | 23 | Estabelecimentos |
| Lavoura Permanente | | |
| Laranja | 2 | Estabelecimentos |
| Noz | 1 | Estabelecimentos |
| Pêssego | 11 | Estabelecimentos |
| Lavoura Temporária | | |
| Abóbora, Moranga, Jerimum | 43 | Estabelecimentos |
| Alho | 13 | Estabelecimentos |
| Amendoim | 49 | Estabelecimentos |
| Arroz | 3 | estabelecimentos |
| Batata-Inglesa | 33 | estabelecimentos |
| Cana de Açúcar | 2 | estabelecimentos |
| Cebola | 28 | estabelecimentos |
| Ervilha | 9 | estabelecimentos |
| Fava | 7 | estabelecimentos |
| Feijão | 134 | estabelecimentos |
| Fumo | 4 | estabelecimentos |
| Mandioca | 14 | estabelecimentos |
| Melancia | 7 | estabelecimentos |
| Melão | 6 | estabelecimentos |
| Milho | 328 | estabelecimentos |
| Milho forrageiro | 147 | estabelecimentos |
| Soja | 54 | estabelecimentos |
| Sorgo forrageiro | 1 | estabelecimentos |

| | | |
|---|-----|------------------|
| Tomate rasteiro | 3 | estabelecimentos |
| Pecuária | | |
| Asininos | 1 | estabelecimentos |
| Bovinos | 590 | estabelecimentos |
| Bubalinos | 1 | estabelecimentos |
| Caprinos | 6 | estabelecimentos |
| Codornas | 5 | estabelecimentos |
| Equinos | 185 | estabelecimentos |
| Galináceos | 354 | estabelecimentos |
| Muare | 0 | estabelecimentos |
| Ovinos | 88 | estabelecimentos |
| Patos, gansos, marrecos, perdizes e faisões | 32 | estabelecimentos |
| Perus | 7 | estabelecimentos |
| Suínos | 238 | estabelecimentos |

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017. Organizado pela autora em 2019.

Os resultados obtidos mostram que a produção de leite, no caso do município de Cerrito, com o passar dos anos vem diminuindo, em relação ao censo anterior e aos dados atuais obtidos em campo, o número de agricultores com base neste sistema de produção. No que diz respeito aos cultivos temporários, mais especificamente o cultivo de soja vem ganhando destaque em área cultivada no município.

A mudança de ritmo e racionalidade da produção e dos seus atores sociais transforma também a relação cidade-campo. As decisões tomadas no campo são geradas em centros urbanos maiores, e as cidades que são circundadas por zonas rurais tecnologicamente mais avançadas passam a prestar serviços especializados e respondem imediatamente às transformações que ocorrem no campo. (FONTOURA, PIZZATO, 2009, p. 7)

Segundo Delgado (1985) as necessidades para o capital circular tendem a aumentar, quanto mais modernizada ou capitalista esteja essa agricultura, em razão do aumento da mercantilização em todos os ramos do mercado e a paralela monetarização das relações de intercâmbio. As alterações provocadas pela especialização da produção e da inserção tecnológica está ligada a racionalidade do agricultor, com isso ligada as transformações no espaço. Essa modernização não chega em todos os espaços de forma igual no tempo, se dá em forma de processo, conforme as condições locais.

O movimento da sociedade é sempre compreensivo, global, totalizado, mas a mudança ocorre em diferentes níveis e em diferentes tempos: a economia, a política, as relações sociais, a paisagem, e a cultura mudam constantemente, cada qual segundo uma velocidade e direções próprias – sempre, porém, inexoravelmente vinculadas umas às outras. (SANTOS, 2008, p. 72)

Segundo Fontoura “cada sociedade vai explorar o meio conforme as possibilidades do meio e dela própria, sociedade” (FONTOURA, 2012, p. 262). A integração da agricultura com segmentos em cadeias, como a montante indústrias, com insumos e implementos e a jusante indústrias para comercialização do produto, colocam ao agricultor um papel de administrador, com visão de mercado para poder defender seus interesses e não ser explorado como ocorre em muitos casos.

1.3.3 A migração e a relação Campo Cidade em Cerrito -RS

Para compreender a dinâmica populacional e a relação campo cidade foi analisado dados de migração da Evolução das desigualdades territoriais no Rio Grande do Sul. Segundo Valin (2009) A migração é tão antigo quanto a própria história da sociedade, migrar então é trocar até mesmo de domicílio, pois o direito de ir e vir está presente na própria constituição.

Desse modo, para compreender a situação de uma sociedade as condições populacionais são de grande relevância ao pensar no desenvolvimento da sociedade. Muitos movimentos migratórios tem seu ápice em grandes acontecimentos ligados a necessidade de mão de obra, da força de trabalho. Onde muitas pessoas saiam do campo em busca de uma maior certeza financeira, mas nem sempre acontecia esse desenvolvimento das famílias nas cidades.

No próximo capítulo é abordado sobre a história de Cerrito, mas cabe aqui destacar superficialmente que a urbanização da Cidade hoje de Cerrito aconteceu com maior intensidade a partir da consolidação da linha férrea que ligava Bagé x Rio Grande que parou de funcionar. Foi instalado no primeiro momento a estação no lado de Cerrito em 12 de dezembro de 1884, porém houve uma necessidade de aumentar a estação devido ao alto fluxo e logo após a estação foi instalada na outra margem direita do Rio Piratini na atual cidade de Pedro Osório, na época, Vila Olimpo conhecido também como Passo da Maria

Gomes. Com a inativação da linha férrea, sobrou força de trabalho, a cidade ficou obsoleta, sem nenhuma inovação ou investimentos no seu entorno, com isso parcela da população optou por migrar para outras cidades.

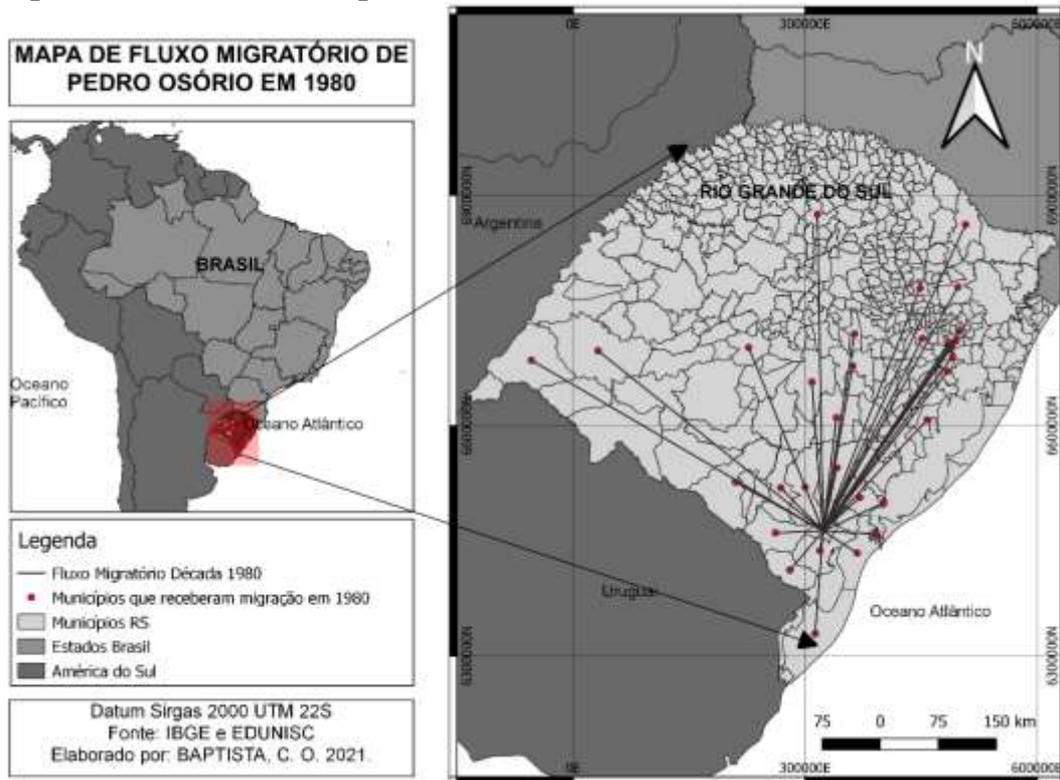
Os estudos realizados por Corrêa (2011) tipificam os pequenos municípios brasileiros, no qual se enquadra o município de Cerrito. Ainda segundo Corrêa (2011) as pequenas cidades têm diversas origens, sendo que a partir dos anos de 1950 foram verificadas diversas transformações espaciais no país, que passa de uma economia rural para urbano industrial, influenciando toda a dinâmica das pequenas cidades.

No que diz respeito às pequenas cidades, os impactos foram duplos. De um lado puderam comunicar-se com centros a longa distância, sem intermediação de centros maiores como as capitais regionais e metrópoles. De outro, tornaram-se menos importantes, passíveis de ser deixadas à margem por aqueles que, anteriormente, dada a precariedade das vias terrestres, a utilizavam. O novo espaço dos fluxos atribuiu à pequena cidade uma importância menor que anteriormente. (CORRÊA, 2018, p. 139)

É importante identificar os bens e serviços oferecidos pelas cidades, com isso diferenciando-as conforme o grau de disponibilidade. Cerrito não apresenta serviço hospitalar ou atendimento à saúde 24 horas, não é beneficiada de um sistema de rodoviária, em ambos os casos sendo reportada a cidade vizinha Pedro Osório. Como aponta o Roberto Lobato Corrêa “a distribuição de bens e serviços para as atividades agrárias é a principal atividade do lugar central” (CORRÊA, 2018, p. 141) no caso de Cerrito essas relações se dão com a cidade regional de Pelotas. Bem como acesso à universidade, *shopping*, ensino técnico especializado e etc.

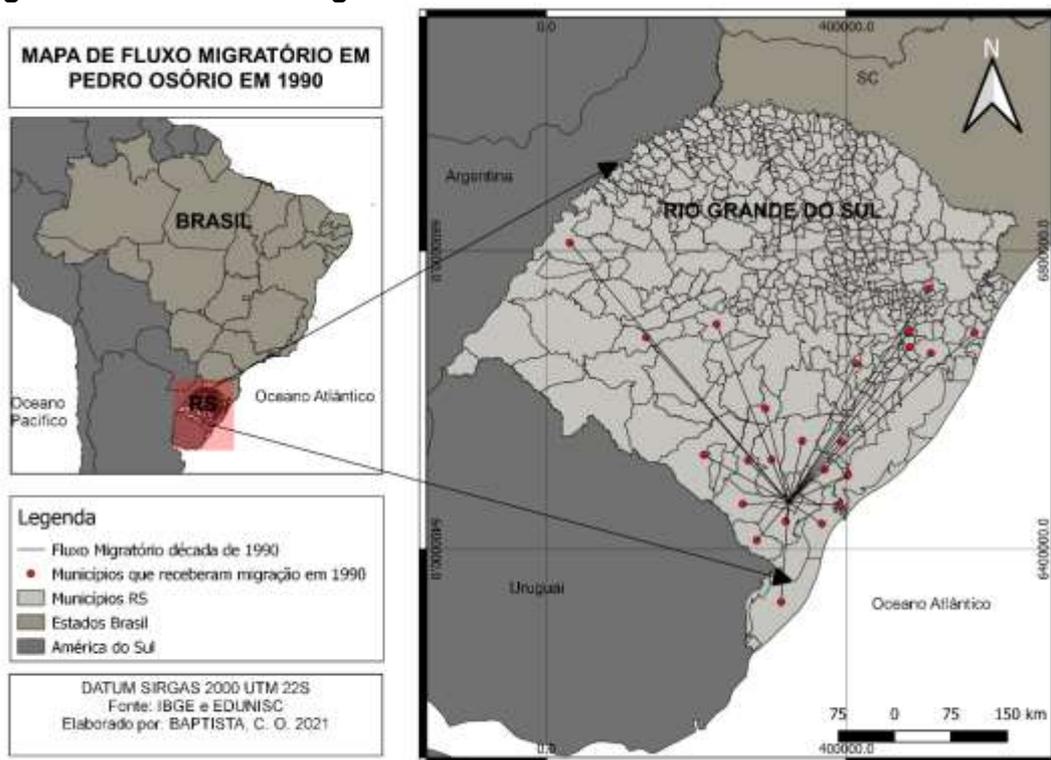
Sendo assim, torna-se importante analisar como acontece esse fluxo migratório e a respectiva direção e intensidade que ocorre. Com isso foi realizado um mapeamento com um mapa de fluxo do movimento migratório das décadas de 1980, 1990 e 2000 a partir dos dados do censo demográfico do IBGE.

Figura 16– Movimento migratório década de 1980 em Pedro Osório e Cerrito



Fonte: IBGE. Adaptado por Baptista (2021).

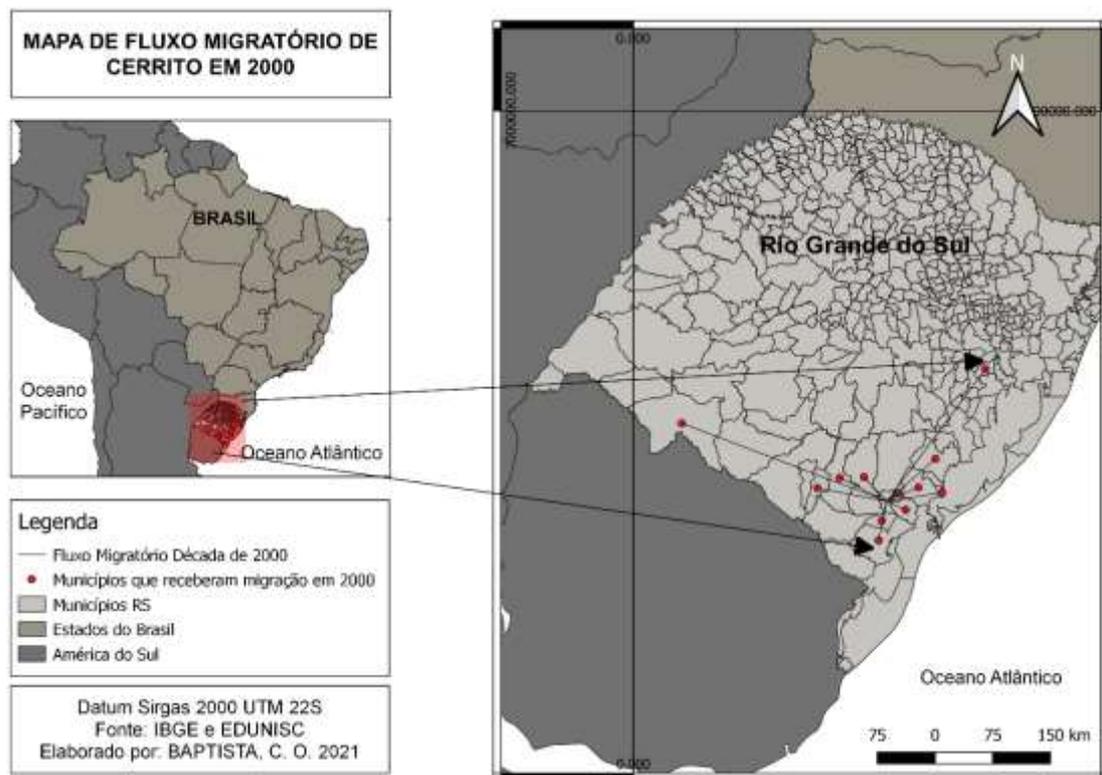
Figura 17– Movimento migratório década de 1990 em Pedro Osório e Cerrito



Fonte: IBGE. Adaptado por Baptista (2021).

Ao realizar o mapeamento do fluxo migratório num primeiro momento da região de Pedro Osório e Cerrito e o ultimo mapa de Cerrito somente pós sua emancipação.

Figura 18– Movimento migratório década de 2000 em Cerrito



Fonte: IBGE. Adaptado por Baptista (2021).

Dessa forma ao apresentar a Geografia do município de Cerrito e a sua atual situação torna-se importante conhecer a história e o seu processo de formação para compreender como o hoje está desenhado através das marcas e rugosidades ainda existentes que permeiam muitos lugares. Neste sentido o próximo capítulo vai abordar sobre a história, o processo de formação e a identidade e território da área de estudo.

Capítulo 2- PROCESSO DE FORMAÇÃO DE CERRITO, IDENTIDADE E TERRITÓRIO

Este Capítulo tem como objetivo apresentar como ocorreu o processo de formação econômica, a história e como atividade do produtor rural e relacionado com o que ao passar do tempo integrou a cultura local e conferiu identidade ao município de Cerrito com a criação do gado Jersey e a produção de leite. O enfoque ao analisar a formação econômica, cultural e identitária e verificar a contribuição da festa do leite Jersey no município de Cerrito – RS é de valiosa importância ao entender que as técnicas vão se transformando ao longo do tempo, as condições naturais do ambiente vão sendo transformada a partir da evolução das técnicas e dos recursos disponíveis. As condições de produção e mercadológicas também são importantes para o desenvolvimento da economia e sem deixar de lado a questão identitária ao se fixar no território, a relação com o meio, as questões de pertencimento e a questão cultural que perpassa gerações que configura a determinada realidade, neste caso do município de Cerrito.

Ao analisar em conjunto, a festa do leite Jersey, compreende-se que a festividade ultrapassa a importância econômica, entrando na dimensão do vivido, do simbólico, no sentimento de pertencimento das pessoas ao local. A festa envolve a comunidade local e elementos regionais, como importantes nomes artísticos regionais de tradição gaúcha como atrações. É uma forma de Cerrito divulgar suas potencialidades, como o gado Jersey tanto vacas quanto terneiros, a agricultura familiar e artesanais, sendo o leite que é a principal fonte de renda de muitos agricultores do município.

A festa do leite Jersey, acontece desde 2004 todos os anos em meados do mês de outubro, exceto atualmente devido a Pandemia. Ela movimenta todo interior do município com interesses agropecuários, com seminários e concursos, como também é ponto de encontro e distração para as pessoas. A festa atua como forma de incentivar os produtores de leite a se manterem na atividade, com fontes de informação para melhor desenvolver a produção. Sendo a atividade leiteira uma importante atividade no âmbito da sucessão rural conforme a especialização da propriedade. E também a atividade leiteira tem um papel muito importante no que tange a sustentabilidade das propriedades

agrícolas familiares, tanto no consumo quanto na geração de renda, proporcionando uma fonte de renda mensal equilibrada.

2.1 História de Cerrito

Para melhor compreender a história do município bem como também a região em que Cerrito está incluído, optou-se por analisar o processo histórico de formação e produção do espaço agrário através dos Sistemas Agrários. Neste subcapítulo a partir da teoria de sistemas agrários propostas por Mazoyer e Roudart torna-se possível compreender a complexidades das formas de agricultura. Através de grandes marcos históricos e das técnicas disponíveis ao longo do tempo e de como essas sociedades foram se apropriando e se adaptando as dinâmicas e demanda de determinado momento. Sendo assim, com o suporte da teoria dos sistemas agrários e da teoria sistêmica é que se apoia esta pesquisa sobre a evolução e diferenciação dos sistemas agrários em Cerrito, buscando compreender quais os fatores que impulsionaram o surgimento de um novo sistema agrário, possibilitando explicar como se deu o processo de formação de Cerrito.

Segundo Miguel (2018) a abordagem sistêmica pode proporcionar uma visão de conjunto, do fenômeno de estudo e do seu entorno, um interesse notável para a pesquisa científica e aplicada, em especial ao se tratar do estudo de fenômenos ditos complexos.

2.2 Sistemas Agrários de Cerrito – RS

Ao construir a evolução e diferenciação dos sistemas agrários para o município, foi dividido em seis principais sistemas agrários que foram se transformando ao longo do processo de ocupação e formação histórica e das condições locais, econômicas e políticas de determinando período sintetizadas no quadro 01.

Quadro 01: Síntese da Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários

| Período Variáveis / | Sistema Agrário Pampeano (até meados do séc. XVII) | Sistema Agrário Vacaria Del Mar (meados do séc. XVII) 1600 | Sistema Agrário Sesmarias (meados do séc. XVIII até início do séc XIX) | Sistemas Agrários Estâncias (meados do sec. XIX) +/- 1830 |
|---|---|---|---|---|
| Paisagem | Campos com florestas-de-galeria entre meados de florestas estacionais semidecíduais ao longo das encostas dos rios. | Campos com florestas-de-galeria entre meados de florestas estacionais semidecíduais ao longo das encostas dos rios. | Campos com florestas-de-galeria entre meados de florestas estacionais semidecíduais ao longo das encostas dos rios. | Campos com florestas-de-galeria entre meados de florestas estacionais semidecíduais ao longo das encostas dos rios. |
| Atividades | Caça, Coleta e Pesca. | Agricultura de Subsistência, Pecuária Extensiva, "Trapeirismo" | Criação de pecuária extensiva, agricultura de subsistência | Criação de pecuária extensivas, gados e ovinos, agricultura de subsistência |
| Instrumentos e equipamentos | Manuais. | Manuais. Cavalos Para montaria. | Manuais. Cavalos para Montaria. | Manuais. Cavalos para montaria, tração animal leve. |
| Força de Trabalho | Coletiva das tribos | Escrava indígena e Gauchos (homens livres) | Escravos Negros, Estancieiros, Assalariados | Escravos, Familiar e assalariados |
| Modo de Artificialização do meio | Instrumentos de pedra, fibras naturais, flechas e redes de pesca. | Instrumentos de pedra, fibras naturais, flechas e Criação do Gado Xucro para extração de couro. | Criação de Gado, e equinos para transporte | Criação de gado, transporte animal, maior concentração de vilas |
| Acesso Fundiário | Grupos de Tribos | Não existia Posse de terra | Doação de Lotes de terra por Sesmarias. | Individual - título (terra com valor de troca) |
| Categorias Sociais | Índios Minuanos e Charruas | Minuanos, Charruas e Luso-Brasileiros (Guachos) | Minuanos, Charruas, Açorianos, Africanos e Luso-Brasileiros. | Minuanos, Charruas, Açorianos, africanos e Luso-Brasileiros |
| Excedentes Agrícolas | Não existiam | Carne de Gado e Couro. | Carne de Gado, charque e couro | Carne de gado, charque, lã. |
| Fatores Importantes para a transição do Sistema Agrário | Colonização Europeia, introdução da criação de gado em larga escala pelos jesuítas. | Terra como propriedade privada (Sesmarias) | Lei de terras, Fim da Escravidão, charque com grande importância. | Início da Industrialização Introdução de raças bovinas melhoradas implantação da linha férrea BagéxRG |

Fonte: levantamento bibliográfico, organizado por BAPTISTA, C. O.

Quadro 01: Continuação do quadro Síntese da Evolução e Diferenciação dos Sistemas Agrários.

| | |
|--|---|
| Sistema Agrário Contemporâneo (+- 1900-1970) | Sistema Agrário da Atualidade (+-1970 até atualidade) |
| Campos limpos, com menores incidências de florestas-de-galeria e de matas ciliares ao longo das encostas dos cursos d'água | Campos limpos, com menores incidências de florestas-de-galeria e a diminuição de matas ciliares ao longo das encostas dos cursos d'água |
| Agricultura, Pecuária, Comerciantes e Olarias. | Agricultura, Pecuária, Comerciantes, Olarias e Terceirização de serviços. |
| Arado com tração animal pesada. | Mecanização da agropecuária (tratores e diversos tipos de maquinários) e Insumos químicos etc. |
| Empresários, familiar e Assalariada | Empresários, familiar e Assalariada |
| Arados, enxadas, cercas, carroças | Trator, ordenhadeira mecanizada, insumos químicos, cercas elétricas |
| Individual – título, arrendamento e parceria. | Individual – título, arrendamento, parceria e assentamento. |
| Agricultores Familiares e Agricultores Empresarias, servidores estaduais e municipais, aposentados e trabalhadores autônomos | Agricultores Familiares e Agricultores Empresarias, servidores estaduais e municipais, aposentados e trabalhadores autônomos. |
| Leite, Arroz, Pêssego, Gado de Corte, Ovinos, lã e milho. | Soja, Leite, Arroz, Milho, Pêssego, Gado de Corte, Ovinos, lã, Galinhas (carne e ovos) e eucalipto. |
| Revolução Verde, incentivos à produção em larga escala, financiamentos e empréstimos, acesso ao crédito rural | [...] |

Fonte: levantamentos bibliográficos, organizado por BAPTISTA, C. O. agosto de 2019.

2.2.1 Sistema Agrário Pampeano

O primeiro sistema agrário foi denominado de Sistema agrário Pampeano que durou até meados do século XVII, onde os índios charruas e minuanos

ocupavam a região do pampa sulino, mais a oeste predominavam os charruas e a leste os minuanos, sendo que no município de estudo se encontra numa porção mais central do sul do RS, numa zona de transição entre os povos indígenas de difícil precisão devido ao nomadismo. Segundo Schmitz (2006) eram nômades, praticavam caça, coleta e pesca, com instrumentos manuais, como fibras naturais e pedras. Segundo Oliveira (2002) na geografia Pedrosoriense encontramos os nomes de origem indígena como: Arambaré, Piratini, Tingui, Itaetá, Lixiguana, etc.

Segundo Schmitz (2006) Os minuanos e charrua foram dois grupos que se diferenciaram tanto do ponto de vista social e cultural quanto do ponto de vista físico. No Rio Grande do Sul os Charrua e Minuano estavam localizados nos campos do Sudoeste e Sudeste, com extensões para o pampa uruguaio e uma pequena parcela do território Argentino. Os minuanos se localizavam mais para leste, nas áreas irrigadas pelas lagoas do Patos, Mirim e Mangueira e os Charrua mais para oeste e tiveram mais contato com os conquistadores espanhóis. E o fator importante para a transição desse sistema agrário foi colonização europeia, introdução da criação de gado em larga escala pelos jesuítas.

2.2.2 Sistema Agrário Vacaria Del Mar

O segundo sistema agrário é o Sistema Agrário denominado Vacaria Del Mar teve início por volta de meados do século XVII até o início do século XVIII, com a criação de gado vacum de forma extensiva, introduzidos no território sulino do atual estado do Rio Grande do Sul pelos espanhóis Jesuítas. Segundo Santos e Santos (1995) essa vacaria acabou por despertar a cobiça de luso-brasileiros que circulavam nessa região, bem como os índios minuanos. Por volta de 1650 começava a apreensão do gado xucro, com interesse voltado para extração de couro, movimentando a região nesse período. Esse gado era explorado pelos “Gaúchos” homens livres e indígenas, com instrumentos manuais. Nesse período o gado xucro teve intensa reprodução, pois o território nesse período era conhecido como uma vasta terra de ninguém. Segundo Zarth (2002) foi o gado que viabilizou economicamente a ocupação europeia dando origem a classe dos latifundiários pecuaristas.

Ao longo desse período houve um reconhecimento da importância do gado e começaram as guerras, entre Portugal e Espanha, e como meio de

proteger e ocupar essas regiões, a terra passa a ser propriedade privada, onde através da doação de sesmarias e datas de terras, os portugueses começavam a ocupar o interior do Rio Grande do Sul e a coroa foi distribuindo esses lotes para os militares através dessa concessão de terras. Com isso em meados do século XVIII até meados do século XIX, surge um novo sistema agrário, o Sistema Agrário de Sesmarias¹, marcado pela forte ocupação de terra, e a terra passando como propriedade privada.

2.2.3 Sistema Agrário Sesmarias

Segundo Kliemann (1986) a concessão de datas de terras e sesmarias incentivou o crescimento das grandes propriedades, sendo na sua maioria latifúndios pecuaristas. Essa primeira fase de ocupação do Rio Grande do Sul acabou resultando uma organização socioeconômica baseada nas estancias pecuaristas, e nas datas de base agrícola distribuídas aos açorianos e em freguesias e pequenas vilas. As sesmarias tiveram grande fator geopolítico de povoar e proteger as terras dos espanhóis. A maioria dos oficiais portugueses recebeu doação de sesmarias, formando as estâncias com suas famílias, peões e escravos. Assim se deu a fixação no campo, mas muito mais geopolítico do que produtivo.

Nesse período, do tropeirismo, da concessão de terras através de sesmarias e datas, a prática era uma agricultura de subsistência e criação de pecuária extensiva. Os instrumentos eram manuais, com cavalos para transporte, com foco no comércio de gado bovino para as regiões sudeste e centro-oeste do Brasil, o acesso fundiário se deu através da doação de terras por sesmarias ou datas, a mão de obra era escrava, estancieiros e assalariados, estes últimos eram poucos em relação a mão de obra escrava. Segundo Miguel (2018) a intensificação do tropeirismo acabou proporcionando condições para instalações de militares e tropeiros nesses caminhos de tropas, a instalação dessas pessoas tinha como objetivo a captura dos animais e objetivos militares de proteção de fronteiras.

¹ Sesmaria foi um instituto jurídico português que normatizava a distribuição de terras destinadas aos Sesmeiros.

Segundo Bento (1983) a cidade de Cerrito atual, desde 1756 foi ponto de passagem de um dos mais históricos e estratégicos caminhos do Rio Grande do Sul. Assim era o caminho: Forte do Rio Pardo, Encruzilhada do Sul, rio Camaquã (passos Camaquã de Baixo – atual Vão dos Prestes e Armada) – Coxilha do Fogo (primitiva Encruzilhada do Duro) – Canguçu (Cerro Partido e Arroio das Pedras) – Coxilha dos Campos – Morro Redondo – **Cerro Pelado** – Pedro Osório – Estância Silvana – Forte São Gonçalo – Fazenda Liscano – Passo do Liscano no canal São Gonçalo – Povo Novo – Quinta – Rio Grande.

No município de Cerrito em 1756 segundo Bento (2005) Luiz Francisco Marques de Souza recebeu um lote entre a ponte do Império e a Vila Freire (dentro da unidade de paisagem II), e sua sede estava localizada no 4º distrito de Canguçu no rincão dos cravos, em 1777 o general Manuel Marques de Souza recebeu uma sesmaria próximo a localidade do Cerro Pelado e o Capitão Simão Soares recebeu outra sesmaria próximo a atual vila Freire em Cerrito. Já em 1785, Manuel José Gomes recebeu a doação de sesmaria na localidade do Cerrito Velho, antigamente Freguesia Nossa Senhora do Rosário e hoje vila Freire. Assim começou a povoação nessa região com os casais açorianos e segundo o autor merece destaque Manuel Luiz Freire que residiu na atual vila Freire em 1789 e foi ele que doou terreno para ser construído o Cemitério da vila e a capela Nossa Senhora do Rosário.

Num primeiro momento, a vila Freire, localizada na porção mais central do município foi a origem de maior concentração populacional do município. Segundo Bento (1983) a primeira denominação da área de Cerrito é o Cerro Pelado. Expulsos os espanhóis da Vila de Rio Grande 1776, o Cerro Pelado tornou-se importante ponto de vigilância de um ataque espanhol a partir de Santa Tecla, em Bagé atual.

Sendo assim, segundo Caldas (1990) num primeiro momento o processo de ocupação no município e no entorno do rio Piratini se deu como forma de proteção das terras fronteiriças, entre Espanha e Portugal. E a localidade conhecida como passo da Maria Gomes à margem direita do rio Piratini hoje parte do município de Pedro Osório, fazendo divisa com Cerrito, ficou conhecido como um importante ponto estratégico de caminho de tropas contornando o rio

subindo para a região de Santa Catarina para atender as demandas do Sudeste e Centro-Oeste.

Com a independência do Brasil em 1822, é interrompido o regime de sesmarias. Em 1850 com a Lei 601 de 18 de setembro do mesmo ano, a lei de terras determina que somente seria reconhecido proprietário de terra aquele que adquirisse a terra através da compra de título e não mais através de doação. Outro fator importante desse período é o fim da escravidão que é extinguida em 1888, com a Lei Imperial n.º 3.353, sancionada em 13 de maio de 1888. O charque vai assumindo importância na região sulina, a independência do Brasil, a lei de terras surge então o quarto sistema agrário, o Sistema Agrário de Estâncias em meados do século XIX, por volta de 1830 até o início do século XX.

2.2.4 Sistema Agrário de Estâncias

O sistema agrário de Estâncias então é marcado pelo valor de troca da terra, pelo cercamento das propriedades, pela importância do comércio do charque, e a importância dos saladeiros. Segundo Pesavento (1986) o cercamento das propriedades ocorre por volta de 1870, como meio de delimitar as propriedades. Segundo Pesavento (1986)

Na área da pecuária tradicional, desde o século XVIII destacou-se a presença dominante da charqueada, estabelecimento que beneficiava a matéria-prima adquirida da principal atividade econômica da província, a criação de gado. As charqueadas gaúchas operavam como empresas escravistas e produziam, ao longo do século XIX, os principais produtos de exportação sulinos: charque, couro e sebo. (PESAVENTO 1986, p. 24)

Segundo Kühn (2011) teve três importantes fatores para o desenvolvimento das charqueadas, o tratado de Santo Idelfonso em 1777, que fixou a ocupação nessa região expandindo as estancias, as secas do Nordeste e Sudeste por volta de 1790, que desarticularam a produção de carne seca nessas regiões possibilitando a expansão do mercado sulino de carne de charque e em virtude do aumento populacional e demanda de gêneros alimentícios. Com isso, fortalecendo a produção de gado extensiva e fortalecimento do mercado interno.

A posse da terra era individual, através da compra de títulos, a força de trabalho era escrava e assalariada, esta última com pouca expressão, assumiu maior abrangência com a abolição da escravatura. As atividades exercidas nesse período era o destaque a pecuária extensiva, a produção de charque para o abastecimento do mercado interno. E por volta de 1870 segundo Pesavento (1986) vão introduzindo no Brasil e nas regiões sulinas as raças de gado europeia como forma de melhoramento genético.

As categorias sociais eram os Açorianos, Luso-Brasileiros e os escravos africanos, e o trabalho era manual, com animais para transporte e tração animal leve e uma agricultura de subsistência, a partir desse período de fortalecimento da economia e fixação e reconhecimento da produção da região sulina, foram se desenvolvendo os centros comerciais, a região de Pelotas conhecida pela produção de charque e a região de Rio Grande por causa do Porto de Rio Grande, o qual emerge em 1780 e 1790 para exportar charque proveniente das charqueadas de Pelotas, conseqüentemente torna a Vila do Rio Grande um importante centro econômico da capitania pela sua posição estratégica de ligação com a laguna e com o oceano atlântico.

Sendo assim, esse sistema agrário de estâncias, das charqueadas, vai acabar por dar origem a um novo sistema agrário, segundo Fontoura (2009) a partir da virada do século, acontece um cenário do fim da era das charqueadas e o começo da refrigeração da carne, implicando mudanças no tempo de abate de novilhos. Outro fator importante que levou ao declínio desse sistema foram as instalações das estações de trem em Cerrito e Pedro Osório que deram outra configuração aos municípios. A partir dessas mudanças de cenário, o sistema agrário de estâncias se torna obsoleto e vai dar origem a um novo sistema agrário, denominado de sistema agrário contemporâneo, que é demarcado a partir da virada para o século XX e vai até mais ou menos o período de 1970.

2.2.5 Sistema Agrário Contemporâneo

Nesse momento o município de Cerrito e Pedro Osório estava sofrendo uma forte mudança, no fim do século XIX, segundo Oliveira (2002) 1872 iniciou-se definitivamente o povoamento as margens do Rio Piratini, junto ao passo da Maria Gomes, com terrenos vendidos por José Barnabé de Souza. O fato decisivo para a aceleração do povoamento foi em ambas as margens do rio

Piratini foi a construção da Estrada de Ferro Rio Grande x Bagé. O decreto nº 8,346 de 24 de dezembro de 1881, concedeu à *Compagnie Impériale du Chemin de Fer de Rio Grande do Sul*, os direitos para a construção, uso e gozo da via férrea Rio Grande x Bagé. Em 02 de dezembro de 1884 se deu a inauguração oficial, em 08 de dezembro do mesmo ano foi aberto o tráfego normal de passageiros e cargas.

Segundo Oliveira (2002) a partir do movimento para instalação da ferrovia Bagé x Rio Grande empresas como do grupo Matarazzo para extração de pedras e a Dorbras que fabricava dobramentos para implantação da ferrovia, acabaram por ser as grandes responsáveis para impulsionar o desenvolvimento às margens do rio Piratini, nos municípios de Cerrito e Pedro Osório. Sendo assim esse fator da linha férrea, apresentou relevância, socioeconômica e cultural no processo de formação do município de Cerrito e Pedro Osório. Segundo o mesmo autor a primeira estação construída foi a estação Cerrito à margem esquerda do rio Piratini, mas devido ao tamanho da estrutura e o fluxo que acabou gerando, em 1887 foi construída a estação do Povoado de Maria Gomes, atual prefeitura de Pedro Osório, com objetivo de atender melhor a demanda, com isso é na margem direita do rio que ao passar dos anos vai se desenvolvendo a urbanização, comércio e serviços e no lado de Cerrito vai ficando obsoleto.

É importante destacar que com a instalação da linha férrea que cruza Bagé x Rio Grande houve maior adensamento populacional as margens do Rio Piratini, de um lado Cerrito a margem esquerda e no outro lado da margem Pedro Osório a margem direita. O século XX é marcado por emancipações, em 1959 Pedro Osório se emancipou de Jaguarão. Até 1995 Cerrito pertencia à Pedro Osório.

Dessa forma, o século XX é marcado então pelo processo de urbanização de Cerrito que se deu início no fim do século XIX com a implantação da linha férrea. Surgem com maior expressão a partir do início do século XX a plantação de arroz irrigado nas regiões alagadas do Sul, com isso chegando também o arroz na parte sul do município de Cerrito onde estão as áreas planas e mais alagadas, mas foi para o lado de Pedro Osório que tomou maior força esse cultivo. Segundo Bento (2005) sem datar, o autor aponta que as ferrarias tanto

na atual vila Freire, no Alto Alegre e na sede de Cerrito foram também um fator muito importante para o desenvolvimento da região, atendendo a demanda das carrocerias que vinham de 10 a 15 transportando produtos como: trigo, feijão, milho e outros tantos produtos. Como na época as carroças eram os principais meios de transportes, esses estabelecimentos foram importantes pois além de abrigar esses carroceiros possibilitava a manutenção das ferraduras.

Segundo Bento (2005) por volta de 1950, o prefeito de Canguçu a qual Cerrito pertencia, instalou a Usina da Estação Cerrito, o que foi um grande acontecimento na época pois proporcionava luz das 19 horas até a meia noite, exceto acontecimentos como velórios e bailes. E em 1958 Cerrito e Olimpo atual Pedro Osório foram beneficiados com rede elétrica da C.E.E.E.

Nesse Sistema Agrário Contemporâneo, há uma transformação no espaço rural, há um maior índice de ocupação, desmatamento para aumentar as áreas agrícolas, com ênfase na unidade de paisagem I, onde há maior concentração da atividade agrícola e instalação da urbanização do município. Nesse período a posse da terra era individual, por parceria, ou arrendamento, o modo de artificialização do meio era por tração animal pesada, com arados, enxadas e cercamento.

Com introdução da raça Jersey na região da campanha, que foi trazido de Portugal Por João Francisco de Assis para o Brasil para a sua granja em Pedras Altas, segundo Reverbel (1984) ao traçar a história de Pedras Altas e a vida no campo segundo Assis Brasil aponta que os primeiros animais vacuns adquiridos por Assis Brasil para incorporar na sua granja e investir em rebanhos melhorados. Com isso segundo o autor, em 1895, foi trazido para a fazenda gado de raça europeia.

Ainda ministro plenipotenciário em Lisboa, ele adquiriu duas vacas Jersey, na Inglaterra. Pertenciam ao plantel da Rainha Vitória. Mantidas inicialmente em Portugal, foram levadas para Ibirapuitã e, posteriormente, para Pedras Altas, onde constituiriam a base do plantel ali formado. (REVERBEL, C. 1984, p. 75)

Sendo assim, a partir da incorporação do Gado Jersey na região da Campanha a qual Cerrito está situada, foram sendo modificados os modos de produção, com melhoramento do gado, a instalação da Cooperativa Sul Rio-Grandense – COSULATI em meados de 1950, no município de Capão do Leão,

a qual atendia toda a bacia leiteira da região, foi um fator importante que fortaleceu a produção de leite no município, pelas condições naturais, com terras dobradas, com menor produtividade para atividades agrícolas, a criação da pecuária seguiu sendo a melhor alternativa para os agricultores.

Nos anos 50 o Brasil vai deixando de ser um país agrícola e vai passando para um país urbano-industrial. Nos anos 60 é marcado pela industrialização pesada como aponta alguns autores, período esse em que se instalam no país as fábricas de insumos agrícolas, maquinários e implementos agrícolas. Com isso a agricultura brasileira estava entrando no processo de industrialização do campo.

Denominei este processo de integração técnica-agricultura-indústria, caracterizado de um lado pela mudança na base técnica de meios de produção utilizados pela agricultura, materializada na presença crescente de insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.); e máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de injeção, entre outros). De outro lado, ocorreu uma integração de grau variável entre a produção primária de alimentos e matérias-primas e vários ramos industriais (oleginosos, moinhos, indústrias de cana e álcool, papel e papelão, fumo, têxtil, bebidas etc.) (DELGADO, 2001, p. 164)

A criação do Estatuto da Terra em 1964, com a lei 4504 de 30 de novembro de 1964, foi um marco muito importante para as questões agrárias, e tinham dois grandes objetivos promover a reforma agrária e desenvolver a agricultura. A criação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) em 1965 fortaleceu e aumentou as cooperativas e empresas agroindustriais que, em conjunto com as empresas multinacionais fortaleceram as práticas relacionadas ao agronegócio. Outro destaque nesse período é criação da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural hoje EMATER e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA nos anos 1970.

Dessa forma, o sistema agrário contemporâneo é marcado pela industrialização, com o melhoramento de raças, em Cerrito e Pedro Osório é marcado pela forte urbanização devido a linha férrea que cruza Bagé x Rio Grande, instalação de luz se torna mais distribuída e a instalação da cooperativa de leite que fortaleceu a economia nesse período.

Com isso, a partir do crédito rural, da mecanização da agricultura, que acontece no Brasil e conseqüentemente também no município de Cerrito, há o

surgimento de um novo sistema agrário, trazendo um novo paradigma de produção novas dinâmicas no campo, que é o sistema agrário atual, que surge na década de 1970, mas ganha mesmo forte importância em Cerrito por volta dos anos de 1990, com maior reconhecimento e valorização da produção de leite e maiores investimento na cadeia produtiva do leite através da instalação das multinacionais no território brasileiro.

2.2.6 Sistema Agrário Atual

Cerrito possui atualmente a economia voltada ao setor agropecuário, tendo como maior expressão a produção leiteira com criação de gado da raça Jersey e produção de matrizes leiteiras reconhecidas por sua categoria genética produzindo leite de boa qualidade. E a história com a produção de leite da raça Jersey se deu pelo fato de ser uma região de terras dobradas, de ondulada a forte ondulada, a raça Jersey foi uma saída para que fosse possível produzir leite de boa qualidade, segundo Procreate (2016) essa raça é de um animal de menor peso que suportasse as condições topográficas, e que por ser um animal de porte médio demanda de menor quantidade de alimentação e melhor mobilidade nessas regiões dobradas. Produzindo leite de qualidade e reconhecida a categoria genética da raça Jersey, Cerrito tem como festividade cultural e incentivo à produção leiteira da raça Jersey a Festa do Leite Jersey.

Mas conforme a modernização da agricultura foi cada vez mais adentrando diversas esferas de poderes econômicos e o leite sempre passou por grandes instabilidades no que tange ao preço do produto. Atualmente de 2015 para cá, de 240 produtores de leite que comercializavam leite para indústrias, atualmente tem menos 100 de produtores em todo município. E os fatores que desencadearam essas mudanças foram as instruções normativas que entraram em vigor (que será melhor abordada no próximo capítulo), onde muito dos pequenos produtores teriam que realizar grandes investimentos, na aquisição de resfriador a granel e ordenhadeiras, e o preço do produto baixo, não sendo mais uma atividade rentável para parte desses agricultores. E em contra partida verificou-se o aumento de 2018 para 2019 de 1000 hectares de área plantada de soja no município.

Porém, de acordo com os dados do censo agropecuário de 2017, o número de produtores de leite ainda é superior a qualquer outra atividade

agropecuária, sendo de 254 estabelecimentos com produção de leite, e 54 estabelecimentos plantando soja. Cabe ressaltar que esse dado do IBGE de 254 abrange todos estabelecimentos que tem produção de vaca de leite, mas não necessariamente o produtor tem renda com essa produção, pois atualmente o município tem 120 produtores cadastrados em indústrias de laticínios, seja cooperativa ou empresa a qual destinam sua produção.

2.3 A Relação da Produção Leiteira na Identidade e Território de Cerrito

É de suma importância compreender como as sociedades se ordenam, ao longo do tempo é possível identificar diferentes paisagens desse espaço e respectivamente as dinâmicas socioeconômicas e produtivas, e como essas sociedades vão utilizando das técnicas disponíveis em determinando momento e vão se adaptando as condições existentes e transformando o meio. Os meios de uso do espaço rural e as técnicas adotadas, como se consolidam os sistemas de produção e os sistemas agrários são reflexos da ação antrópica sobre a natureza, de modo a abarcar as atividades econômicas e sociais de determinados locais, e construindo parte da cultura local.

Desde o melhoramento de raças bovinas no final do século XIX início do século XX praticadas no Rio Grande do Sul, a introdução do gado Jersey por Joaquim Francisco do Assis, que trouxe de Portugal chegando em Pedras Altas os animais e com isso se desenvolvendo e adentrando outras regiões. A raça Jersey nas condições locais de Cerrito é uma saída de garantir uma melhor possibilidade de renda com as características físicas do local, melhor apresentado no capítulo anterior.

A localização geográfica sobre determinado espaço, através das condições de relevo, clima, recursos hídricos e vegetação são as primeiras variáveis que condicionam as possibilidades de ocupação humana, e os meios de ocupação em um primeiro momento devido aos meios técnicos disponíveis sobre o espaço em um determinado período histórico. Por isso, é de suma importância analisar as variáveis físico-naturais que compreendem o território para compreender as dinâmicas de uso e ocupação da terra ao longo do tempo. Com isso, definindo a configuração do espaço, através dos processos de transformações sociais e naturais.

Como aborda Claval (1999) para compreender os processos sociais, sejam econômicos, políticos é necessário ir além, por exemplo para explicar a localização de determinadas atividades econômicas é preciso explicar a localização, e analisar o fator terra, recursos naturais disponíveis, dinâmicas hidrológicas, condições topográficas e pedológicas, o fator trabalho e o fator capital, dessa forma a partir das potencialidade de cada local que vão se desenvolver os processos de produção do espaço e as relações sociais.

Segundo Berdoulay (2012) o termo cultura revela a um reconhecimento da diversidade dos modos de vida, das práticas realizadas pelas sociedades, tanto individual quanto coletiva. E as relações entre homem e meio são um conjunto de interações com modificações das culturas e do meio, a partir do papel do homem, seus valores, crenças e atos sobre o espaço. A cultura põe em questão ao mesmo tempo relações materiais e imateriais, tradicionais e modernas e objetivas e subjetivas. Segundo Cosgrove (1998), a cultura é considerada um conjunto de práticas compartilhadas comuns a determinadas parcelas das sociedades, em grupos, essas práticas que perpassam gerações através do conhecimento adquirido ao longo do tempo. “Assim a cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência das práticas humanas.” (COSGROVE, 1998, P. 102)

Segundo Bonnemaïson (2012) a cultura se dá através dos efeitos sobre a relação da sociedade com o espaço. A cultura para os Geógrafos, se caracteriza com o existir coletivamente em determinado ambiente natural, num espaço e numa conjuntura histórica e econômica colocada em causa a cada geração. A cultura não deve ser separada da ideia do território, pois a partir da existência de um tipo de cultura que vai gerar um território, e a partir do território que vai se dar a relação existente entre o espaço e a cultura. “O espaço social é produzido; o espaço cultural é vivenciado. O primeiro é concebido em termos de organização e de produção; o segundo em termos de significação simbólica.” (BONNEMAISON, 2012, p. 289)

O espaço cultural é o resultado da interação da relação da sociedade com a natureza, dos aspectos econômicos e políticos que vão se construindo ao longo do tempo. E se concretiza a partir das vivências, costumes e crenças de forma (i) material. “A territorialidade é a expressão de um comportamento vivido:

ela engloba, ao mesmo tempo, a relação com o espaço “estrangeiro”; ela inclui aquilo que fixa o homem aos lugares que são seus e aquilo que o impele para fora do território, lá onde começa o espaço.” (BONNEMAISON 2012, p. 291)

Existe um espaço objetivo, o das estruturas geográficas; mais adiante, um espaço subjetivo ou vivido; e, além, um espaço cultural, lugar de uma escritura geossimbólica. Toda sociedade agrupa esses diferentes níveis de percepção num conjunto espacial mais ou menos harmonioso ou tenso e dá a cada um desses tipos de espaço uma configuração no solo, uma significação e um papel particular. (BONNEMAISON 2012, p.296)

Dessa forma, “quando os indivíduos se estabelecem territorialmente acabam criando e recriando vínculos de identidade a partir de elementos simbólicos que facilitam sua reprodução social e biológica.” (COLASANTE E SAQUET 2015, p. 97)

Haesbart (2014) expõe que o território tem a ver com poder, porém não se restringe ao poder tradicional político, ele diz respeito ao poder de dominação tanto quanto o simbólico de apropriação. O território é múltiplo e diverso. O autor ao expor sobre territorialidade, coloca que além de incorporar a dimensão política, também diz respeito as relações econômicas e culturais

Segundo Saquet (2007) o território constitui identidade, compreendida como as interações, de territorialidades, no que diz respeito as relações que acontecem entre a sociedade e a natureza. Na identidade tem relações coletivas, políticas, tudo isso em movimento, continuidades e descontinuidades. Segundo Medeiros (2015) a identidade é que o que confere determinada característica de um determinado território independentemente da situação que se encontra esse território, seja apropriado pela força da dominação ou pelo sentido simbólico de apropriação. “O território é um espaço de identidade ou pode-se dizer que é um espaço de identificação.” (MEDEIROS 2015, p. 215)

O leite é a principal atividade econômica de Cerrito e tem um bom índice de desenvolvimento e produtividade. Em 2015 segundo dados do IBGE foram produzidos 9.347.000 litros de leite, com em torno 260 estabelecimentos na atividade. O município conta com um rebanho em torno de 80% da raça Jersey, incluindo cruza. Hoje no município, a produção de leite no município segundo os dados do IBGE (2019) diminuiu para 7.751.000 litros de leite abrange mais de 39% dos estabelecimentos agropecuários de Cerrito com produção de leite de

vaca. Porém, com as exigências e normas de produção e comercialização do leite que diz respeito a produção de leite são as Instruções Normativas 76 e 77 atrelada a outros episódios melhores detalhados no próximo capítulo impactaram o setor do leite no município transformando a realidade deixando a margem de incertezas.

2.4 A Festa Municipal do Leite Jersey na Cultura Local

A festa hoje atua como um espaço de resistência frente as possibilidades de produção com a modernização da agricultura. Buscando incentivar a comunidade e seu entorno para as viabilidades da produção de leite proveniente da raça Jersey. A produção de leite por hectare ainda é uma das atividades mais rentáveis para o produtor rural frente a outros tipos de atividade agrícola. Porém atualmente frente as instruções normativas aplicadas para a cadeia do leite, que vai perpassar a todos agentes envolvidos na cadeia, adotaram uma série de exigências de qualidade do produto. Levou a uma parcela não especializada abandonar a atividade devido ao grau de investimento necessário.

Dessa forma, a festa do leite Jersey no município vai além do entretenimento, perpassa gerações, vivências, saberes que acompanham gerações, a festividade também é um ponto de encontro das pessoas, de troca de saberes, experiencias e dificuldades como reprodução de vivências e práticas compartilhadas. E atua também como forma de mostrar o valor e as possibilidades de renda com a produção do leite Jersey e com a criação do gado Jersey. Sendo assim, a festa do leite Jersey é uma festividade cultural do município, que teve início através da identidade do município pelo reconhecimento da forte produção relacionado a raça, se destacando de outros locais.

Segundo Claval (1999) A cultura é a transmissão de uma geração a outra de estilos de vida, crenças, costumes e valores, é a soma dos comportamentos, das técnicas aprimoradas, dos saberes adquiridos ao longo do tempo através das relações sociais com o espaço, dos conhecimentos e valores acumulados pelos indivíduos e em grupos coletivos acumulados ao longo da vida. “As sociedades humanas são construções culturais cuja raízes estão mergulhadas na história.” (CLAVAL, 1999, p. 109)

No que diz respeito sobre as festas, segundo Bezerra (2008) a festa apresenta um sentido amplo de da produção de memória da identidade no tempo sobre o espaço em conjunto da sociedade. E como coloca Bezerra (2008) que através das festas, elas são (re)atualizadas e celebram as experiências sociais e representa as identidades locais, como meio de representação das particularidades do local. Segundo Mendonça (2001) atualmente as sociedades marcadas pela fragmentação, individualismo, pelas praticidades e pelo incessante consumismo, as festas populares demonstram também que se constituem em espaços sociais privilegiados de construção de identidades coletivas e de resistência.

Como aponta Ferreira (2006) essas festas, tem ultrapassado barreiras, sobrevivendo e reafirmando a cultura enquanto força propulsora dos processos civilizatórios e como instrumento poderoso de comunicação e resistência. Ação de resgatar a própria identidade é fundamental para encontrar-se a si mesmo e recuperar um equilíbrio que pode estar ameaçado. Nesse aspecto que a Festa do Leite Jersey se destaca como instrumento importante de resistência, de lutas e aprendizado. É um ponto de encontro entre as pessoas, a partir do sentimento de pertencimento ao município e suas vivências, movimenta o interior, incentivando a comercialização de artesanatos e produtos coloniais locais, venda de animais, importante tanto no âmbito econômico, para fortalecer a economia local, quanto no simbólico, no entretenimento, do espaço vivido.

Produzindo leite de qualidade e reconhecida a categoria genética da raça Jersey, Cerrito tem como festividade cultural e incentivo à produção leiteira da raça Jersey a Festa do Leite Jersey, como festividade a 15 anos no município, que ano de 2019 aconteceu a 15ª edição da festa nos dias 18, 19 e 20 de outubro. A festa teve início em 2004 a sua primeira edição, a festividade é realizada pela comunidade São João da Igreja Luterana do Passo do Santana, no interior do município de Cerrito, contando com parcerias com a EMATER-ASCAR de Cerrito, Prefeitura Municipal, Cooperativa Sul-Riograndense de Laticínios, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cerrito e Pedro Osório e Inspeção Veterinária de Municipal. Em 2017 a Festa do Leite Jersey foi

incorporada ao calendário do município, se tornando uma atividade oficial de Cerrito juntamente com o aniversário do município.

A festividade ocorre em meados de outubro de cada ano, na Comunidade da Igreja Luterana do Passo do Santana, conhecida como Igreja Queimada, com o envolvimento da comunidade e do poder local. A EMATER com seus extensionistas realizam o concurso leiteiro com premiação para os ganhadores, além do trabalho de extensão com as possibilidades e caminhos para aumentar a produtividade, a qualidade e bem-estar do animal também. A festa tem como foco principal valorizar o Gado Jersey, através das tecnologias disponíveis e do trabalho da extensão rural em parceria com a prefeitura municipal, promover a produção da raça Jersey no município, tendo como atividade de incentivo o concurso leiteiro. (figura 19)

Figura 19 - Concurso leiteiro da Festa do leite Jersey.



Fonte: Própria da autora, outubro de 2018.

A venda dos animais, principalmente terneiros é uma importante fonte de renda dos agricultores familiares do município além da produção de leite. A festa além da parte do entretenimento com shows, bandas, churrasco e café colonial, tem também seminários com alguns pontos de trato com animal, degustação de produtos derivados de leite e estandes de implementos agrícolas (figura 20). A

comunidade luterana do passo do Santana fica responsável pela praça de alimentação, com os famosos cafés coloniais e churrasco, a prefeitura na parte dos shows e infraestrutura, a EMATER com o concurso leiteiro e seminários.

Além disso, ao começar as preparações de cada festa do leite é realizado uma festa de cunho mais local na comunidade, para a escolha das soberanas da festa do leite, sendo Rainha, primeira Princesa e segunda Princesa, envolvendo também a juventude do município. E durante os dias de festa acontecem apresentações dos CTGs de Cerrito, reforçando a tradição gaúcha.

Figura 20 - Vista da festa, estandes e mostra das vacas leiteiras.



Fonte: Própria da autora, outubro de 2018.

Segundo um informante chave, participante da organização da festividade, Cerrito era conhecido como a capital do Jersey, devido à forte criação desse gado, e a localidade do passo do Santana tinham predominância de produtores de leite Jersey no local, daí surgiu a ideia de fazer a festa do leite em parceria com o poder local. Segundo o prefeito do município, a festa tem como objetivo principal promover a produção no município, “pois temos um compromisso firmado com a produção leiteira e os produtores, pois a atividade leiteira é um dos principais pilares da economia do município”.

Figura 21 - Festa do Leite e aniversário do Município de Cerrito



Fonte: Prefeitura Municipal, 2018.

Durante a 15^a Festa Municipal do Leite Jersey de Cerrito foram entrevistadas 25 pessoas na busca de analisar e compreender sob o ponto de vista dos participantes da festa qual era a importância da festa do leite tanto no âmbito pessoal quanto para o município. Os entrevistados foram escolhidos de forma aleatória e com consentimento sobre a respectiva pesquisa. Sendo 19 das pessoas que participaram da pesquisa residentes do município de Cerrito, um que mudou para Pelotas, mas nasceu e foi criado em Cerrito, e outros cinco de Pelotas com membros da família do município.

No que diz respeito a primeira pergunta da entrevista, sobre o que representava a festa do leite para o indivíduo, feita para cada sujeito, obteve-se uma maior diversificação de respostas como: cultura, cultura alemã da localidade do Santana, é uma festa e que representa a produção do local, novidades e agrega a agricultura, algo bom para o produtor rural e atividade leiteira, mostra de animais de qualidade, confraternização, ponto de encontro, meio de sobrevivência da colônia, tradição, socialização e cultura local, diversão, desenvolvimento do município, uma maneira do produtor melhorar o seu trabalho, um reconhecimento do produtor rural, incentivo, valorização da produção leiteira, união entre a cidade e o campo e representação do município.

Essas palavras chaves foram elencadas ao longo das entrevistas muitas delas se repetindo, mas foi possível analisar, que a essa festa representa muitos fatores, vivências, experiências, tradições ao longo das gerações, culturas, encontros, indo além da dimensão econômica e turística, está enraizado nas vivências, na questão do lugar e no sentimento de pertencimento desses produtores e participantes da festa do leite.

No que diz respeito as palavras chaves sobre o que eles achavam da importância da festa do leite para o município, pode-se destacar: desenvolvimento da produção, cultura local, pela importância do gado Jersey no município, valorização da raça e da produção, visibilidade ao produtor rural, melhorar a qualidade genética, desenvolvimento do município, turismo, girar a economia no município, inovação e prospecção de novos horizontes de negócios. Nessa pergunta, fica claro que para os entrevistados a festa traz benefícios econômicos tanto para o produtor rural quanto para o município, dando a possibilidade de melhoria de produção e incentivo, como na circulação de renda local através do turismo, com isso possibilitando o desenvolvimento de Cerrito.

Dessa forma, a festa do leite Jersey no município vai além da dimensão econômica, é entretenimento, perpassa gerações, vivências, saberes que acompanham gerações, a festividade também é um ponto de encontro das pessoas, de troca de saberes, experiências e dificuldades como reprodução de vivências e práticas compartilhadas. E atua também como forma de mostrar o valor e as possibilidades de renda com a produção do leite Jersey e com a criação do gado Jersey. Sendo assim, a festa do leite é uma festividade cultural do município, que teve início através da identidade do município pelo reconhecimento da forte produção relacionado a raça, se destacando de outros locais.

Encerro esta seção com uma fala de uma agricultora do município de Cerrito sobre a festa do leite: “Eu acho importante por que movimenta o interior de Cerrito da oportunidade das pessoas venderem seus produtos produzidos aqui interior doce de leite queijo e outras coisas também tem incentivo de todo mundo participar do concurso leiteiro, e a festa do Município né comemora o

aniversário de Cerrito (figura 21) com essa festa do leite Jersey que maior parte das pessoas que moram aqui vive do leite”.

Cabe mencionar que nos anos de 2020 e 2021 não houve festa do Leite devido a atual situação de Pandemia. Onde Cerrito é um município pequeno, com pequenas condições de atendimento à saúde. No qual em casos graves necessita de atendimento hospitalar das Cidades Regionais como Pelotas e Rio Grande. Dessa forma, não é seguro manter a festividade presencial e inviável no formato virtual devido as limitações de acesso à internet e com a tecnologia.

Após compreender a história e o processo de formação de Cerrito e a identidade local e os fatores que acarretam essa representatividade é importante analisar como hoje está caracterizado o sistema de produção da atividade leiteira, as transformações que ocorreram neste segmento, tanto as potencialidades e positivities que se incorporam e se beneficiam do avanço do meio técnico científico e informacional como as mazelas, as diferenciações e as limitações dessas imposições que ocorrem para se enquadrar as exigências impostas. Dessa forma o terceiro capítulo vai abordar sobre a produção leiteira, como essa atividade foi se desenvolvendo e os grandes marcos que influenciaram esse segmento e o atual cenário dessa atividade.

3- PRODUÇÃO LEITEIRA E O ATUAL CENÁRIO DO MUNICÍPIO

Neste Capítulo será discutido brevemente sobre a modernização da agricultura, pois a partir dela, os processos de industrialização e modernização do campo no Brasil foram os principais agentes que impulsionaram as principais transformações no espaço rural. Dessa maneira, para compreender a dinâmica da produção leiteira é de suma importância compreender a cadeia produtiva e as agentes que perpassam os diferentes níveis, do início até a comercialização da produção, o ambiente institucional que regula a atividade e os próprios produtores que são os elementos chave para esta discussão.

A produção leiteira é uma atividade destaque no município de Cerrito e está presente expressivamente nos estabelecimentos rurais, além da produção a atividade do leite faz parte da identidade e cultura local do município. Deste modo, integra-se a história e desenvolvimento econômico do município, dada essa significância, pois essa grande festa cultural que confere a identidade de Cerrito ocorre há mais de 15 anos denominada de festa municipal do leite Jersey que devido a pandemia duas edições que não foram realizadas a tradicional festividade devido as condições sanitárias mundial.

A partir dessas variáveis e do atual cenário, será caracterizado o caso da produção leiteira do município de Cerrito, com ênfase para as instruções normativas sobre a produção leiteira que intensificaram a evasão nessa atividade, foi também analisado a situação dos produtores que desistiram da atividade leiteira e verificou-se quais os rumos desses produtores tiveram ao saírem da produção de leite. Para analisar as perdas, foi identificado como era a estrutura do sistema de produção desses produtores, que tipo de atividade passaram a fazer pós saída da leitaria.

Para analisar o atual cenário também foi estudado os produtores que estão na atividade, segundo dados da Emater municipal em 2021 tem em torno somente de 80 produtores com base na produção de leite de vaca. Foi analisado as limitações da atividade pela visão do produtor rural, potencialidades e fragilidades desta atividade e por fim discutir sobre essa modernização, seria

uma modernização incompleta? É possível acompanhar as mudanças e as exigências dentro da pequena propriedade?

3.1 A Modernização Da Agricultura, O Agronegócio E Agricultura Familiar Na Produção Leiteira

A partir de estudos da complexidade da dinâmica da agricultura, Davis e Goldberg da universidade de Harvard dos Estados Unidos da América, lançaram o conceito de *Agribusiness* para atender a nova realidade de agricultura. Segundo então Davis e Goldberg o termo *agribusiness* é apontado como “o total das operações que envolvem a manufatura e distribuição de suprimentos agrícolas; operações produtivas, nas fazendas; armazenamento, processamento, distribuição de commodities agrícolas e produtos feitos a partir dessas” (*apud* MENDONÇA, 2018. p. 26)

A agricultura relacionava-se com todo o tipo de atividade desenvolvidas no meio rural, e a partir do intenso avanço tecnológico segundo Araújo (2009) o conceito de agricultura perdeu o sentido não se tratando mais de propriedade autossuficientes, mas de uma complexa relação entre: o antes da porteira, dentro da porteira e após a porteira. No Brasil o termo agronegócio começa a ser adotado em meados 1990 na literatura brasileira, segundo o referido autor, é fundamental compreender o agronegócio dentro de análise sistêmica que engloba os setores a montante e a jusante da produção agropecuária.

Nos anos 1950 o Brasil vai deixando de ser um país agrícola e vai passando para um país urbano-industrial. Nos anos 1960 é marcado pela industrialização pesada como aponta alguns autores, período esse em que se instalam no país as fábricas de insumos agrícolas, maquinários e implementos agrícolas e o avanço tecnológico para agricultura. Com isso a agricultura brasileira entrava no processo de industrialização do campo.

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural - SNCR em 1965 fortaleceu e aumentou as cooperativas e empresas agroindustriais que, em conjunto com as empresas multinacionais fortaleceram as práticas relacionadas ao agronegócio. Com isso, a partir do crédito rural, da mecanização da agricultura, que acontece no Brasil e conseqüentemente também no município de Cerrito, o surgimento de um novo sistema agrário, trazendo novas dinâmicas

de produção, que é o sistema agrário atual, que surge na década de 1970, mas ganha mesmo forte importância em Cerrito por volta dos anos de 1990, com maior reconhecimento e valorização da produção de leite, ampliação de crédito para os agricultores e maiores investimento na cadeia produtiva do leite através da instalação das multinacionais no território brasileiro.

O modo hegemônico de produção no campo ocorre de forma desigual no tempo e no espaço. Da mesma forma que o desenvolvimento, a tecnologia e a produção de riquezas são desiguais. Por isso o sistema agrário atual toma importância após cerca de duas décadas em Cerrito, como aponta Santos (2008) em sua obra *A natureza do espaço* o autor aponta sobre essa questão espaço-temporal e a análise do ponto de vista geográfica.

“O tempo como sucessão, o chamado tempo histórico, foi durante muito tempo considerado como uma base do estudo geográfico. Pode-se, todavia, perguntar se é assim mesmo, ou se, ao contrário, o estudo geográfico não é muito mais essa outra forma de ver o tempo como simultaneidade: pois não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja idêntico para todos os homens, empresas e instituições. Pensamos que a simultaneidade das diversas temporalidades sobre um pedaço da crosta da Terra é que constitui o domínio propriamente dito da geografia. Poderíamos mesmo dizer, com certa ênfase, que o tempo como sucessão é abstrato e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas múltiplas possibilidades, que são possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de usar o tempo.” (SANTOS, 2008, p. 159-160)

Cabe aqui ainda, mencionar que os processos de industrialização e modernização do campo no Brasil foram os principais agentes que impulsionaram as principais transformações no espaço rural. Segundo Silva “as transformações porque passa a agricultura, na sua essência, representam a sua adequação ao sistema capitalista como reflexo das transformações por que passa o próprio capital.” (SILVA, 1982, p. 126). Segundo Silva (1998) atualmente a agricultura brasileira tem uma estrutura complexa e heterogênea e só se pode compreendê-la a partir dos vários elementos que constituem esse segmento, a partir das suas dinâmicas interligadas com os setores industriais, processadores de produtos agrícolas e fornecedores de insumos.

A agricultura familiar é um importante seguimento tanto no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul como também em Cerrito, correspondendo atualmente segundo os dados do censo agropecuário de 2017 a 72% dos

estabelecimentos agropecuários, uma queda de 10% com relação aos dados do censo agropecuário de 2006. Então compreender as características da agricultura familiar é de suma importância para este trabalho. Os agricultores familiares não são homogêneos, sendo uma categoria social amplamente diversificada tanto na perspectiva econômica, social e também cultural. Segundo Guanziroli (2001) os agricultores podem estar em processo de acumulação de capital ou em descapitalização, de forma que essas diferenciações são produto das relações sociais no capitalismo.

Essa produção familiar – sistema de produção imediata – implica uma dinâmica que, nas últimas décadas, tem sido afetada não só pelo retalhamento da pequena propriedade em função da sucessão hereditária, mas também pelas dificuldades resultantes das políticas públicas que dificultaram sua permanência no campo. (MEDEIROS, 2007, P. 169)

As transformações ocorridas no espaço rural, a inserção de tecnologias no campo, a modernização da agricultura afetou e afeta até hoje a pequena propriedade, o agricultor familiar. Sendo assim a agricultura familiar se estabelece como uma categoria no campo, atualmente muito expressiva no meio rural. A pluriatividade e a multifuncionalidade no campo complementam a renda familiar, na busca pela propagação e a sobrevivência no meio. Schneider (2004) aponta que a pluriatividade é utilizada para descrever os processos diversos que existem nas propriedades como forma de complemento, sendo as propriedades pluriativas as unidades que extrapolam as atividades agrícolas. Sendo assim, a pluriatividade apresenta-se como emergência de um conjunto de novas dinâmicas no meio rural.

A agricultura familiar é hoje responsável por mais de 70% dos estabelecimentos agrícolas no Brasil (Kageyama e Bergamasco, 1989). Tendo que se adaptar as exigências da agricultura moderna, essa forma de agricultura guarda ainda muito dos seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que “enfrentar” os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque fragilizada, nas condições de modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças. (WANDERLEY, 2001, p. 52)

Para melhor compreender o que é agricultura familiar pode-se fazer uso da Lei nº. 11.326/06 de 24 de julho de 2006, que estabelece o regimento para formulações de políticas públicas direcionadas para agricultores familiares e empreendimento familiares rurais. E o decreto nº 9.064 de 31 de maio de 2017

que instituiu o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamentou a Lei da Agricultura Familiar e qualificou os empreendimentos familiares rurais.

Ao analisar a questão do trabalho no espaço rural com ênfase nesse estudo para a atividade agropecuária, é um elemento de produção e reprodução dos agricultores no meio rural. A jornada de trabalho no campo é muito particular e varia de produtor para produtor. No caso dos pequenos produtores há uma rigidez maior com o horário. No âmbito dos produtores de leite de vaca o trabalho começa cedo, não se diferenciando de final de semana ou feriado, pois a realização das atividades é necessária todos os dias e duas vezes ao dia. Ainda cabe destacar a produção sazonal, que em determinados períodos do ano, (plantio, poda ou colheita) demanda uma maior dedicação e trabalho, sendo necessário muitas vezes a contratação de trabalho assalariado. Como por exemplo a produção de milho para silagem para alimentação do rebanho ao longo de um período de tempo conforme a produção e demanda.

Referente às relações de produção, Oliveira (1990) faz um apontamento sobre o trabalho familiar sob o modo capitalista de produção. A agricultura familiar apresenta um papel muito importante com o passar do tempo vem aumentando expressivamente sua importância. No começo da década de 1990, o modo de produção com base no trabalho familiar começa a ser reconhecido pelo Estado e a agricultura familiar ganha crédito e se iniciam elaborações de propostas para políticas públicas (debate esse que será melhor discutido no próximo capítulo) voltadas para esse setor. A partir de então o governo passou a incentivar a promoção de um desenvolvimento rural no âmbito socioeconômico para os agricultores familiares, através de incentivo para manter esses agricultores no campo, buscando de certa forma minimizar o êxodo rural, devido a relevância da agricultura familiar para a produção alimentar da população Brasileira.

Dessa forma, em 1994 o governo começa a apontar incentivos ao agricultor familiar com a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção Rural – PROVAP, e em 1995 o programa foi reformado e deu origem ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Esse surge nesse contexto de reconhecimento do Estado frente agricultura

familiar no âmbito da produção alimentar e atua principalmente com agricultores em transição para fortalecimento dos mesmos.

As políticas públicas são ações fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar segundo Blum (2001), primeiramente, reforma agrária ou uma ampliação ao crédito fundiário, assistência técnica e extensão rural, assistência para crédito ao produtor, para implantação de projetos de estruturas para a produção, políticas agrícolas com metodologia participativa, educação de qualidade para a sociedade do meio rural, melhoramento de infraestrutura e urbanização da zona rural, melhoria nas estradas, lazer, serviço de saúde entre outros e pesquisas voltadas para os próprios agricultores, não deixar em gabinete os estudos realizados, seriam ações indispensáveis para fortalecer a agricultura familiar e o desenvolvimento do campo.

A produção de leite possui entraves tanto no âmbito do produtor rural tanto no setor industrial de captação e transformação da matéria prima. Na esfera dentro da porteira a contaminação do leite por vacas em lactação com doenças como mamite, maior índice de água para aumentar o volume de produto entregue, etc. No caso das indústrias água no leite, problemas de qualidade do produto influenciam o consumidor final, apresentando incertezas, gerando instabilidade e causando desconfiança. Segundo Medeiros e Brum (2015) no lado da indústrias, existem dificuldades em comercializar os produtos derivados do leite diante da grande e da desconfiança do consumidor quanto a qualidade do produto a partir das fraudes constatadas. Outro aspecto importante destacado pelos referidos autores é sobre a importação de leite dos vizinhos do Prata principalmente Uruguai e Argentina. Os mesmos, dependendo do câmbio praticado, chegam a preços mais competitivos do que os praticados internamente impactando o seguimento interno.

Segundo Zoccal, Souza e Gomes (2005) na agricultura familiar a pecuária leiteira é uma das atividades principais nessa categoria, estando presente em 36% dos estabelecimentos rurais de agricultura familiar. Segundo Couto (2003) “grande parte da produção agrícola brasileira vem da produção familiar, que tem como características básicas a utilização de mão-de-obra familiar, além do acesso à terra e aos meios de produção.” (COUTO, A. T. 2003, p. 159).

A produção de leite é fortemente disseminada na agricultura familiar brasileira e isso se justifica por uma série de razões dentre estas: o fato de não haver praticamente barreiras à entrada, de ser um produto muito para consumo interno como para comercialização ou processamento, porque permite a obtenção de uma renda mensal que, porque permite ainda o uso de terras não-nobres e utiliza de forma intensiva a mão-de-obra familiar, dentre outros fatores. (SOUZA, R. P. e WAQUIL, P. D. 2008, p. 2)

A pecuária leiteira no município de Cerrito é 99% familiar segundo dados obtidos na EMATER municipal em 2020, somente a granja Santa Maria que não se enquadra como produção familiar. A produção leiteira é uma atividade econômica de destaque no município, principalmente por ser uma atividade que está presente na agricultura familiar e que com o passar do tempo vem sofrendo mudanças institucionais em função das instruções normativas para a produção, industrialização e transporte, com isso impactando em um grau superior os pequenos produtores de leite. Para melhor compreender esses impactos é preciso compreender o funcionamento da cadeia produtiva do leite, conceber noções sobre os custos irrecuperáveis, que vão atingir diretamente essas famílias devido ao grau de especialização e de especificidade da atividade leiteira e também analisar ambiente institucional que é o agente responsável pela regulamentação deste segmento.

3.2 A Cadeia Produtiva do Leite

Segundo Kupfer e Hasenclever (2013, p. 21) “Cadeia produtiva é um conjunto de etapas consecutivas pelas quais passam e vão sendo transformados e transferidos diversos insumos. Essa definição abrangente permite incorporar diversas formas de cadeias.” Sendo assim, as cadeias produtivas são resultadas da divisão do trabalho e também da interdependência de diversos setores econômicos e seus agentes.

Segundo Batalha (2001) de forma mais simplificada a Cadeia de Produção Agroindustrial (CPA) pode ser fragmentada em três seguimentos a montante e a jusante em três macro seguimentos: comercialização, industrialização e produção de matérias-primas. Os mercados entre os segmentos da CPA permitem a relação entre os diversos segmentos da cadeia bem como as etapas que compõe o processo de produção na cadeia, neste caso na cadeia de produção do leite, como os fornecedores de insumos e os

agricultores, os agricultores com o laticínio, o laticínio com os distribuidores e por fim os mercados e o consumidor final.

O ambiente institucional brasileiro, voltado para o setor agropecuário, em especial o do leite, constitui-se nas diretrizes que integram o ambiente organizacional e baseiam-se em planejar e desenvolver ações. Existem as regras gerais e as específicas, as quais favorecem a avaliação das atividades desenvolvidas pelo conjunto de organizações que são responsáveis pela pesquisa, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal e animal, tanto na esfera federal, como estadual e municipal, bem como pela prestação de assistência técnica e extensão rural voltadas ao suporte das cadeias produtivas dos diversos produtos agroindustriais. O ambiente organizacional das cadeias produtivas envolve instituições públicas e privadas voltadas ao setor financeiro, comercial, educacional e industrial, universidades, institutos de pesquisa, associações, cooperativas e outras organizações não governamentais. (MAIA 2008, p. 35)

Segundo Jank, Farina e Galan (1999) a cadeia produtiva do leite no Brasil por meados dos anos 1990 passou por algumas mudanças de cunho estrutural. Desenvolveu um ambiente competitivo a partir da desregulamentação do mercado e a abertura comercial ao exterior e ao Mercado Comum do Cone Sul – MERCOSUL e também por um período de estabilização da economia pós plano real. Dessa forma, o Sistema Agroindustrial do leite brasileiro vem sofrendo mudanças ao longo dos anos, resultado de políticas públicas de desregulamentação, abertura comercial, integração, estabilização e de normas sanitárias, refletindo no ambiente competitivo tanto no ramo industrial quanto para o produtor rural. E o que isso quer dizer no âmbito do produtor rural? No ambiente da produção do leite as indústrias que captam a matéria prima utilizam a variável qualidade do leite e a quantidade como bonificação, sendo o produtor que disponibiliza em melhor qualidade e em maior quantidade maior será o preço do seu produto e isso também é refletido inversamente. O produtor que destina leite com baixa qualidade, com alterações, são punidos no valor.

Como aponta Silva e Oliveira (2012) a cadeia produtiva leiteira no Brasil tem experimentado mudanças consideráveis e transformações técnicas, operacionais e institucionais, a partir da década de 1990, através de inúmeras alterações nas estratégias e políticas governamentais desenvolvidas ou aplicadas para o setor. Todas essas alterações provocaram reações e adaptações no ambiente institucional da cadeia produtiva, interferindo diretamente no contexto comercial, estrutural e organizacional do setor lácteo

brasileiro, não só no setor agroindustrial, mas também para o produtor de leite e na logística de transporte do produto. Segundo os autores frente às mudanças significativas no ambiente institucional da cadeia produtiva do leite a partir de novas legislações, leva aos vários seguimentos da cadeia a se especializarem para atender as exigências.

Frente a essas transformações na estrutura e funcionamento da cadeia do leite através do ambiente institucional como as instruções normativas, essas que causaram impactos nos diversos segmentos. Estas instruções normativas para os agricultores familiares que possuem pequenas propriedades agropecuárias têm repercussões nem sempre positivas, levando parcela dessa classe a repensar na atividade, devido aos elevados custos de produção e exigências de comercialização do produto.

Ao analisar as cadeias produtivas, é característico envolver vários agentes, instituições e organizações. Segundo Maia (2008) para o caso da cadeia produtiva do leite é possível identificar pelo menos sete segmentos da cadeia considerados principais, segundo o autor eles são: os insumos para os produtores, a produção de matéria prima, a captação da matéria prima, no caso a logística de transporte do produtor para o laticínio, as indústrias que processam o produto, o setor de distribuição dos produtos, os mercados que comercializam o produto final, seja leite UHT ou seus derivados, e pôr fim ao consumidor.

Figura 22- Representação da cadeia produtiva do leite de acordo com os segmentos apresentados por Gomes (2001).

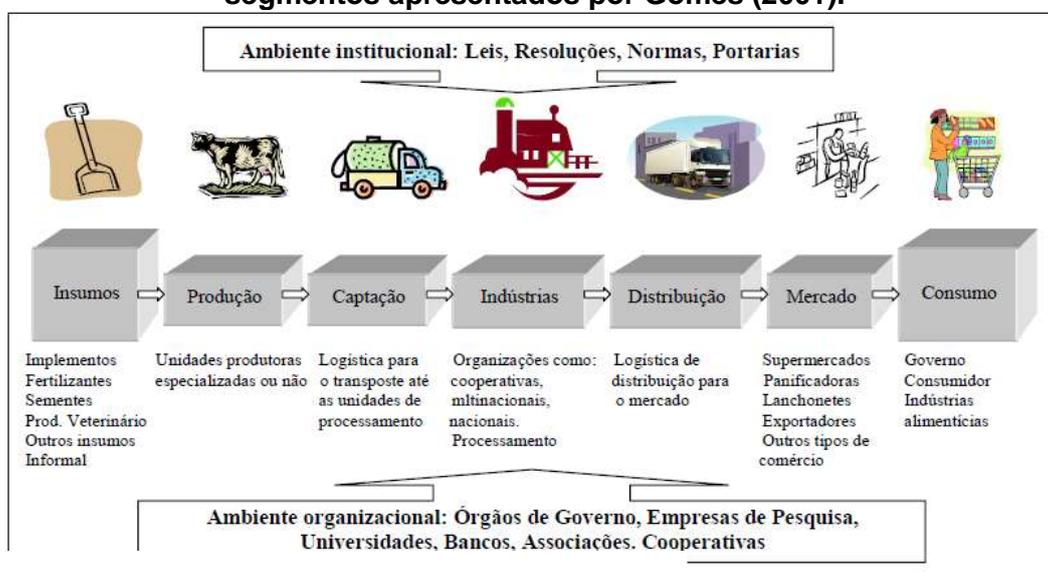


Ilustração 2.2 - Esquema da Cadeia Produtiva do Agronegócio Leite.

Fonte: Adaptação de Maia (2008) com base em Gomes (2001)

No que diz respeito a cadeia produtiva do leite, que é o setor produtivo que tem maior destaque no município, é importante mencionar a importância da produção de leite para os agricultores, sendo uma atividade que proporciona uma renda mensal ou quinzenal, relativamente equilibrada de acordo com o sistema de produção, o manejo, o efetivo de rebanhos e a especialização da propriedade na aquisição de ativos específicos. A Economia dos Custos de Transação - ECT dá suporte para compreender a lógica da cadeia de produção.

Trata-se de uma teoria que permite analisar as organizações e o seu relacionamento com o mercado e as instituições a partir das características das transações e de pressupostos comportamentais dos agentes envolvidos. As transações estão relacionadas aos arranjos institucionais, que diferem entre si principalmente quanto à eficiência em custos de transação. Portanto, conhecendo-se as dimensões significativas das transações é possível prever os arranjos institucionais. Os atributos são responsáveis por suas dimensões, definindo as características básicas, que são: a frequência, a incerteza e as especificidades dos ativos. (ROSINA *et al* 2007, p. 6)

Segundo Williamson (1996) apud Casali e Marion Filho (2013) na ECT existem ao menos seis tipos distintos de especificidade de ativos: especificidade de localização, especificidade física do ativo, especificidade de ativo humano, especificidade de ativo dedicado, especificidade de marca e especificidade temporal. No caso da cadeia do leite, a especificidade física do ativo é que nos cabe ressaltar, sendo ela, responsável pela especialização da atividade, na produção leiteira por exemplo, uma ordenhadeira só tem uma finalidade, tirar leite da vaca, se o produtor por algum motivo abandonar a atividade, se torna um custo irrecuperável, pois esse ativo não assume outra função, dessa forma, como aponta Casali e Marion Filho “quanto maior a especificidade física de um ativo, maior será a dificuldade de recuperar na sua venda o valor investido na aquisição, descontado a depreciação, já que a possibilidade de reemprego cai com o aumento da especificidade.” (CASALI e MARION FILHO, 2013, p. 237). A especificidades dos ativos será mais alta quanto menor a chance de utilizar esse ativo em outros usos.

Sendo a especificidades dos ativos o eixo mais importante no que diz respeito a produções especializadas como a cadeia produtiva do leite, a utilização de tecnologias específicas da atividade, como a utilização de ordenhadeira mecanizada, resfriador por expansão, rebanho, estrutura de

galpão, etc. Importante também pois, se o produtor não se manter na atividade, esses específicos da produção de leite se tornam prejuízos, visto que esses ativos muitas vezes não são utilizados em outras atividades.

Segundo Breda *et al* (2007) os autores abordam sobre os ativos específicos com ênfase em mais de um agente da cadeia de produção do leite. Dessa forma, o leite *in natura* tem especificidade humana que é um ativo que exige mão de obra especializada na produção. Logo ele está afastado da indústria, sendo essa a especificidade local e precisa ser transportado rápido e em condições de resfriamento devido a sua perecibilidade com isso exigindo ativos dedicados e local. Para manter a qualidade do produto preservada, ativo temporal também tem influi, em resfriadores, tanques de expansão são caracterizados como ativos físicos e dedicados. E por fim, não menos importante, a especificidade da marca, onde a qualidade do produto o desempenho da indústria são fatores importantes no final da cadeia, os consumidores finais que são responsáveis e os maiores beneficiados.

Portando, o investimento específico como na atividade leiteira tem como consequência a aquisição de ativos específicos físicos que segundo Kupfer e Hasenclever (2002) não conseguem ser transacionados sem perda total ou parcial do seu valor, os custos irrecuperáveis estão normalmente associados a ativos específicos, pois geralmente estes, apresentam dificuldade de encontrar uma utilização para determinadas especificidades ligadas a atividade. Esses pontos são de suma importância para o entendimento dos impactos na produção de leite de vaca bem como as mudanças que ocorrem a partir do ambiente institucional e das suas normativas para regulamentação do mercado.

3.3 Ambiente institucional e organizacional / Agentes Transformadores na Produção Leiteira

Para compreender as formas de regulamentação é primeiro necessário compreender a teoria. Sendo assim, para compreender os sistemas agroindustriais, as cadeias de produção são importantes aprofundar-se na Nova Economia Institucional – NEI, um termo proposto por Williamson (1975), embora muitos autores acreditam que esse termo surgiu a partir do Coase em 1937 no livro intitulado “*The Nature of de Firm*”, onde o autor apresenta uma visão mais sistêmica e complexa dos aspectos que influem no desenvolvimento das firmas.

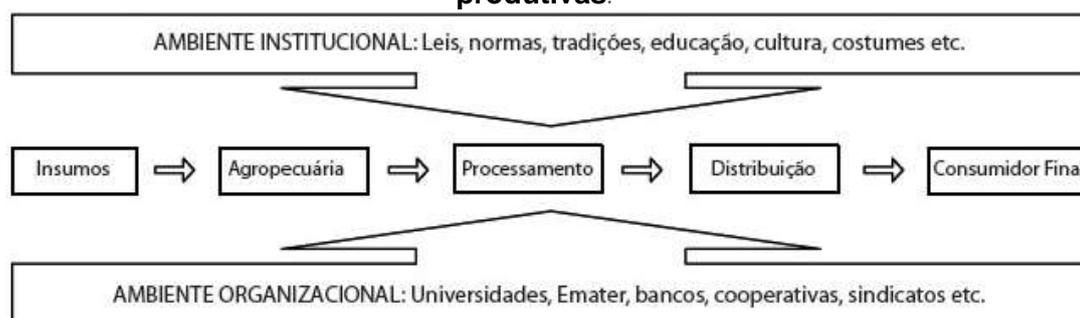
Para dar segmento a essa parte do trabalho, a Nova Economia Institucional auxilia como principal referencial teórico conceitual sobre o ambiente institucional que tem forte importância e influência na cadeia do leite.

A NEI vai ampliar além dos custos de produção e transformação do velho institucionalismo, analisa as variantes de transação, ambiente organizacional e institucional. Segundo Oliveira (2008) a partir dos estudos de Coase em 1937 é que a economia passou a considerar nos seus estudos a importância de analisar os custos de transação. Diante disso, a ECT vai estudar os custos ligados a transação ou à negociação. Para Williamson (1975) as transações vão ser condicionada por uma série de elementos cujo dependem dos comportamentos dos agentes entre eles a racionalidade limitada, a especificidades dos ativos, o oportunismo, a frequência e as incertezas.

Segundo Oliveira e Silva (2013) dentre as principais influências da NEI, está a importância e a valorização das instituições e como elas vão influenciar no ambiente competitivo, influenciando no desenvolvimento econômico das firmas. Zilbersztajn (1995) coloca que o ambiente institucional é apresentado como parte da ECT, e são muitas vezes os responsáveis pela redução, aumento ou até surgimento ou eliminação dos custos de transação.

Segundo Oliveira (2008) a NEI despertou para um novo paradigma econômico onde se estuda as firmas a partir de uma realidade sistêmica entre as firmas e seus ambientes, tanto organizacional quanto institucional. Podemos observar na figura 22 abaixo a estrutura dos ambientes institucional e organizacional das cadeias de produção.

Figura 23– Estrutura do ambiente institucional e organizacional das cadeias produtivas.



Fonte: Adaptado de Zylbersztajn (2000)

Como estudado por Oliveira (2008) sobre o ambiente institucional ele é colocado como parte integrante da ECT, pois o mesmo é motivador de minimizar ou aumentar, de criar ou excluir os custos de transação. Dessa forma, o ambiente institucional tem como finalidade preservar interesses, ocasionar mudanças institucionais de forma que, preceda mudanças comportamentais em todos segmentos da cadeia conforme a demanda.

Segundo Figueira e Belik (1999) a NEI trata do ambiente institucional sendo ele o conjunto de políticas e regras que servem de base para a produção, troca e distribuição. Alterações abruptas ocasionados neste ambiente por novas regras e normas elas carregam com si novas oportunidades, melhorias e desenvolvimento como também apresentam ameaças para diversos segmentos na cadeia. Sendo assim cabe aqui traçar e analisar brevemente as mudanças institucionais que ocorreram nos últimos anos na cadeia produtiva do leite no Brasil, que causaram impactos para uma parcela de produtores de leite do Nacional ao Local.

Em 2002 o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA viu a necessidade de uma elaboração de um Plano Nacional da Qualidade do Leite – PNQL, essa mudança foi por meio da IN 51/2002 que regulamentaram técnicas para a produção e qualidade das diversas classes de leite. Segundo Oliveira e Silva (2013) as mais importantes regulamentações da IN 51 foram a necessidade de refrigeração do leite cru, coleta granel, e novos parâmetros de qualidade do leite a partir da contagem de células somáticas, contagem do padrão das placas, controle de temperatura, teor mínimo de proteínas e controle de resíduos. E de acordo com diversos autores que vem debatendo a questão

do leite e suas respectivas mudanças a IN 51 representa a maior mudança institucional deste setor.

As mudanças realizadas pelo ambiente institucional, no que diz respeito a produção de leite recentemente são as Instruções Normativas 76 e 77 que entraram em vigor no dia 31 de maio de 2019, onde o Ministério da Agricultura regulamenta novas normas nas etapas da cadeia produtiva do leite. As instruções normativas 76 estão ligadas as características do produto nas indústrias e as IN 77 se referem aos cuidados na propriedade e transporte, instalações, equipamentos e análise do produto antes do transporte. Entre algumas das regulamentações, acarretaram a exclusão de resfriador por tanque de imersão que é um sistema mais simplificado onde o leite é resfriado dentro do tarro com água pelo resfriador e também a impossibilidade de ordenhar a vaca manualmente.

O debate para tais mudanças vêm sendo discutido há bastante tempo, porém, a questão principal é que uma grande parcela não possui meios para investir e de se adequar as exigências. E simplesmente as Normativas são publicadas e nada é feito, ou o produtor se adequa, corre grande risco de endividamento ou sai do ramo e é o que será discutido mais na frente sobre os produtores de leite de Cerrito. Pois a atividade pecuarista demanda de elevado grau para investimento em animais e pastagem, sendo esse um fator que difere significativamente no que diz respeito a outras atividades dentro do quadro de pequenos produtores rurais. E com isso além da necessidade de capital o produtor necessita ampliar a sua racionalidade, para que além da produção o agricultor compreenda a tecnologia para se adequar a otimizar a produção e aumentar a sua produtividade para cobrir os investimentos necessários.

3.4 O Caso do Município de Cerrito

Com introdução da raça Jersey nessa região de Cerrito e arredores e a instalação da Cooperativa Sul Rio-Grandense – COSULATI em meados de 1950, no município de Capão do Leão, a qual atendia toda a bacia leiteira da região, fortaleceu a produção de leite no município, pelas condições naturais, com terras dobradas, com menor produtividade para atividades agrícolas, a criação da pecuária bovina tanto de leite quanto de corte seguiu sendo a melhor

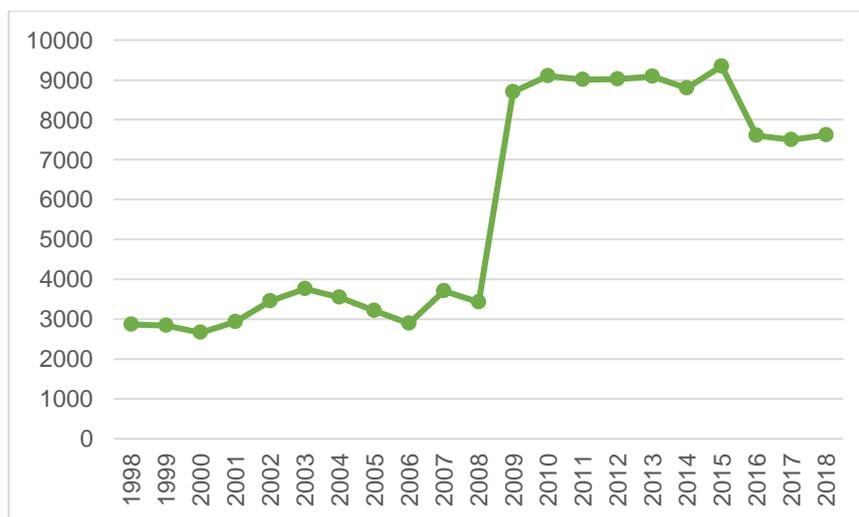
alternativa para os agricultores dessa região. Cerrito possui atualmente a economia voltada ao setor agropecuário, tendo como maior expressão em relação as outras atividades a produção leiteira com estando presente em 254 estabelecimentos segundo IBGE (2017), enquanto a soja em 54 estabelecimentos, porém a soja assume maior visibilidade em termos de área plantada e retorno econômico na receita do município. Em termos de área hoje ocupa 6900 ha de plantação e a produção leiteira ocupa 2400 ha.

A agricultura é uma atividade bastante dinâmica, mesmo com as transformações na base produtiva nos estabelecimentos Cerrito tem como festividade cultural e incentivo à produção leiteira da raça a Festa do Leite Jersey e no ano de 2019 aconteceu a 15ª edição. Como característica dos produtores de leite do município, são pequenas propriedades e referente a produção de leite, segundo dados obtidos na EMATER, como características dos produtores de leite, a média de produção da maioria dos produtores, a produção diária está entre 50 a 200 litros tendo estações com maior produtividade geralmente aqui no Sul isso acontece no verão de janeiro a março e com queda na produção no inverno. Porém, com o avanço da modernização da agricultura, o avanço das pastagens de inverno, gradativamente vem ganhando forças e invertendo esse cenário de produtividade nas estações de inverno.

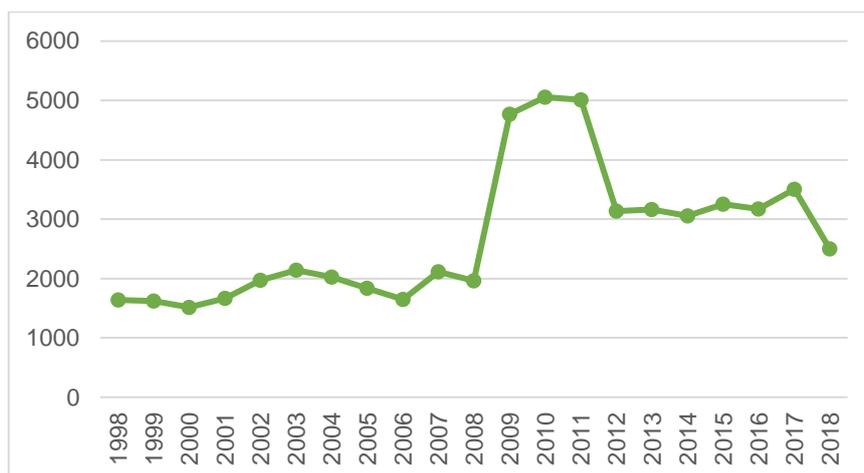
Mas atualmente Cerrito e região vêm passando por uma crise em uma de suas matrizes econômicas, a produção de leite. Referente à bacia leiteira da região e especificamente do município de Cerrito, foram identificados, a partir de dados preliminares coletados em pesquisa exploratória na EMATER no ano de 2015 que houve um declínio da produção de leite devido à queda no preço do produto. Em meados de 2016 a COSULATI entra em crise financeira, com essa crise na cooperativa que atendia a maior parte dos produtores de leite, em média 160 produtores do município comercializavam para a cooperativa apenas entorno de 50 em 2018 se mantiveram entregando a produção, outros migraram para outras cooperativas e uma parcela considerável mudaram seus sistemas de produção no campo se adaptando ao mercado. E atualmente em 2022 o município conta com 80 produtores de leite.

A partir dos dados levantados pelo IBGE foram identificados no entorno dos últimos dez anos o número de estabelecimentos que produziam de leite de vaca do município caiu 45% no comparativo entre os censos agropecuários de 2006 e 2017, sendo em 2006, 442 unidades e em 2017 passou para 254 estabelecimentos. Segundo dados da EMATER referente ao ano de 2018 tinham 122 produtores de leite que comercializavam para os laticínios. E através dos dados da Pesquisa Pecuária Municipal do banco de dados do IBGE foi possível identificar uma queda em número de produção em litros de leite a partir do ano de 2015 como é possível ver no gráfico 02, passando de 9.347.000 litros por ano em 2015 para 7.493.000 litros por ano em 2017, uma queda de 19,83%. Bem como mostra o gráfico 03 referentes a queda do número de vacas ordenhadas em Cerrito em 2010 tinham 5056 vacas e houve uma queda para 2497 em 2018. Por mais que o melhoramento genético e os insumos possibilitem produzir mais por vaca houve uma queda muito grande em número de cabeças.

Gráfico 02 – Produção Pecuária de leite de vaca em Cerrito– Quantidade produzida (Unidade: Litros x 1000)



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE, organizado pela autora.

Gráfico 03 –Número de vacas Ordenhadas em Cerrito

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE, organizado pela autora.

Como aponta Jank, Farina e Galan (1999) é possível identificar e classificar inúmeros tipos de produtores de leite no Brasil, mas é de praxe dividir em dois tipos, em produtores especializados e produtores não-especializados.

No caso dos produtores de leite do município de Cerrito, foram caracterizados pelos sistemas de produção e as respectivas classes, e foram identificados os seguintes tipos: tipo I, são cinco produtores especializados com renda complementar e estava na atividade a mais de 10 anos, do tipo II, foram identificados dois produtores especializados com única renda da atividade leiteira e estavam a mais de 10 anos no ramo, no tipo III constatou-se quatro produtores não especializados com única renda advinda da atividade e estavam a mais de 10 anos na atividade, do tipo IV foram 2 produtores especializados com renda complementar e estavam a menos de 10 anos no ramo, no tipo V um produtor se enquadrou como não especializado com renda complementar e estava a menos de 10 anos na lida com o leite, no tipo VI foi identificado três produtores especializados com única renda do leite e estavam a menos de 10 anos na atividade e por fim do tipo VII foi constatado oito produtores não especializados com renda complementar e estavam a mais de 10 anos no ramo leiteiro.

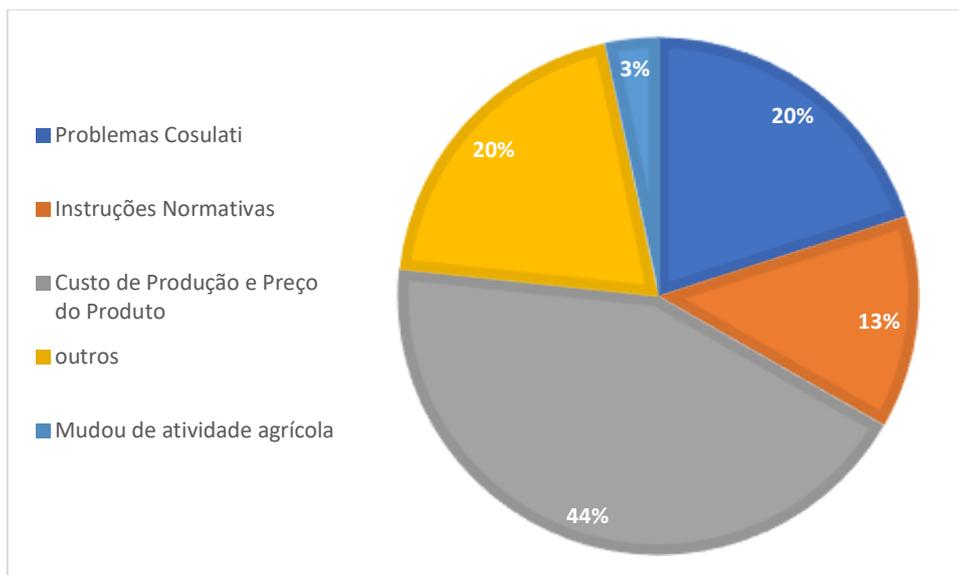
Segundo informante da COSULATI, a cooperativa enfrenta uma crise econômica que causou um atraso superior a cinco meses aos produtores de

leite, que levaram a um desgaste, fazendo com que alguns produtores saíssem da produção devido à instabilidade econômica da COSULATI, fragilizando a cadeia produtiva do leite e fez que muitos produtores repensassem na atividade. Pois como acontece na maioria das transações são realizadas pela confiança, a estabilidade e uma questão também de pertencimento. Muitos produtores saíram da atividade pois tiveram essas questões fragilizadas.

Outro aspecto importante a ser destacado foram as mudanças realizadas pelo ambiente institucional, no que diz respeito a produção de leite são as Instruções Normativas 76 e 77 que entraram em vigor no dia 31 de maio de 2019, onde o Ministério da Agricultura regulamentou novas normas nas etapas da cadeia produtiva do leite. As instruções normativas 76 estão ligadas as características do produto nas indústrias e as IN 77 se referem aos cuidados na propriedade e transporte, instalações, equipamentos e análise do produto antes do transporte.

E os fatores que desencadearam essas mudanças segundo os dados obtidos no campo foram principalmente os custos de produção, pouco retorno procedente da produção de leite em função do trabalho e dos investimentos, sendo uma atividade necessária todos os dias, sem folga, dois turnos durante o dia. Em segundo lugar houve desgaste devido à crise da COSULATI, crise essa que levou a incerteza, medos e limitações, já a categoria outros abrange problemas de saúde e serviço público. Outro ponto com destaque foram as instruções normativas que entraram em vigor, onde muito dos pequenos produtores teriam que realizar grandes investimentos, na aquisição no tanque de expansão e ordenhadeiras, e o preço do produto baixo, não sendo mais uma atividade rentável para parte desses agricultores. E em contra partida verificou-se o aumento de 2018 para 2019 de 1000 hectares de área plantada de soja no município que corresponde aos 3% devido a rentabilidade da cultura (ver gráfico 04).

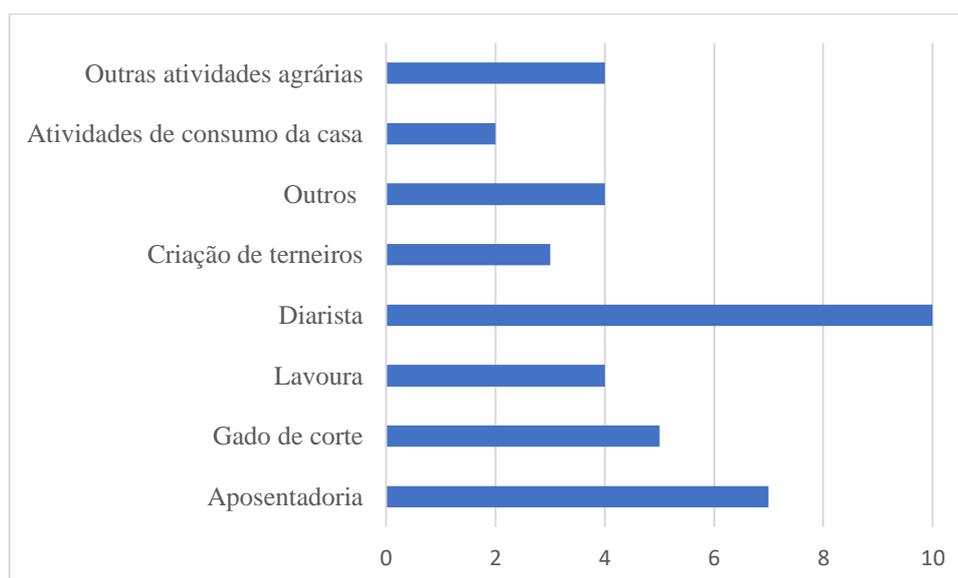
Gráfico 04 - Influências que justificam a saída da produção de leite apontada pelos produtores



Fonte: própria da autora, pesquisa de campo realizada em 2019.

No que diz respeito as atividades exercidas após saída da atividade leiteira o gráfico 05 demonstra a relação entre as respostas, destaque para rendas não agrícolas fortemente presente na agricultura familiar, com foco nos agricultores entrevistados. É importante destacar o papel das rendas não agrícolas no desenvolvimento econômico do meio rural, que tem crescido atualmente, possibilitando somar ao orçamento familiar com as rendas agrícolas na propriedade, na geração de investimento, conforto e bem estar desses agricultores. Essa fonte de renda não agrícola é um meio estratégico de adaptação objetivando por parte dos agricultores sobrelevar as dificuldades financeiras.

Outras atividades que tiveram destaque, foram a pecuária de corte, criação de terneiros, outras atividades agrícolas, como soja, milho, hortigranjeiros, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, programas bem estruturados no município que tem ganhado cada vez mais destaque em grande parcela dos agricultores familiares do município e a categoria outros correspondem a empregos terceirizados.

Gráfico 05 - Atividades pós saída da produção de leite

Fonte: própria da autora, de pesquisa de campo realizada em 2019.

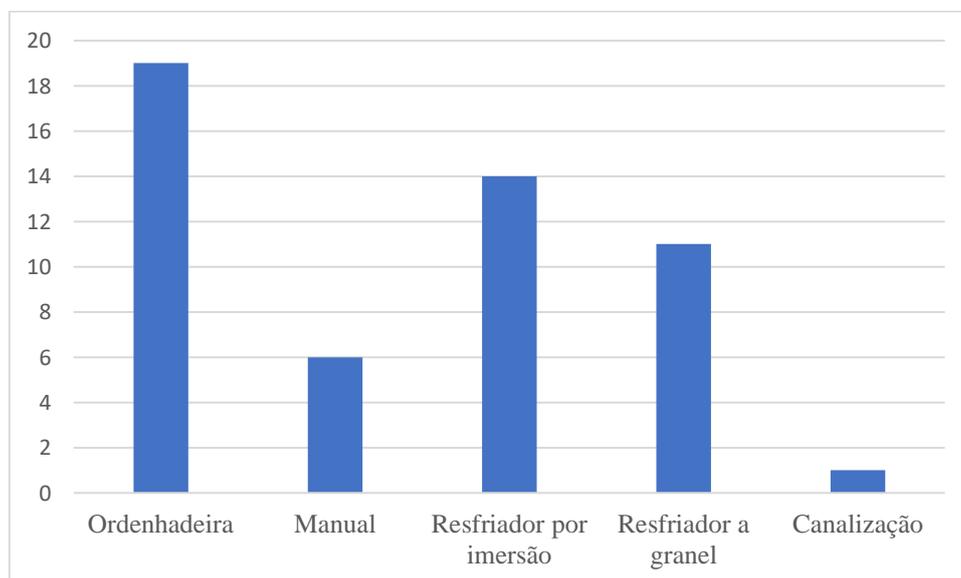
No que correspondia ao grau de especialização dos produtores quando estavam na produção de leite e como era o sistema de produção. Dos 25 entrevistados 19 deles tinham ordenhadeira e seis tiravam leite de forma manual, 14 deles tinham resfriador por imersão, de tarros, e 11 deles tinham tanque de expansão e apenas um entrevistado tinha o sistema de canalização da ordenhadeira para o resfriador. A raça predominante eram vacas Jersey, alguns cruzas de Jersey com Holandesa e pouco expressivo de raça Holandesa. No que diz respeito ao manejo animal e sua alimentação o maior destaque foram pastagem e silagem, alguns produtores utilizavam ração, já ao sistema de inseminação, 17 dos entrevistados responderam que a inseminação se dava de forma natural, por monta, quatro deles de forma artificial e os outros quatro responderam usar tanto natural quanto artificial.

Segundo as informações sobre as propriedades visitadas e segundo a classificação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e o módulo fiscal de Cerrito, conforme o INCRA a partir dos índices básicos de 2013 do sistema nacional de cadastro rural, um módulo fiscal para o município de Cerrito corresponde a 16 hectares. Sendo o módulo fiscal, a área que em determinada localização geográfica, é suficiente para absorver a força de trabalho de um grupo familiar com quatro pessoas adultas, tendo a capacidade de proporcionar um rendimento capaz de assegurar a subsistência e o progresso

social e econômico do grupo familiar e os módulos variam por municípios. E segundo os dados obtidos, 16 das 25 propriedades visitadas se enquadram como minifúndio, sendo esse uma classificação correspondente a área menor que um módulo fiscal.

Referente ao grau de especialização dos agricultores entrevistados que abandonaram a atividade leiteira, apenas um que abandonou tinha um alto grau de especialização como canalização, ordenha, tanque expansão e rebanho geneticamente melhorado. Um pouco mais de 50% como não especializados, que abandonaram a atividade pelas exigências sanitárias e de qualidade do produto, tornando para essa parcela a atividade não rentável, e em torno de 40% como semiespecializados, devido as condições de manejo animal e de produção, ainda não estavam totalmente especializados dentro da atividade (ver gráfico 06).

Gráfico 06 – Como se dava a especialização dos agricultores entrevistados

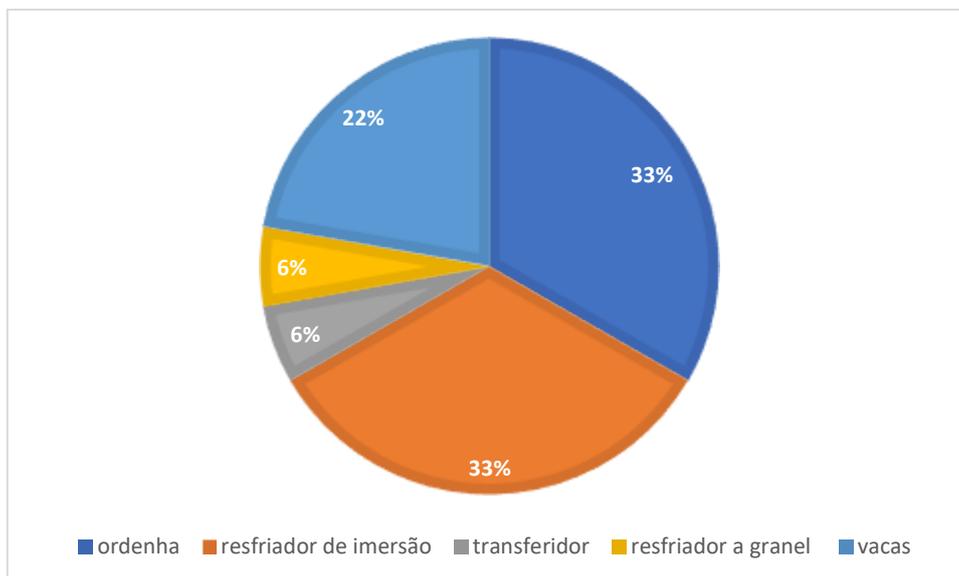


Fonte: própria da autora, 2019.

Referente aos custos irrecuperáveis que tange a atividade leiteira, destacamos os ativos específicos para a atividade leiteira, como ordenhadeira, resfriadores, transferidores e etc. Segundo os dados obtidos em campo com os entrevistados, dos 25 que participaram da pesquisa apenas 10 deles conseguiram dar uma finalidade nos ativos específicos como revender para outros agricultores. Os outros 15 não conseguiram dar finalidades a alguns ativos

específicos, seis deles apontaram ordenhadeira, outros seis não conseguiram dar finalidade nos resfriadores por imersão, um deles no tanque de expansão e um no transferidor (ver gráfico 07). Sendo essa, uma atividade específica, exigindo investimentos específicos na produção, nem sempre proporcionando só ganhos, mas em alguns casos investimentos irre recuperáveis, que ficam esquecidos no fundo do galpão.

Gráfico 07 - Itens específicos da atividade como custo irre recuperável



Fonte: própria da autora, 2019.

O processo de especialização na atividade leiteira tem bastante ligação com a abordagem do Milton Santos das categorias de análise do espaço, forma, estrutura, função e processo, sendo elas categorias chaves de análise do espaço. Formas de como foi construído o galpão, as estruturas de como estão dispostos os objetos pré-determinados a funções que deixaram de ser utilizadas, nesse caso falando dos produtores que saíram da atividade leiteira, e o processo ligado a questão do tempo, crises econômicas e custos de produção. Elementos que configuram não só no econômico, no que diz respeito aos custos irre recuperáveis, mas também na leitura da paisagem do espaço, nas rugosidades marcadas na paisagem que deixam traços da história e da cultura na relação sociedade natureza.

Dessa forma, o ramo da atividade leiteira é complexo, as exigências sanitárias e de qualidade do produto vem aumentando e com isso aumentando

o grau de especialização no processo de produção. Com isso para aumentar a especialização, é necessário aumentar a escala, sendo assim, nem sempre se tornando rentável para os agricultores familiares mini fundiários, a questão da terra tem forte influência na tomada de decisão para essa parcela dos produtores, tornando a atividade muitas vezes não rentáveis. Outro fator importante na produção de leite é a sucessão rural, que pelo fato de as propriedades não terem sucessão, ao se aposentarem muitos agricultores deixam a atividade ou já não tem mais a produção leiteira como renda principal da propriedade.

Mais um aspecto que é bem destacado entre os produtores é o custo de produção e o preço pago pelo produto, segundo eles pouco dinheiro para muito trabalho, a atividade leiteira demanda trabalho durante todos os dias do ano, um mercado volátil, sofrendo variações no preço do produto, levando um desgaste dos agricultores em função da produção. E pôr fim à crise da COSULATI, com um passivo superior a cinco meses aos agricultores influenciou a crise na bacia leiteira no município, e também nas regiões do entorno. A crise da COSULATI não teve forte influência na queda da produção de leite no município devido a competitividade dos laticínios, possibilitando outros laticínios assumirem o destino do produto, mas de certa forma gerou algum impacto, principalmente para os produtores mais antigos que começaram na COSULATI devido ao vínculo de pertencimento e confiança com a indústria.

Dessa forma, atualmente Cerrito e região vêm passando por uma crise em uma de suas matrizes econômicas, a produção leiteira, não sendo uma crise estritamente local, mas regional e também impactando principalmente na categoria de pequenos agricultores familiares.

Com isso, ressalta-se a importância da Festa do Leite Jersey no município como forma de incentivar os produtores na atividade, abrindo caminhos e mostrando possibilidades dentro da produção de leite, seminários para contribuir e proporcionar aos agricultores melhorias na produtividade, como também um espaço de resistência, de superação, de encontros e reencontros, de entretenimento e diversão. A festa tem como foco principal valorizar o Gado Jersey, através das tecnologias disponíveis e do trabalho da extensão rural em

parceria com a prefeitura municipal, promover a produção da raça Jersey no município.

O caso dos produtores de leite de vaca de Cerrito foram entrevistados 17 produtores para analisar e caracterizar o sistema de produção de Cerrito. Com isso foram realizadas 27 perguntas sobre o ramo. Atualmente tem cerca de 80 produtores de leite em 2022 no município e em 2022 em torno de 50 leiteiros na atividade.

Figura 24 - Nuvem de palavras sobre as principais respostas sobre a atividade do leite



Fonte: Organizado pela autora, banco de dados da autora.

As respostas dos entrevistados possuem produtores há mais de 40 anos de atividade leiteira e outros a menos de 6 meses no ramo, a média de tempo na atividade está em 13 anos. Referente a pergunta sobre a renda da propriedade 58,8% dos entrevistados afirmaram não ser a única renda da propriedade, sendo que dessa parcela que não apresenta renda única do leite 54,5% dos entrevistados são aposentados, e 27,3% possuem outras atividades agrícolas. Comprovando que cada vez mais a atividade leiteira vai assumindo o posto de atividade principal dentro da propriedade, este cenário antigamente era o oposto, era comercializado o excedente da produção, mas a prioridade era o consumo da casa e outras atividades agrícolas. Atualmente o rebanho predominante ainda é da raça Jersey com 58,8% do rebanho dos entrevistados, 35,3% possuem rebanho de raça mista e 5,9% holandesa.

Referente ao grau de especialização na ótica deles, 70,6% dos entrevistados se consideram em grau mediano de especialização e 29,4% em baixo nível. Dos 17 leiteiros apenas três deles destinavam sua produção para a Cosulat e os outros para outras 4 indústrias que atendem a região. Até meados de 2015 a Cooperativa Cosulat era a predominante na captação de leite em Cerrito com a crise empresarial hoje pode-se dizer que a presença dela na captação é praticamente inexistente.

Outro ponto importante de destacar é que todos os produtores entrevistados elencaram o uso de ração para alimentação animal, sendo este produto um dos pontos mais relevantes para o aumento da produção de leite como também nos custos de produção. Hoje a ração animal para pecuária é essencial para melhor desenvolvimento e qualidade e em torno de 80% dos entrevistados apontaram também o uso de silagem na alimentação.

Um aspecto importante que foi analisado na entrevista foi sobre os registros, tanto produtivo, reprodutivo, contábil e alimentar e em torno de 90% dos entrevistados disseram não fazer registro. Essa questão é de suma importância que diz respeito sobre a gestão da propriedade, racionalidade do produtor. Sobre a assistência técnica em torno de 80% dos entrevistados consideram muito importante o papel da Emater, 53% dos entrevistados afirmaram receber assistência técnica. E em torno de 42% afirmaram acessar linhas de crédito por meio de políticas públicas pelo PRONAF.

A atividade leiteira vem ao longo dos anos passando por adequações sanitárias e padrões de qualidade, foi e é necessário do ponto de vista técnico a assistência para fortalecer, adequar e prosperar dentro deste ramo, sendo uma atividade essencial, que proporciona renda mensal para os produtores. Com a modernização, inovação e tecnologia fazendo-se cada vez mais presente nos produtores rurais, sendo esses fatores atrelados com as exigências de mercado e sanitárias acabam por influenciar habilidade e competências, fazendo daquele camponês, pequeno agricultor, um gestor da sua propriedade, um tomador de decisão, buscando empreender, para melhorar a produção e aumentar a produtividade visando a sustentabilidade e o crescimento da sua produção.

Sendo assim, no município de Cerrito como foi analisado nas entrevistas os produtores de leite, maior parte deles estão satisfeitos com a atividade, possuem afetividade atreladas ao trabalho. Relacionando isto com um maior desempenho dentro das atividades, as reações e relações estabelecidas com o próprio bem-estar e gosto ao realizar o trabalho, tornando a atividade prazerosa e ao mesmo tempo rentável do ponto de vista econômico e sustentabilidade na atividade.

Sucedendo-se a esse bem-estar, a gestão dentro da propriedade, os registros, o controle, aliados com a assistência técnica e acesso a políticas públicas, são fatores necessários para obter melhor rendimento, aumentar a produção, controlar os custos e fazer investimentos. Esses fatores hoje fazem parte das habilidades dos produtores de leite, que hoje buscam inovar, empreender, atender as demandas do mercado e exigências legais, fazendo desse produtor, dessa família, um tomador de decisão, numa racionalidade empreendedora a partir dessa modernização e avanços tecnológicos.

Dessa forma as Políticas Públicas e as Políticas Territoriais tem forte influência como agente transformante do espaço rural por meio de crédito subsidiado para investimentos nos estabelecimentos agropecuários. Sendo eles os grandes responsáveis pelo desenvolvimento da agricultura familiar acompanhando o desenvolvimento tecnológico e as demandas mercadológicas. Com isso no próximo capítulo vamos analisar as principais políticas públicas e territoriais que são consideradas como transformadoras do espaço rural, onde muitas pessoas tiveram oportunidades de se desenvolverem, se fixar e comercializar a sua produção.

Capítulo 4 - AS POLÍTICAS PÚBLICAS E TERRITORIAIS NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM CERRITO -RS

Neste capítulo tem como objetivo analisar as políticas territoriais e as políticas públicas que atualmente se destacam em Cerrito para traçar o panorama das transformações do espaço rural e a sua importância para o desenvolvimento do próprio território como também o desenvolvimento da agricultura familiar como um todo. Pois as políticas públicas são fundamentais para o processo de desenvolvimento como também em muitos casos proporciona garantia para as famílias de uma renda equilibrada ao longo dos projetos que são anuais.

Dessa forma então será abordado nas políticas territoriais sobre o caso do assentamento Cerrito as suas fragilidades e seus pontos positivos, analisando então desde o processo de criação até a atual situação que se encontra. Também foi estudado explorado três políticas públicas com maior destaque e abrangência em Cerrito que são: Bolsa Jovem Rural, PAA e PNAE. Essas políticas públicas foram elencadas como transformadores do espaço rural, impactando diretamente e propiciando desenvolvimento dos produtores rurais, gerando espaço e visibilidade dentro do município. Uma das fragilidades dessa pesquisa é a limitação e dificuldade de obtenção de dados primários para fortalecer a pesquisa, porém, mesmo com esses fatores optou-se por trazer essa perspectiva devido a relevância como transformador do espaço rural.

4.1 um olhar sobre o assentamento Cerrito a influência no território e no desenvolvimento rural de Cerrito – RS

Esta parte do trabalho tem como objetivo investigar como a política de reforma agrária influencia no território e desenvolvimento rural, com o foco no assentamento do mesmo nome do município de Cerrito - RS. A luta pela reforma agrária tem como premissa diminuir a concentração de terras, fazer áreas improdutivas se tornarem lotes produtivos com a instalação dos assentamentos possibilitando desenvolvimento econômico e social tanto para as famílias assentadas como na geração de renda no território instalado.

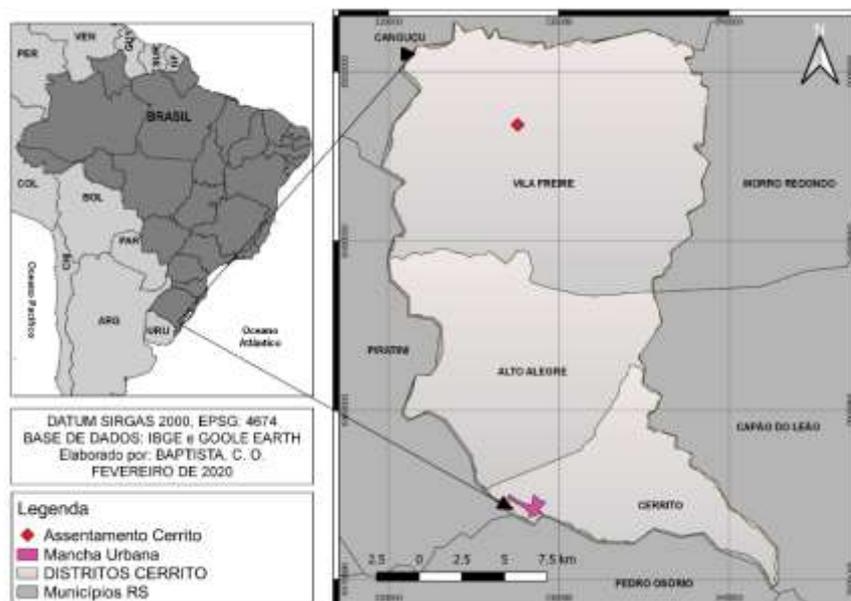
A atual área do assentamento era antigamente conhecida como antiga fazenda do Potreiro, com área total de 289,79 hectares, sendo desapropriada em 13 de maio de 1999 e criado em 21 de outubro de 1999 segundo o Plano de

Recuperação de Assentamento de 2009 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Atual área do assentamento é constituído com a capacidade de 12 lotes, sendo 7 famílias assentadas regularizadas e 5 irregulares até o momento da pesquisa de campo em janeiro de 2020.

Foi examinado o documento denominado plano de recuperação do assentamento Cerrito, que se tratou de um convênio firmado entre o INCRA e a EMATER/ASCAR na prestação de serviços de ATES aos assentados de reforma agrária no Estado do Rio Grande do Sul. O assentamento é chamado de Cerrito localizado na figura 25, antiga fazenda do Potreiro, criado em 21 de outubro de 1999 com área total de 289,79 hectares, com capacidade para 12 famílias, com área média dos lotes de 24,15 hectares.

Localizado no Marmeleiro, no 3º Distrito de Cerrito- RS. Onde a partir das delimitações e caracterização das unidades de paisagem o assentamento encontra-se na região mais alta do escudo, com terras mais dobradas, com a presença de afloramento rochoso declives mais acentuados. Com isso o fator de localização geográfico torna-se um fator limitante no que tange o aspecto produtivo, correlacionando a questão econômica e de investimentos para o melhoramento da produção e da propriedade.

Figura 25 - Mapa de localização da área de estudo.



Fonte: Elaborado por: BAPTISTA, C. O. 2020.

4.1.1 A REFORMA AGRÁRIA E O TERRITÓRIO

No que tange a história da reforma agrária no estado do Rio Grande do Sul, como aponta Medeiros (2012) o ano de 1979 foi um importante marco, que registrou a persistência do processo de reivindicação da luta pela reforma agrária que teve seu início antes do golpe militar de 1964. As manifestações de luta pela terra, pela efetivação da reforma agrária reconfiguraram o espaço agrário do Rio Grande do Sul, uma vez que os assentados que antes eram dados como excluídos do processo produtivo, foram alocados em maior parte no espaço onde predomina o latifúndio pecuarista. A luta pela terra reivindica uma melhor distribuição de terras e a terra como instrumento de trabalho como fator principal para a reprodução social, econômica e política dos agricultores.

Conforme Nunes (2019) o autor aponta que a reforma agrária dada como um conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção. Sendo essa concepção que está estabelecida pelo Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64). Entre os principais objetivos, o que se busca com a reforma agrária atualmente é a implantação de um modelo de assentamento, baseado na viabilidade econômica, na sustentabilidade ambiental e no desenvolvimento territorial com a adoção de instrumentos fundiários adequados a cada público e a cada região e um forte envolvimento dos governos estaduais e prefeituras.

Segundo Medeiros e Lindner (2013) a criação dos assentamentos no Rio Grande do Sul teve seu ápice entre as décadas de 1990 e 2000.

“carrega em seu nome essa história, sua sigla-MST- acentua um fenômeno que se generaliza no Brasil pós anos 1960, isto é, a presença de trabalhadores sem-terra que resulta da modernização conservadora e sua revolução verde. Um dos objetivos centrais do MST na luta pela reforma agrária e a luta contra o latifundiário enquanto fonte que sustenta uma estrutura de poder extremamente desigual que, no Brasil, adquire enorme importância pela extrema concentração fundiária. “No lugar de visar a tomada do poder, o MST tem assumido a mundana e contraditória tarefa de criar espaços de vida própria, de autonomia nas ocupações e nos assentamentos por meios de cooperativas e escolas” (Gonçalves, 2005, pg. 04).

É assim que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST vem ajudando a recolocar na agenda política brasileira a questão da Reforma Agrária: fazendo a luta pela terra e afirmando, em suas iniciativas, a possibilidade

de novas relações sociais, e de um novo projeto de desenvolvimento para o campo, e para o país (CALDART, 2001). O MST segundo Medeiros e Leite (2009) na sua criação foram e até hoje são trabalhadores que de alguma forma foram expulsos da terra e realizam ocupações e dessa forma, pressionam a esfera governamental a intervir, seja no ato de desapropriação como na compra do lote, através do INCRA e o próprio movimento.

Para Fernandes (2005) ao analisarmos a questão agrária e a reforma agrária a partir do conceito de território. Sendo o território, compreendido como uma unidade espacial onde vão se desenvolver diferentes tipos de relações sociais, podendo geralmente ou não sofrerem conflitos por diversos interesses. Segundo o autor, esses territórios são projetos políticos de diversas instituições e se materializam no espaço, no campo e na cidade, territorializando, sendo desterritorializado e reterritorializado.

Segundo Lindner e Medeiros (2013) a conquista e a luta pelo território significa a conquista de um espaço de vida, um espaço que passa a ser carregado de significados, torna-se um lugar, deixando marcas no território, marcas culturais que expressam o retrato da sociedade, da história, do cotidiano, que se territorializaram e construíram sua identidade e seu espaço de vida.

Cabe aqui destacar que são diversos atores envolvidos desde a criação e consolidação dos assentamentos e é importante destacar os principais, como os demandantes de terra, o INCRA, o governo federal, os governos estaduais e seus órgãos respectivos que atendem as questões agrárias, o poder judiciário, secretarias de agriculturas, assistência técnica rural, prefeituras e organizações sociais, entre outros. Esses atores são responsáveis pela ação e efetivação dos assentamentos.

Os atores são também responsáveis buscar a viabilização econômica para os assentados, possibilitando a sobrevivência das famílias no âmbito socioeconômico e também como aponta Medeiros e Leite (2009) possibilitar também uma condição de afirmação política e social de legitimação frente as autoridades locais e a população.

Como apontado por Medeiros e Leite (2009) não se pode entender as iniciativas de reforma agrária fora de um contexto de disputas políticas, de poder,

de luta por um território. Sendo que há uma diversidade de situações referente aos assentamentos, no que tange as suas condições de instalação e com reflexos sobre as condições produtivas, formas de socialização e estabilidade, com isso a diversidade de assentamentos efetivos produtivos, outros com baixo índice de produtividade, irregularidades dos lotes e etc.

Gottmann (2012) expõe sobre a evolução do conceito de território e destaca que “território é uma porção do espaço geográfico que coincide com a extensão espacial da jurisdição de um governo”. Sendo o território um espaço concreto e acessível as atividades humanas. (GOTTMANN, 2012, p. 523). O autor aponta sobre a dimensão natural do território, sendo essas condições naturais por muito tempo e ainda persiste na atualidade as disputas pelos territórios, o poder sobre fonte de recursos naturais, sendo esses usos e intenções pertencente aos processos políticos, com isso o território é um conceito gerado por indivíduos organizando o espaço e as formas de distribuição espacial conforme seus próprios objetivos.

Cataia (2011) aponta “o conceito de território, entendido como substrato natural onde o homem age”. (CATAIA, 2011, p. 120). Ainda coloca o autor, que por não ser um conceito puro, o território é um híbrido de objetos, naturais e artificiais, e de ações sociais, seus usos, que são ações humanas trabalhadas e politizadas. Haesbaert (2004) aborda o território numa perspectiva integradora, entre as diferentes dimensões sociais. Ainda o autor coloca, que “o território pode se concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais concreto das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.” (HAESBAERT, 2004, p. 116)

Haesbart (2014) expõe que o território tem a ver com poder, porém não se restringe ao poder tradicional político, ele diz respeito ao poder de dominação tanto quanto o simbólico de apropriação. O território é múltiplo e diverso. O autor ao expor sobre territorialidade, coloca que além de incorporar a dimensão política, também diz respeito as relações econômicas e culturais.

Segundo Medeiros (2012) “o território é, pois, um instrumento de poder e a ele é dado um valor que considera suas diferentes dimensões tais como,

política, social, cultural, econômica. Ambiental entre outras”. (MEDEIROS, 2012, p. 2)

Raffestin (1993) destaca a diferença entre espaço e território, sendo o espaço anterior ao território. Segundo o autor “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). Ainda Raffestin (1993) aponta que ao se apropriar de um espaço o ator territorializa o espaço.

Dessa forma, podemos dizer que a territorialidade também está vinculada à formação das identidades territoriais tendo em vista que as relações sociais manifestam-se em dado território permitindo que haja identificação (i) material dos indivíduos não somente com o local onde vivem, mas também entre o grupo social (COLASANTE E SAQUET 2015, p. 102)

Segundo Saquet (2007) o território constitui identidade, compreendida como as interações, de territorialidades, no que diz respeito as relações que acontecem entre a sociedade e a natureza. Na identidade tem relações coletivas, políticas, tudo isso em movimento, continuidades e descontinuidades. A identidade é que o que confere determinada característica de um determinado território independentemente da situação que se encontra esse território, seja apropriado pela força da dominação ou pelo sentido simbólico de apropriação. “O território é um espaço de identidade ou pode-se dizer que é um espaço de identificação.” (MEDEIROS 2015, p. 215)

A política de reforma agrária é uma importante política territorial, que ganhou forças em meados de 1990 e 2000. A luta pela terra vem sendo construída ao longo do tempo se efetivando no território através da organização dos movimentos sociais.

A luta pela terra significa a luta pelo território, uma luta que visa a reterritorialização de indivíduos que em determinado momento, devido a circunstâncias diversas, foram expropriados de seus antigos territórios. Assim, ao pensarmos o território, pensamos no espaço de forma política, social e culturalmente. (LINDNER, MELCHORS E MEDEIROS, 2013.)

Segundo Medeiros e Lindner os movimentos de luta pela terra vão se territorializar através dos acampamentos, das ocupações e na fase final, dos assentamentos. Assim constroem seu território, seus espaços de vida, além de ser um território material, de poder contra poderes, é um território simbólico

carregado de vivências, marcas no território que estão expressos na paisagem, um território que passa a lugar, repleto de significações, no campo do vivido.

O território então é concebido na sua essência, é lugar de desenvolvimento onde terra e trabalho são agentes de novas identidades, de novas territorializações. Esse camponês re-constrói nesta relação seu novo território, se reconhece enquanto sujeito e agente de construção desse território.

Essa luta pela conquista do espaço social e do território se dá através da organização dos movimentos sociais, de seus sujeitos, de suas contradições e perspectivas, que já consideram a dimensão de poder que se faz presente tanto no espaço local quanto no global. (MEDEIROS, MONTEBLANCO E LINDNER, 2015, p. 212.)

Os sujeitos que compõem o movimento social, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, são atores civis que pressionam o Estado para que se efetivem a política territorial de reforma agrária. São pessoas que de alguma forma foram excluídos do sistema e buscam se reterritorializar para exercer atividades agropecuárias produtivas.

Fernandes (2005) destaca uma questão importante, que desde meados de 1990, a política de reforma agrária deixou de ser apenas uma política de desapropriação de terras, passou a ser também uma política de mercado, com compra de terras, através da criação do Banco da Terra e se fortaleceu com ampliação do crédito fundiário. Favorecendo ambos os lados, o detentor fundiário caso queira vender sua terra e também o sujeito que está querendo terra para trabalhar.

Sendo assim, através da luta pela terra, das lutas por um território, se instala em 1999 o assentamento Cerrito no município de Cerrito no sudeste do Rio Grande do Sul, uma área de pecuária extensiva, de grandes propriedades. Com isso, causando um reordenamento territorial, através da política de reforma agrária, dando lugar a pequenas propriedades, lotes de assentamento.

4.1.2. O Assentamento Cerrito e a Influência No Desenvolvimento Territorial de Cerrito

O assentamento foi implementado pelo INCRA através das lutas pela terra do pela frente do MST, foi implantado na antiga Fazenda do Potreiro, na localidade do Marmeleiro localizado no 3º distrito do município de Cerrito – RS, a área foi desapropriada em maio de 1999 e em setembro de 1999 foi realizado a emissão de posse sobre a fazenda, sendo então denominado Projeto de

Assentamento - PA Cerrito e projeto número RS0113000 junto ao INCRA, segundo o Projeto de Recuperação de Assentamento – PRA Cerrito de 2009.

Segundo os dados explorados em campo, inicialmente a maior parte dos assentados eram de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul de Santo Antônio das Missões, eram acampados do MST. Um beneficiário que era empregado da antiga fazenda recorreu judicialmente, e obteve o direito de possuir um lote.

Atualmente o assentamento encontra-se com todos os lotes ocupados, dos 12 somente sete regularizados com o INCRA. Cabe mencionar que nenhum assentado de Cerrito está desde a implementação do assentamento, houve algumas mudanças e hoje apenas três deles foram acampados do MST os demais são locais do município que de alguma forma, através de negociações com os antigos donos se apossaram da terra.

Em 2014 o assentamento se desvinculou do MST, de acordo com os dados obtidos, foi de forma unanime o descontentamento com as ações do movimento no assentamento, com isso os problemas são discutidos diretamente com o INCRA e com os assentados. Não há nenhuma forma de cooperativismo ou associação entre os assentados, as particularidades e eventualidades que surgem no assentamento são discutidas entre eles e há um coordenador, exigência do INCRA para resolver as demandas e representar os assentados. E como principais fragilidades do assentamento levantados em campo são, o acesso a localidade, se encontram em forma precária e problemas com a falta de água.

Como característica do P.A. Cerrito predominam os solos classificados como Argissolos. Caracteriza-se como solos profundos moderadamente drenados, textura média, estrutura fraca, textura franca e acidez forte. A adoção de técnicas conservacionistas adequadas, bem como a calagem e a adubação química e orgânica, constituem práticas fundamentais para o bom aproveitamento agrícola destes solos.

A vegetação predominante é a de campos modificados pelo uso agrícola composto de gramíneas e leguminosas. A vegetação campestre nativa é composta por diversas espécies, entre as quais existem muitas utilizadas como

alimento pelos herbívoros. Estas espécies forrageiras são utilizadas tanto pela fauna nativa, quanto pelos bovinos, ovinos e equinos.

Comparando-se as classes de uso e cobertura anterior e posterior à implantação do referido PA percebe-se que algumas classes de uso e cobertura apresentaram alteração.

Observa-se que, com a introdução e estabelecimento da classe Agricultura após a implantação do PA sobre as áreas campestres, ocorreu uma transformação na paisagem pela exploração dos lotes pelas famílias, modificando a paisagem e do padrão de distribuição dos espaços, consequência da distribuição das várias manchas de áreas agricultáveis. A classe Vegetação arbustiva em menor escala, também colaborou na modificação da paisagem.

A principal atividade produtiva geradora de renda nos lotes, para as famílias assentadas é representada pela produção de grãos (milho, feijão, soja) e pecuária de corte. As atividades são cultivadas com nível intermediário de tecnologia, através do uso exclusivo de mecanização, sementes melhoradas e crioulas, adubação química, tratamentos fitossanitários com produtos industrializados. A produção é comercializada no mercado local e institucional. Também há produção para a subsistência das famílias.

Constatou-se que dois assentados têm acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e destinam suas produções para esses programas de políticas públicas de incentivo à produção advinda da agricultura familiar. Esses programas são importantes para o desenvolvimento desses agricultores, gerando renda e garantia de mercado. Pois um dos problemas da produção é a comercialização dos produtos, muitas vezes sujeito as condições de mercado. Sendo assim, esses programas vêm no sentido de absorver a produção dos agricultores familiares, pagar aos produtores o valor que o consumidor paga.

O PAA e o PNAE são programas importantes no âmbito da sustentabilidade dos agricultores na zona rural, possibilitando fixar as famílias no campo, reduzir o Êxodo rural e contribuir para a sucessão das famílias, fortalecendo a produção local e garantido a segurança alimentar, tanto nas escolas da região como as famílias beneficiárias do PAA.

Segundo entrevista com o prefeito sobre o olhar dele sobre o assentamento, aponto que não há um grande número de famílias assentadas, mas são de grande importância, cultura e produtiva para a economia do município. Sendo assim, os assentados provocam mudanças no setor produtivo, visto que a reforma agrária se dá em terras ditas improdutivas, causando produtividade dessas áreas, gerando renda para as famílias e fortalecendo a economia do município, diminuindo a concentração de terras e integrando a cultura local.

4.2 As Políticas Públicas no Fortalecimento da Agricultura Familiar e no Desenvolvimento Rural

As Políticas Públicas são responsáveis pelo desenvolvimento de grande parte da agricultura Familiar. Segundo CAMARGO *et al* (2013) apesar as limitações e por não atender ainda uma parcela satisfatória da agricultura familiar, essas políticas públicas permitem o reconhecimento e o fortalecimento dessa classe como produtora de alimentos de qualidade atrelados ao conceito de segurança alimentar como também no desenvolvimento econômico integrados a outros setores da sociedade. Se expressam também na inclusão e legitimação da agricultura familiar. Dessa forma foi analisado três políticas públicas com bastante destaque e influencia em Cerrito que são: A bolsa juventude rural, PAA e PNAE.

4.2.1 A bolsa Juventude Rural

A bolsa Jovem Rural é um programa do Governo do Rio Grande do Sul que tem por objetivo de proporcionar a inclusão e apoiar no âmbito produtivo os jovens rurais no campo e é um programa da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural - SEAPDR. Essa é uma Política Pública do Estado do Rio Grande do Sul com parcerias, a EMATER tem forte participação na seleção, acompanhamento e assistência técnica. Essa é uma política pública muito importante que contribui com o fortalecimento da agricultura familiar, com a sucessão rural e a permanência do jovem no campo. Além do mais, a partir da produção o jovem tem acesso aos mercados institucionais, participando muitas vezes do PNAE e do PAA, contribuindo ainda mais com o desenvolvimento rural e visando também a segurança alimentar das pessoas que são atendidas sejam as crianças na escola ou as famílias atendidas pelo PAA.

Esse programa denominado Bolsa Juventude Rural foi institucionalizado a partir da Lei Nº 14.373/2013 do Estado do Rio Grande do Sul que através do art. 1º Fica criado o Programa Bolsa Juventude Rural com a finalidade de incentivar a permanência e o retorno dos(as) jovens ao ensino médio e de criar condições para a permanência do(a) jovem no meio rural e no art. 2º tem como objetivo a democratização do acesso e a permanência dos jovem do campo ao ensino médio visa contribuir para a redução dos níveis de pobreza e de exclusão social dos jovens do campo.

Em Cerrito a bolsa começou em 2018 com 6 jovens inscritos e 4 contemplados, em 2019 aumentou consideravelmente para 16 que se inscreveram e 9 contemplados e uma queda no número de inscritos de 15 jovens, porém aumentou o número de beneficiados para 11 bolsas em 2021. E o processo de divulgação é realizado pela EMATER municipal onde os técnicos fazem a propagação do edital e realizar o cadastro de inscrição. Cerrito está em segundo colocado da região Sul em número de contemplados, ficando atrás somente do município de Herval. Todos esses dados foram obtidos através de pesquisa exploratória e dados obtidos da própria EMATER de Cerrito.

Foi realizado uma pesquisa com 4 jovens, um número a baixo do esperado, porém qualitativamente são importantes para esse tema sobre a importância e a influência da bolsa jovem rural na perspectiva dos jovens que foram contemplados pela bolsa. São jovens de 18 a 20 anos de idade, todas do sexo feminino e receberam a bolsa quando tinham 16 a 18 anos. Foi identificado que três que responderam ao questionário receberam a bolsa três vezes e a outra recebeu duas vezes. O fato de receber a bolsa por mais de uma vez é de grande relevância pois possibilita a expansão, a possibilidade de investimento, com isso garantindo mais ainda a fixação no campo, possibilitando uma renda e cada vez mais oportunidades.

No que diz respeito ao tipo de investimento as quatro respostas foram variadas, assim como é a agricultura familiar, possibilitando inúmeras possibilidades dentro da propriedade, uma jovem investiu e criou uma horta para produção de hortaliças dentro da perspectiva agroecológica, outra investiu na leitaria da família, uma investiu em pastagem de verão e por fim investiu em melhorarias na horta como tela sombrite e etc. Referente a pergunta sobre o que

mudou na vida a partir da bolsa as respostas foram variadas, como mais responsabilidade, uma ótima ajuda para o projeto de hortas e possibilitou novas conquistas.

Um ponto bem importante de destacar devido auxílio e envolvimento da EMATER municipal é que as jovens apontaram uma maior aproximação e envolvimento com a assistência técnica, gratuita e de qualidade possibilitando um desenvolvimento sustentável das pequenas propriedades. Favorecendo assim uma visão mais integrada e modernizadora da agricultura, possibilitando o empreendedorismo no campo e um melhor desempenho da racionalidade contribuindo com o desenvolvimento das atividades exercidas.

Referente as atividades todas apontaram não serem a única atividade de propriedade, todas integradas com a pecuária tanto leiteira quanto de corte. Todas responderam estarem satisfeito com a bolsa e com a renda que a bolsa proporcionou. Representando em muitos casos de 20 a 80% de renda da propriedade.

Trago um EXEMPLO (figura 26 e 27) no sentido literal da palavra de uma Agricultora, jovem, que foi atendida pelo programa Bolsa Jovem Rural, que hoje destina a produção para o PNAE e PAA, que aos 17 anos recebeu a primeira bolsa e foi possível conseguir investir e desenvolver no campo. Uma agricultora, da pequena propriedade, que produz alimento dentro do viés agroecológico, na produção de hortaliças, alimento de qualidade que chega em muitos Cerritenses. Obrigada a essa agricultora que segue na luta, que carrega nela a força do campo e mesmo com todas as adversidades busca se reinventar e permanece na agricultura produzindo alimento de qualidade.

Figura 26 - Área de produção construída através da bolsa juventude rural.



Fonte: Arquivo pessoal da entrevistada.

Figura 27- A juventude Rural o futuro do campo



Fonte: arquivo pessoal da entrevistada.

4.2.2 O PAA, PNAE e Controle Social

A Organização de Controle Social é um mecanismo de controle de venda direta dos produtos orgânicos, a Organização de Controle Social (OCS) fornece uma garantia de qualidade de produção orgânica na venda direta dos produtos, aos consumidores, por agricultores familiares sem certificação. E atrelado a OCS também acontecem no caso de Cerrito, um sistema local construído com o agricultor, Secretaria de Desenvolvimento Rural e EMATER reuniões trimestrais para padronização de produtos, formas de embalagem, padronização da produção e incentivo a diversificação de produção.

Um importante meio de desenvolvimento das pequenas propriedades, acontece também por meio da inserção nas políticas públicas o acesso a mercados institucionais, oferecendo preço de mercado ao produtor, não deixando o mesmo sujeito a preço a baixo de mercado como por exemplo por atravessadores que em muitos casos são a saída da produção de muitos agricultores pois não há outra forma rápida, segura e confiável de comercialização, porém com baixo preço.

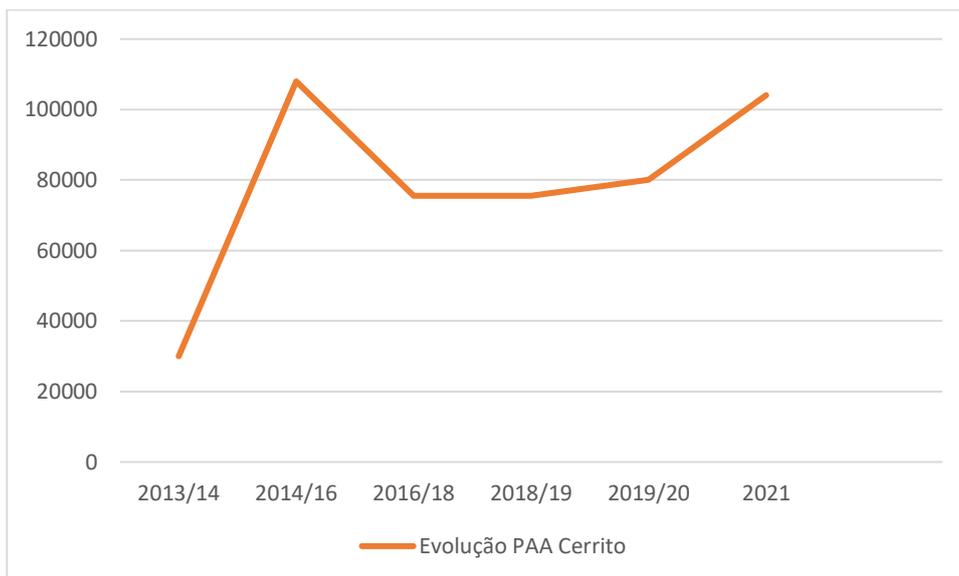
O Programa Nacional de Merenda Escolar - PNAE foi criado em 2009 pela Lei 11.947 e oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional aos estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. Com a Lei nº 11.947, de 16/6/2009, 30% do valor repassado pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar deve ser investido na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico e sustentável das comunidades.

No caso de Cerrito uma das limitações no caso do PNAE elencado foram as nutricionistas em termos de cumprimento de contrato, difícil adaptação com a demanda da produção e a disponibilidade sazonal dos produtos. O primeiro acesso ocorreu em 2010, segundo a EMATER a média em termos de valor é 20000 por ano, em tempos pandêmicos atualmente caiu para 6000 ano, com mais ou menos de 10 a 12 famílias que destinam a produção para o programa.

Um ponto bem interessante no caso de Cerrito foi que a partir da legalização da agroindústria na produção de Mel e atualmente foi introduzido na merenda escolar o mel.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi criado em 2003, através da Lei Nº 10.696/03 tem como propósito integrar a população local e os agricultores calcado na segurança alimentar e nutricional. Os mercados institucionais funcionam como mecanismos importante na visibilidade, desenvolvimento econômico e social. Na história do programa tinha um objetivo de preços mínimos, garantia de renda ao produtor e conseqüentemente fornecer a população de risco, na linha da pobreza e extrema pobreza alimento de qualidade, calcado no conceito de Segurança Alimentar. São muitas as vantagens desse mercado institucional entre elas, a proximidade entre o produtor e o consumidor ao promover a segurança alimentar proporcionando ao consumir alimentos de qualidade; o conhecimento sobre a origem do alimento e o fortalecimento da economia local.

O PAA tem cinco modalidades dentre elas: compra direta da agricultura familiar, compra com doação simultânea, apoio a formação de estoque pela agricultura familiar, incentivo à produção e consumo de leite para os estados do Nordeste e Minas Gerais e a compra institucional. No caso de Cerrito a modalidade acessada é compra com doação simultânea. Teve início o primeiro projeto em 2013 na área de estudo, no primeiro ano 6 famílias eram beneficiadas e hoje um total de 50 famílias que desfrutam desse programa em torno de 30 mil reais que são distribuídos para os agricultores ao adquirir os produtos.

Gráfico 8 - Evolução do PAA em Cerrito

Fonte: Dados obtidos pela autora com a EMATER, 2020.

Os produtos são adquiridos pelo talão do produtor, a Secretaria de Desenvolvimento Rural realiza o transporte, a seleção e distribuição é realizada pelo CRAS e os produtores são escolhidos a partir da Declaração de Aptidão ao PRONAF- DAP, através da equidade. Sendo o agricultor que apresenta maior vulnerabilidade tem a preferência na hora de fornecer os produtos. E é importante destacar que é um convênio bastante antigo que é diretamente município com federação, situação que hoje não é mais aplicado dessa forma.

As políticas territoriais e as políticas públicas são agentes transformadores nesse caso do espaço rural, proporcionando maior visibilidade ao agricultor, garantia de comercialização através dos mercados institucionais, além de assegurar as famílias vulneráveis alimentos de qualidades a partir do conceito de segurança alimentar e desenvolvimento local, fazendo circular o capital dentro do município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os meios de uso do espaço rural, como se consolidam os sistemas de produção e os sistemas agrários são as respostas da intervenção da sociedade sobre a natureza, de modo a abarcar as atividades econômicas e sociais de determinados locais, com isso em muitos momentos fazendo parte da cultura local. Como o caso de Cerrito e a vinculação com a produção de leite da raça Jersey. Numa região de terras dobradas, a raça Jersey num primeiro momento foi uma saída para que fosse possível produzir leite de boa qualidade e reconhecida a categoria genética da raça Jersey, com menores custos e maior rentabilidade de produção.

Com isso a partir das categorias de análise do espaço proposta por Milton Santos, forma, função, estrutura e processo é que é feita a análise do espaço rural, e a evolução e diferenciação dos sistemas agrários. Dessa forma, as técnicas e práticas de regular a agricultura permitiu o desenvolvimento das sociedades, com o aumento da produção de excedentes advindos da atividade primária, transformando a paisagem e o espaço, assumindo novas funções ao longo tempo a partir da conjuntura política, econômica e das técnicas disponíveis nos referidos momentos.

Cerrito como característica de pequenas cidades acompanha o cenário nacional, ao passar dos anos vem diminuindo a população tanto urbana quanto rural no município. Dessa forma, o século XX é marcado então pelo processo de urbanização de Cerrito que se deu início no fim do século XIX com a implantação da linha férrea. Mas é importante ressaltar que o processo de urbanização de Cerrito não se deu por completo, pois foi no lado de Pedro Osório que se desenvolveu o comércio, prestação de serviços como, saúde, rodoviário, clubes, etc. No lado de Cerrito ficando restrito a moradia, Pedro Osório com todo aparato de serviços necessários para atender a própria cidade e também Cerrito. E ambos municípios se dirigem ao centro regional de Pelotas para acessar determinados serviços, principalmente ligados ao ramo tecnológico e centros de saúdes que demandam mais especialidades.

Atualmente Cerrito e região vêm passando por um impacto em uma de suas matrizes econômicas, a produção leiteira além do mercado de leite ser

caracterizado como volátil, uma das indústrias que atende a região passou e ainda passa por uma crise financeira afetando diretamente o agricultor, fazendo com o mesmo repensasse sobre o rumo na atividade, levando a uma parcela desses produtores mudarem seu sistema de produção. Essa crise não foi tão impactante pois a competitividade dos laticínios, outras empresas puderam assumir o recebimento do leite e pagar pelo produto. Se no entorno não houvessem outras empresas o impacto nessa região seria maior.

As instruções normativas 76 e 77, que delineiam normas tanto para o laticínio quanto ao produtor rural, referente a qualidade, também tiveram influência significativa para a saída de muitos agricultores. Pois exige do agricultor uma certa especialização, exigências sanitárias de qualidade do produto, tornando a atividade não rentável para esses pequenos agricultores. O custo de produção é um grande desafio, pois as despesas para atender as exigências do mercado são altas. Isso significa que o produtor terá que cada vez mais estar atualizado com as novas tecnologias e as demandas do mercado.

Atualmente a importância da atividade leiteira abandona o posto de atividade secundária e retrógrada, na qual eram comercializados os excedentes, hoje assume papel principal dentro da propriedade. Onde o produtor precisa se adaptar as exigências sanitárias e as condições mercadológicas e da cadeia produtiva para comercializar o produto e prosperar dentro do ramo. Os produtores de leite de vaca na atualidade são tomadores de decisão, buscando otimizar a produção com o melhor manejo, melhores condições sanitárias em busca de um melhor preço para o litro do leite. Sendo essas condições atrelado a quantidade de leite entregue fatores principais que refletem no preço do leite, logo na receita do produtor.

E com avanço da tecnologia e a disponibilidade de outros meios de alimentação, outras raças, inclusive sintéticas, com a combinação genética em laboratório vem ganhando espaço devido seu índice de produtividade. No caso de Cerrito foi possível observar um aumento no rebanho da raça Holandesa, que em termos de produtividade essa raça é mais produtiva, porém demanda de mais alimentação. Já a raça Jersey apresenta um índice produtivo menor, porém demanda de menor alimentação, sendo em muitos casos mais rentáveis no que tange aos custos de produção para os pequenos produtores.

Com isso, ressalta-se a importância da Festa do Leite Jersey no município como forma de incentivar os produtores na atividade, abrindo caminhos e mostrando possibilidades dentro da produção de leite, seminários para aprimorar a capacidade técnica e troca de saberes, proporcionando aos agricultores a melhorar a produtividade, como também um espaço de resistência, de superação, de encontros e reencontros, de entretenimento e diversão. A festa tem como foco principal valorizar o Gado Jersey, através das tecnologias disponíveis e do trabalho da extensão rural em parceria com a prefeitura municipal, promover a produção da raça Jersey no município

A festa envolve a comunidade local e elementos regionais, como importantes nomes artísticos regionais de tradição gaúcha com shows para o público. É uma forma de Cerrito divulgar suas potencialidades, como o gado Jersey, tanto vacas quanto terneiros, a agricultura familiar e artesãos com seus produtos, sendo o leite que é a principal fonte de renda de muitos agricultores do município.

A tradicional festa do leite Jersey além de ser um incentivo aos produtores de leite do município, e dos benefícios econômicos, com os prêmios do concurso, oportunidade dos agricultores em comercializar seus produtos, é um lugar de reconhecimento da própria identidade, da cultura do município e que dá sustento a muitas famílias durante muitas gerações, vivências e saberes, a festividade também é um ponto de encontro das pessoas, de troca de saberes, experiências e dificuldades, reprodução de vivências e práticas compartilhadas. E atua também como forma de mostrar o valor e as possibilidades de renda com a produção do leite Jersey e com a criação do gado Jersey. Sendo assim, a festa do leite Jersey é uma festividade cultural do município, que teve início através da identidade do município pelo reconhecimento da forte produção relacionado a raça, se destacando de outros locais e como fonte de renda e reconhecimento identitário de muitos agricultores.

No que diz respeito aos avanços na produção de grãos, foi identificado uma forte expressão a produção de soja. O cenário do município acompanha tanto o cenário estadual quanto federal, o aumento da produção de soja segue crescente. Os produtores que saíram da atividade leiteira a maioria eram mini

fundiários, com área do estabelecimento inferior a um módulo fiscal do município, pouco especializados ou ainda não especializados, a maioria dos entrevistados abandonaram a atividade devido as condições de mercado, como pouco especializados o preço do leite e a qualidade acabam ficando baixo, refletindo na renda final, no preço do leite, a questão de escala é um fator que limitava esses agricultores, com pouca terra para poder expandir a produção acabaram por deixar uma parcela estagnado.

É importante destacar que os assentamentos provocam mudanças de ordem econômica, social, cultural e políticas onde se instalam, favorecendo a dinâmica produtiva, gerando renda para esses agricultores e possibilitando seu desenvolvimento socioeconômico. A partir da reforma agrária, da luta pelo território, através da terra como fonte de subsistência, de trabalho, da efetivação e criação de um assentamento, ocorrerá uma reconfiguração territorial e social, de um espaço onde predominava a produção em larga escala, para o rateamento dos lotes para agricultores de cunho familiar. O processo de territorialização dos assentados recria espaços de vidas no território.

O caso do assentamento Cerrito não foge da dinâmica geral da apropriação do território, reconfigurando o espaço, gerando novas dinâmicas socioespaciais, desenvolvendo o território, gerando renda para as famílias e para o município. Porém é um assentamento desestruturado, sem ligação com o movimento social, com 40% dos lotes irregulares no INCRA, considerado um assentamento de média produtividade. Necessitando de um melhor planejamento para melhorar a qualidade dos assentados e aumentar a dinâmica produtiva.

Sendo assim, a partir da incorporação do assentamento no território, a luta pelo território influencia o processo produtivo, gerando novas dinâmicas. Dessa forma, os assentados provocam mudanças no setor produtivo, causando produtividade dessas áreas, gerando renda para as famílias e fortalecendo a economia do município, diminuindo a concentração de terras e integrando a cultura local. Assim cabe destacar a reforma agrária como uma importante política de ordenamento territorial, na luta contra poderes, dos detentores fundiários a camponeses sem terra, na busca de uma nova dinâmica social e produtiva no território instalado.

Referente as Políticas Públicas embora atualmente venham ocorrendo um baixo aporte e também desinteresse do Governo Federal, no que diz respeito ao PAA. Cerrito enfrenta e busca manter o espaço já conquistado e trabalha para fortalecer e aumentar os beneficiados. Relacionando ao PNAE um dos fatores limitantes dizem respeito as nutricionistas do município, difícil adaptação a sazonalidade da produção, difícil adaptação da produção. A Bolsa Juventude Rural, programa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural – SEAPDR, é uma política pública que vem ganhando visibilidade do governo do estado. Vem aumentando consideravelmente o número de jovens atendidos.

As políticas territoriais e as políticas públicas são agentes transformadores nesse caso do espaço rural, proporcionando maior visibilidade ao agricultor, garantia de comercialização a preço justo através dos mercados institucionais, além de assegurar as famílias em situação de vulnerabilidade, alimentos de qualidade a partir do conceito de segurança alimentar e desenvolvimento local, fazendo circular o capital dentro do município.

Visto que a partir da incorporação dessas políticas e do avanço das mesmas, proporcionando o aumento da diversificação da propriedade, como foi constatado em 2011 uma baixa e praticamente inexistente produção olerícola e frutícola em Cerrito. Todo esse processo auxilia diretamente no travamento da migração campo-cidade e beneficia na sucessão rural, sendo uma problemática nos debates rurais. Ainda as políticas públicas não atendem toda parcela que o município demanda, mas é visto um aumento consideravelmente importante para o desenvolvimento da agricultura familiar local.

Sendo assim, a partir da incorporação de novas técnicas, da tecnologia e modernização da agricultura e do acesso as políticas no processo produtivo causaram e causam mudanças no espaço rural e como decorrência da emergência de novas ruralidades combinando funções tradicionais no campo com o surgimento de novas funções, e assim discorre a evolução e diferenciação dos sistemas agrários.

As alterações provocadas pela especialização da produção, do ambiente institucional e da inserção tecnológica está ligada a racionalidade do agricultor,

com isso ligada as transformações no espaço. Essa modernização não chega em todos os espaços de forma simultânea, se dá em forma de processo, conforme as condições locais e do próprio mercado.

Dessa forma, as transformações no espaço rural, nos sistemas de produção e nas atividades rurais ao longo do tempo, são essenciais para compreender a multiplicidade de possibilidades e projetar planos de desenvolvimento rural e políticas públicas, para o desenvolvimento das sociedades no espaço rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos do Agronegócio**. 2 ed. – São Paulo: Atlas 2009.

BATALHA, M. O. **Gestão Agroindustrial**. – 2 ed. – São Paulo: Atlas 2001.

BENTO, C. M. **Canguçu reencontro com a história: um exemplo de reconstituição de memória comunitária**. Porto Alegre: Iel, 1983.

BENTO, G. L. **Raízes de Nossa História**. Acervo Biblioteca Pública Tancredo Neves, 2005.

BERDOULAY, V. Espaço e Cultura. In: CASTRO, I. E., GOMES, P. C. C. e CORRÊA, R. L. **Olhares Geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 101-132.

BEZERRA, A. C. A. **Festa e cidade: entrelaçamentos e proximidades**. In: Espaço e cultura, UERJ, RJ, n. 23, p. 7-18, jan./jun. de 2008.

BLUM, R. Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3ªed. Passo Fundo: Ed. UFP, 2001. p. 57 - 106.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L. e ROSENDAHL, Z. **Geografia cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 279- 303.

BRASIL, Decreto-lei n. 1946 de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. **Diário Oficial da União** - Seção 1 - 1/7/1996, Página 11854. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1996/decreto-1946-28-junho-1996-435815-publicacaooriginal-1-pe.html>> acesso em: 08.04.2019.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm > acesso em: 03.04.2019.

BRASIL. Lei Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. **Diário Oficial do União**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm > acesso em: julho de 2019.

BRASIL. Lei Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. **Diário Oficial da União**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm > acesso em julho de 2019.

BRASIL, D. A. **O gaúcho, o Pampa e o Gado**. Santa Maria: Palotti Gráfica, 2018.

BREDA, N. L. *et al.* **Coordenação da Cadeia Produtiva do Leite no Oeste Catarinense: uma análise da interface agricultor-indústria**. Disponível em: <[#](https://silio.tips/download/coordenacao-da-cadeia-produtiva-do-leite-no-oeste-catarinense-uma-analise-da-inte)> acesso de: outubro de 2021. 2016.

CALDAS, P. **Pedro Osório, Sim Senhor! : retrato de um município gaúcho**. Pelotas: Saya, 1990.

CALDART, ROSELI S. **O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo**. Estud. av. vol.15 no.43 São Paulo; 2001.

CLAVAL, P. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

CARDONA *et al* Desenvolvimento Rural: Do Agrícola Ao Territorial. In: NIEDERLE, P. A. e RADOMSKY, G. F. W. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 113-122.

CARGNIN, M. Um olhar sobre as transformações no espaço rural de Júlio de Castilhos/RS. In: WIZNIEWSKY, C. R. F., DAVID, C. e CANCELIER, J. W. **Rio Grande do Sul: Estudos de Geografia Agrária**. Porto Alegre: Jadeditora / Evangraf, 2015. p. 55-74.

CARGNIN, M. e FONTOURA, L. F. M. A influência das relações campo e cidade sob a ótica da modernização da agricultura. **Boletim Gaúcho de Geografia**. V. 43, n. 2, dezembro de 2016.

CASALI, M. da S. e MARION FILHO, P. J. Custos de transação e/ou sunk costs na atividade leiteira. In: Custos e Agronegócio on line – v. 9. n. 2 – Abr/Jun – 2013. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero2v9/Sunk%20costs%20P.pdf>> acesso em: julho de 2019.

CATAIA, M. A. Território Político: Fundamentos e Fundação do Estado. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, nº 23, p. 115-125, abr. 2011.

_____ Uma, ou algumas, abordagem (ns) Cultural (is) na Geografia Humana? In: SERPA, A. **Espaços Culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 13-29.

CAVALCANTI, I. F. A. **Tempo e Clima no Brasil** (et al) organizadores. São Paulo: Oficina de Textos, 2009.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **Revista Espaço e Tempo**, São Paulo: n. 30. p. 05 – 12, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228/77871>> acesso em: 15 de agosto de 2018.

CORRÊA, R. L. **Caminhos Paralelos e entrecruzados**. São Paulo: Editora UNESP, 2018

COSALANTE, T. e SAQUET, M. A. A identidade territorial dos gaúchos no norte do Paraná a partir dos CTGs: discussões preliminares. In: MEDEIROS, R. M. V. e LINDNER, M. **Expressões da Cultura no Território**. Porto Alegre: Evangraf, 2015.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, R. L. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998.

COUTO, Andréia Terzariol. Agricultura familiar e produção leiteira: análise do setor cooperativo leiteiro da Região Norte de Portugal e do setor familiar produtor de leite no Sul do Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**. V. 23 nº 2: jul./dez. 2003, p. 153 – 171.

CPTEC/INPE. **Centro de Previsão de tempo e estudos climáticos/ Instituto de pesquisas espaciais**. El Niño e La Niña. Disponível em: < <http://enos.cptec.inpe.br/> > acesso em: março de 2020.

DAVID, C. Transformações no espaço rural gaúcho: um esforço de síntese. In: WIZNIEWSKY, C. R. F., DAVID, C. e CANCELIER, J. W. **Rio Grande do Sul: Estudos de Geografia Agrária**. Porto Alegre: Jadeditora / Evangraf, 2015. p. 257-270.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e Agricultura no Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP/ Ícone, 1985. (cap. 4)

DELGADO, G. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**. Vol. 15, n. 43. 2001.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. José Alexandre Fizola Diniz. - São Paulo: DIFEL, 1984.

EMATER-RS, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Estudo de situação de Cerrito**. Cerrito-RS, 1997.

FERNANDES, B. M. Impactos socioterritoriais da luta pela terra e a questão da reforma agrária: uma contribuição crítica à publicação A qualidade dos assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. In: FRANÇA, C. G., SPAROVEK, G. *et al.* **Assentamentos em debate** – Brasília, NEAD, 2005, p. 113 - 132

FERREIRA, M. N. **Comunicação, resistência e cidadania: as festas populares**. In: Comunicação e Política, v. 24, n. 2, p. 61-71, 2006

FIGUEIRA, S.R. e BELIK, W. Transformações no elo industrial da cadeia produtiva do leite. **Revista Cadernos de Debate**. UNICAMP, VOL. VII, 1999, p. 31-44.

FONTOURA, L. F. M. A produção social do espaço agrário. In: VERDUM, R., BASSO, L. A. E SURTEGARAY, D. M. A. **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

FONTOURA, L. F. M. A modernização da agricultura e a urbanização incompleta: a situação de algumas cidades da campanha gaúcha. **CaderNAU**, Rio Grande: v.07 n.01. p. 27-47, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/4830/3128>> Acesso em: 20 de março de 2019.

FONTOURA, L. F. M. A geografia rural e a renda da terra. **ParaOnde!?**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 21- 45, 2020. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/paraonde/article/view/97103>> acesso em: março de 2020.

FONTOURA, L.F.M.; PIZZATO, F. Recordações do Pampa – Estudo das transformações da atividade pecuária no Rio Grande do Sul. In: Encontro de Geógrafos de América Latina, 12., 2009, Montevideo/Uruguay. **Anais do Observatório Geográfico da América Latina**, 2009.

GERHARDT, T. E. e SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: ED UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. – 6. ed. – 3 reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, C. W. P. **A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato; o caso do MST**. Belo Horizonte. *Miolo Geog* v1 n1 p. 65, 2005.

GOTTMAN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v.2, n. 3, 2012.

GUANZIROLI, C. E. *et al.* **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HAESBAERT, R. Descaminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, Alexandre D.; SPOSITO, Eliseu S.; SAQUET, Marcos A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p. 87-119.

HAESBAERT, R. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Cidades)**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/cerrito/panorama>> acesso em 30 de agosto de 2018.

IBGE - **Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (SIDRA)**. Produção Agrícola Municipal. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1612#resultado>> acesso em 23 de junho de 2019.

IBGE - **Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística (SIDRA)**. Produção Pecuária Municipal. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/73#resultado>>

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Manuais Técnicos)**
Manual Técnico em Pedologia. 2 ed: Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37318.pdf> > acesso em julho de 2019.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Manuais Técnicos)**
Manual Técnico da Vegetação Brasileira. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf> > acesso em junho de 2019.

INCRA. **O que é Imóvel Rural nos termos da legislação agrária?** 2010.
Disponível em: < http://www.incra.gov.br/o-que-e-imovel-rural-nos-termos-da-legislacao-agraria_ > acesso em: 16.03.2019.

INCRA. **Plano de Recuperação de Assentamento**. EMATER-ASCAR, 2009.
(documento restrito)

JANK, M. S., FARINA, E. M. M. Q. e GALAN, V. B. **O abribusiness do leite no Brasil**. São Paulo, 1999.

KLIEMANN, L. H. S. **RS: terra e poder – história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.

KÖEPPEN, W. **Climatologia: con un estudio de los climas del la tierra**. México, Fondo de cultura econômica, 1948.

KÜHN, F. **Breve História do Rio Grande do Sul**. – 4 ed. – Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

KÜHN, D. D. **Pesquisa e análise de dados: problematizando o rural e a agricultura numa perspectiva científica**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2017.

KUPFER, D. e HASENCLEVER, L. **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticos no Brasil**. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LINDNER, M. MELCHORS, J. e MEDEIROS, R. M. V. O significado de território no contexto da luta pela terra: Rio Grande do Sul, Brasil.. In: **14º Encuentro de GeÓgrafos de América Latina**, 2013, Lima. Los retos del espacio rural, 2013.

LINDNER, M. e MEDEIROS, R. M. V. A luta pela terra e a recriação dos espaços de vida de assentamentos da Campanha Gaúcha. **Confins**, nº 19, 2012, 16 p.

LUCAS, L. M. **Mudanças ambientais na cobertura da terra e no sistema fluvial: bacia hidrográfica do rio Piratini, RS**. Tese (Doutorado em Geografia). Niterói, RJ, UFF, 2017.

MAIA, M. B. R. Atuação de instituições que integram o ambiente organizacional da cadeia produtiva do agronegócio leite no Estado de Rondônia. **Dissertação de Mestrado**. UNIR– Porto Velho: [s.n.], 2008.

- MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Tradução: Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. Brasília e São Paulo, NEAD/MDA e Editora da UNESP, 2010.
- MEDEIROS, R. M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 169-1780.
- MEDEIROS, R. M. V. Territórios, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, 2ed.
- MEDEIROS, R. M. V. M. ; MONTEBLANCO, F. e LINDNER, M. Agricultores assentados: atores sociais reconstruindo seu novo território a partir da interação entre práticas e formas de organização com o ambiente. In: WIZNIEWSKY, C. R. F.; DAVID, C. e CANCELIER, J. W. **Rio Grande do Sul: Estudos de Geografia Agrária**. – Porto Alegre: Jadieditora/Evangraf, 2015. p. 211-232)
- MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos e políticas públicas**. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- MEDEREROS, R. M. V. Territórios e luta pela terra no Rio Grande do Sul. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Artigo **DATALUTA**: julho de 2012.
- MEDEIROS, R. M. V. Territórios, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A. e SPOSITO, E. S. **Territórios e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015, 2ed.
- MEDEIROS, F. M.; BRUM, A. L. O mercado de leite no Rio Grande do Sul: evolução e tendências. **Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação (DACEC), MBA em Finanças e Mercado de Capitais**. Artigo apresentado a conclusão de curso da Universidade de Passo Fundo. 2015
- MENDONÇA, M. L. M. Festas Populares: muito além da tradição. In: **XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação** – Campo Grande /MS – setembro 2001. Disponível em: < <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/144157758201248121276683492434356032986.pdf> > acesso em: julho de 2019.
- MENDONÇA, M. L. **Economia Política do agronegócio**. São Paulo: Amablume: PPGRI-UERJ, 2018.

MIGUEL, L. A. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários**. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

NUNES, M. M. **A dinâmica produtiva e social do assentamento Itaocê-Piratini RS**. 2019 – 44p. Trabalho de conclusão de curso de graduação da Universidade Federal do Rio Grande.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo Capitalista de produção e agricultura**. Editora Ática S.A. 1990.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. – Coleção caminhos da geografia.

OLIVEIRA, C. S. **A educação em Pedro Osório: História/ Trajetória ... identidade em construção**. Monografia de especialização em formação social. Pelotas, UCPEL 2002.

OLIVEIRA, L. F. T e SILVA, S. P. Mudanças Inconstitucionais e Produção Familiar na cadeia produtiva do leite no Oeste Catarinense. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 50, Nº 4, p. 705-720, out/Dez 2013.

OLIVEIRA, L. F. **Ambiente Institucional e a Produção Leiteira: um estudo de caso na região Oeste Catarinense a partir da introdução da IN 51**. Dissertação de Mestrado (em extensão rural). Santa Maria, RS, UFSM, 2008.

PESAVENTO, S. J. **Pecuária e Indústria**: formas de realização do capitalismo na sociedade gaúcha no século XIX. Porto Alegre: Movimento, 1986.

PESSÔA, V. L. S. Meio Técnico-científico-informacional e modernização da agricultura: uma reflexão sobre as transformações no cerrado mineiro. In MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007, p. 255 – 270.

POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. Terceira parte: O Território e o Poder, Cap. I O que é o território?; Cap. II. As quadrículas do poder; Cap. III – Nodosidade, centralidade e marginalidade; Cap. IV – As redes e o poder

REVERBEL, C. **Pedras Altas: a vida no campo segundo Assis Brasil**. L&PM Editores Ltda, Rio Grande do Sul, 1984.

ROSINA, Leonice *et al.* Governança em sistemas agroindustriais: complementaridades entre a economia dos custos de transação e a teoria econômica das convenções. In: **XLV Congresso da Sober**, 2007, Londrina/PR. Londrina: 2007. Disponível em: < <http://www.sober.org.br/palestra/6/381.pdf> > acesso em: 23/06/2019

SANTOS, J. R. Q. E SANTOS, J. C. T. **Rio Grande do Sul: Aspectos da História**. – 4. ed. – Porto Alegre, Martins Livreiro, 1995.

SANTOS, M. **Espaço e Método**. – 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, M. A. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007

SCHMITZ, P. I. (Org.). **Pré-história do Rio Grande do Sul**. 2. ed. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas; UNISINOS, 2006.

SILVA, J. G. da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, J. G. da. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. – 2 ed. – Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

SILVA, L. F. T. e OLIVEIRA, S. P. Mudanças institucionais e produção familiar na cadeia produtiva do leite no Oeste Catarinense. IN: Revista de Economia e Sociologia Rural. Nº 50, vol. 4. Dezembro de 2012.

SOUZA, R. P e WAQUIL, P. D. A viabilidade da agricultura familiar produtora de leite: o caso do sistema COORLAC (RS). In: **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Rio Branco – ACRE, 20 a 23 de julho de 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/paulo-waquil/souza-r-p-waquil-p-d-a-viabilidade-da-agricultura-familiar-produtora-de-leite-o-caso-do-sistema-coorlac-rs-in-xlvi-congresso-da-sociedade-brasileira-de-economia-administracao-e-sociologia-rural-2008-rio-branco-ac-amazonia-mudancas-globais-e-agronegocio-o>>. Acesso em agosto de 2019

STRECK, E. V. *et al.* **Solos do Rio Grande do Sul**. – 3. ed. – Porto Alegre, RS: Emater/RS-Ascar, 2018.

TELLES, R. M. **Inundações urbanas nos municípios de Pedro Osório e Cerrito**. Dissertação de Mestrado, mestrado em Geociências UFRGS, 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: realidades e perspectivas**. 3ªed. Passo Fundo: Ed. UFP, 2001. p. 21 – 56.

ZARTH, P. A. **Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 2002.

ZOCCAL, R. SOUZA, A. D. e GOMES, A. T. **Produção de leite na agricultura familiar**. – Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2005.

ZYLBERZSTAJN, D. **Estruturas de Governança e Coordenação do Agrobusiness: uma aplicação da Nova Economia das Instituições**. Departamento de Administração. São Paulo FEA/USP. 1995.

_____. A raça Jersey. **Procreate**. Web site. Outubro de 2016. Disponível em: < <https://procreate.com.br/a-raca-jersey/> > acesso em fevereiro de 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista aplicado aos produtores que deixaram a atividade do leite em Cerrito-RS

Localidade da propriedade: _____

- 1- Nome, idade e escolarização.
- 2- Quantos membros moram na propriedade?
- 3- Por que saiu da atividade do leite?
- 4- Há quanto tempo saiu da atividade do leite?
- 5- Para qual empresa de laticínios era destinada a produção?
- 6- Quanto tempo à propriedade ficou na produção de leite?
- 7- Era a única renda da propriedade? (Aposentadoria, atividades não agrícolas, atividades agrícolas)
- 8- Quantas vacas tinham, qual ou quais raças?
- 9- Qual era a média diária de produção?
- 10- Qual era a estrutura de produção? Ordenha, quantidade de vacas, galpão, resfriador...
- 11- Como era a estrutura do Sistema de Produção, manejo animal, e como era a alimentação das vacas (produzia silagem, pastagem, comprava ração)?
- 12- Conseguiu vender as estruturas específicas da atividade leiteira? Se sim quais?
- 13- Ainda tem algum específico da produção de leite que não conseguiu dar finalidade?
- 14- Qual passou ser a atividade após a saída da produção de leite?

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS PARTICIPANTES DA FESTA DO LEITE JERSEY

- 1- Nome:
- 2- Localidade:
- 3- O que representa a festa do leite para ti?
- 4- No teu ponto de vista, qual a importância da festa do leite para o município?
- 5- O que acha sobre as ações do governo na zona rural?

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AOS PRODUTORES DE LEITE DO MUNICÍPIO DE CERRITO

Localidade da propriedade: _____

- 1- Nome,
- 2- Idade
- 3- Escolaridade.
- 4- Quantos membros da família moram na propriedade?
- 5- Por que está na atividade leiteira?
- 6- Para qual empresa de laticínios destinada a produção?
- 7- Quanto tempo à propriedade está na produção de leite?
- 8- É a única renda da propriedade? (Aposentadoria, atividades não agrícolas, atividades agrícolas)
- 9- Quantas vacas tem em lactação?
- 10-qual ou quais raças?
- 11-Qual é a média total diária de produção?
- 12-Qual é a estrutura de produção? Ordenha, , galpão, resfriador...
- 13- Como é a alimentação das vacas (produz silagem, pastagem, compra ração)?
- 14-Faz Vacinas de brucelose e tuberculose?
- 15-Faz registros na atividade? Produtivo, reprodutivo, alimentar e financeiro
- 16-Recebe assistência técnica?
- 17-Na tua percepção qual a importância da assistência técnica?
- 18-Utiliza linha de Crédito? Qual?
- 19-A linha de crédito teve influência na sua estrutura de produção?
- 20- Está satisfeito com o retorno vindo da produção de leite?
- 21-Na sua percepção a sua propriedade é baixa, média ou alta tecnificação?
- 22-Quais são os maiores gargalos da atividade na percepção deles

APÊNDICE D– ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO ASSENTAMENTO DE CERRITO - RS

Localidade da propriedade: _____ Área:

- 1- Nome, idade e escolarização.
- 2- Quantos membros moram na propriedade?
- 3- Há quanto tempo está assentado em Cerrito? É a primeira família do assentamento ou substitui outra?
- 4- Qual a Origem (município e atividade anterior)?
- 5- Quais atividades desenvolvidas na propriedade?
- 6- Tipo de renda? (Agrícolas e não agrícolas)
- 7- Utiliza alguma política pública? Qual?
- 8- Recebe assistência técnica? Quem?
- 9- Qual opinião sobre a atuação da prefeitura e outros órgãos competentes com o assentamento (INCRA)?
- 10- Te consideras satisfeito como um assentado de reforma agrária? Porque?
- 11- Participam do MST? Função?
- 12- Como considera as condições de estradas?
- 13- Mercado tem acesso ao mercado. Tipo feiras, supermercado, PNAE, PAA? Quais
- 14- Tem Acesso ao lazer? O que?
- 15- Sucessão: se algum membro da família que pretende permanece

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO JOVENS QUE RECEBERAM A BOLSA JUVENTUDE RURAL EM CERRITO

1. Nome

2. Localidade

3. Idade

4. Quando recebeu a primeira bolsa Jovem Rural?

5. Quantas vezes teve acesso a bolsa?

6. Quais investimentos realizou com a bolsa?

7. O que mudou na tua vida a partir da bolsa?

8. Qual a importância da bolsa para teu desenvolvimento no campo?

9. A tua produção é a única da propriedade ou tem outras? Se sim quais? (ex: gado de corte, gado de leite, soja ...)

10. O quanto a tua produção representa na renda total familiar?

11. Está satisfeito com a renda?